UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PPGE)

POBRES E ENDIVIDADOS?
ANÁLISE DO EFEITO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA NO ENDIVIDAMENTO FAMILIAR

MICKENSON JEAN BAPTISTE

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PPGE)

POBRES E ENDIVIDADOS?
ANÁLISE DO EFEITO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA NO ENDIVIDAMENTO FAMILIAR

MICKENSON JEAN BAPTISTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Marcela Nogueira Ferrario

Foz do Iguaçu
2025

MICKENSON JEAN BAPTISTE

POBRES E ENDIVIDADOS?
ANÁLISE DO EFEITO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA NO ENDIVIDAMENTO FAMILIAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

BANCA EXMINADORA

_____
Orientadora: Profa. Dra. Marcela Nogueira Ferrario
UNILA

_____
Profa. Dra. Kalinca Léia Becker
UFSM

_____
Prof. Dr. Carlos Henrique Vieira Santana
UNILA

Foz do Iguaçu, 28 de agosto de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA – UNILA

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - PPGE

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARCELA NOGUEIRA FERRARIO
Data: 29/08/2025 11:32:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dr[a.] Marcela Nogueira Ferrario. *Assinatura Digital*
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA - UNILA

Documento assinado digitalmente
gov.br
KALINCA LEIA BECKER
Data: 29/08/2025 03:27:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr[a.] Kalinca Léia Becker . *Assinatura Digital*
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA -UFSM

Documento assinado digitalmente
gov.br
CARLOS HENRIQUE VIEIRA SANTANA
Data: 29/08/2025 11:27:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Carlos Henrique Vieira Santana. *Assinatura Digital*
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA - UNILA

Catalogação elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação
Catalogação de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

B222p
Baptiste, Mickenson Jean.
Pobres e endividados? Análise do efeito dos programas de transferência direta de renda no endividamento familiar / Mickenson Jean Baptiste. - Foz do Iguaçu, 2025.
125 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA, Programa de Pós-Graduação em Economia - PPGE.
Orientador: Profa. Dra. Marcela Nogueira Ferrario.

1. Dívidas. 2. Renda - Distribuição. 3. Financeirização. 4. Orçamento familiar. 5. Famílias pobres. I. Ferrario, Marcela Nogueira. II. Título.
CDU 330.564

Este trabalho é mais um tributo àqueles que me antecederam – notadamente *Dutty Boukman*, *Jean-Jacques Dessalines*, *Marie Claire Heureuse Felicité Bonheur, Marie Sainte Dédée Bazile*, *Toussain L'Ouverture*, *Suzanne Sanité Bélair*, *Henriette Saint Marc*, *Catherine Flon*, *Henri Christophe*, *Marie-Jeanne Lamartinière*, *François Capois*, entre outros. Aos meus ancestrais, que se sacrificaram na luta contra a opressão para que eu pudesse ter uma existência livre e digna.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão se inicia com uma reverência às forças maiores, a todas as divindades que coabitam o universo e que me concederam as boas energias, a disposição para mergulhar no mundo das ideias e a resistência para enfrentar os problemas diários. *Ayibobo pou sa n' pa wè yo*!

Este trabalho é igualmente dedicado aos meus pais, Marie Violette Jean-Louis e Egène Jean Baptiste, dois heróis e guerreiros que, com pouco no bolso, jamais deixaram de assumir suas responsabilidades. Por inúmeras vezes, eles se esqueceram de si para investir tudo em mim, e a eles devo a minha mais profunda gratidão.

Agradeço à CAPES/DS (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / Demanda Social) por tornar esta pesquisa possível, graças ao apoio financeiro concedido; e à UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), que, por meio do seu programa PROBIU (Programa de Bolsa Institucional da Unila), viabilizou a conclusão deste estudo.

Sou imensamente grato por ter sido orientado pela Profa. Dra. Marcela Nogueira Ferrario, uma pessoa querida, compreensível e empática, com quem tive uma experiência de orientação rica e saudável. Estendo meus agradecimentos à Profa. Dra. Kalinca Léia Becker (UFSM) e ao Prof. Dr. Carlos Henrique Vieira Santana (UNILA) por terem gentilmente aceitado o convite para compor a banca avaliadora deste trabalho.

No alicerce da minha vida pessoal, meu agradecimento especial vai para Guerlovecia Pierre, minha namorada, parceira e companheira de luta, que sempre esteve presente nos momentos mais delicados e contribuiu de várias formas para que esta jornada fosse concluída. Essa rede de afeto se estende a uma irmã que a natureza me proporcionou, Djanamy Clermon, aquela pessoa disposta a fazer de tudo para me ver bem, ao meu primo (Jackenson Jn-Louis) e aos meus irmãos Djego Pierre Joseph, Stephanas Estephat e Lafortune Joseph – *zantray mwen pou tout tan*!

Não me atrevo a deixar de mencionar pessoas como Larissa Davies Ansbach, Alan Rafael Coineth de Souza, Raquel Freitas Duarte e demais colegas da Itaipu Binacional, que me apoiaram no momento mais crítico da minha vida. Meu carinho se volta também aos meus compatriotas Anaika Judette Antoine, Roldy Julien, Marie Alexandrine Lintcha Bernard, Job Paul, Jude-Noé Boirond e sua esposa – Guy Rose Alce – e a todos os outros, pelo afeto, compaixão e, acima de tudo, pela amizade sincera.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos colegas da minha turma, em especial Maria Imaculada de Souza Saqueto, Thales Ramos da Silva, Marcos Jardim Pinheiro e Markson Rangel Silva, pelo apoio oferecido quando eu realmente precisei.

RESUMO

Este trabalho propõe-se a analisar os efeitos de programas de transferência direta de renda, notadamente o Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas), sobre o endividamento das famílias brasileiras. Diante do debate recorrente que associa o aumento do endividamento familiar à expansão dessas políticas sociais, a pesquisa busca verificar empiricamente se esses programas atuam como indutores ou, alternativamente, como mecanismos de proteção financeira. Utilizando dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018), aplicou-se o método de Propensity Score Matching (PSM) para comparar o nível de endividamento de famílias beneficiárias com um grupo de controle de não beneficiárias com características demográficas e socioeconômicas semelhantes. Os resultados contrapõem a hipótese de que os programas sociais estimulam o endividamento. Após o pareamento estatístico, constatou-se que os beneficiários tanto do Bolsa Família quanto do BPC-Loas apresentam nível de endividamento ligeiramente inferior ao de famílias com perfis análogos que não recebem os auxílios. A robustez das estimativas foi confirmada por meio de testes de sensibilidade de Rosenbaum e de balanceamento das covariáveis. Conclui-se que, em vez de promoverem o endividamento, os programas de transferência direta de renda podem estar associados a uma menor necessidade de as famílias recorrerem a dívidas para garantir a subsistência, atuando como um fator de proteção financeira para a população de baixa renda.

Palavras-chave: Endividamento Familiar. Programas de Transferência Direta de Renda. Financeirização. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Propensity Score Matching.

Código JEL: I38; C81; C21; I32

ABSTRACT

This study aims to analyze the effects of direct income transfer programs, particularly *Bolsa Família* (PBF) and the *Benefício de Prestação Continuada* (BPC-Loas), on the level of household indebtedness in Brazil. In light of the ongoing debate that often associates rising of family debt with the expansion of these social policies, the research seeks to empirically assess whether such programs function as drivers of indebtedness or, alternatively, as mechanisms of financial protection. Using data from the Household Budget Survey (POF 2017–2018), the Propensity Score Matching (PSM) method was applied to compare the indebtedness levels of beneficiary households with a control group of non-beneficiaries with similar demographic and socioeconomic characteristics. The findings contradict the hypothesis that social benefits stimulate indebtedness. After statistical matching, it was observed that beneficiaries of both *Bolsa Família* and *BPC-Loas* actually show slightly lower levels of indebtedness compared to households with similar profiles that do not receive the benefits. The robustness of the estimates was confirmed through Rosenbaum sensitivity tests and covariate balance checks. The results lead to the conclusion that, rather than fostering indebtedness, direct income transfer programs may be associated with a reduced need for families to resort to debt in order to secure their subsistence, thereby acting as a form of financial protection for low-income populations.

Key words: Family Indebtedness. Direct Income Transfer Programs. Financialization. Household Budget Survey (POF). Propensity Score Matching.

JEL Code: I38; C81; C21; I32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Retrato do nível do endividamento das famílias brasileiras entre 2010 e 2024 (em porcentagem) 20
Tabela 2 - Pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil e em suas cinco macrorregiões nos anos 2012, 2019, 2021 e 2023 (%). 37
Tabela 3 - Variáveis contínuas utilizadas na construção do modelo PSM 76
Tabela 4 - Variáveis binárias utilizadas na construção do modelo PSM 77
Tabela 5 - Condição da moradia em relação à renda familiar per capita 84
Tabela 6 - Condição da moradia em relação ao número de pessoas que compõe a família 85
Tabela 7 – Distribuição dos Tipos de ocupação entre chefes de famílias, segundo gênero e cor/raça 91
Tabela 8 – Distribuição da renda familiar per capita no Brasil por percentis e decis 94
Tabela 9 – Níveis de endividamento (médio e máximo) por grupo decílico de famílias beneficiárias e não beneficiárias do PBF e BPC-Loas (em R$) 97
Tabela 10 – Efeito médio do Bolsa Família sobre o endividamento familiar 99
Tabela 11 – Efeito médio do BPC-Loas sobre o endividamento familiar 99
Tabela 12 – Teste de sensibilidade de Rosenbaum aplicado às estimativas do Propensity Score Matching 101
Tabela 13 – Indicadores de Balanceamento das Covariáveis antes e depois do Pareamento – Bolsa Família 103
Tabela 14 – Indicadores de Balanceamento das Covariáveis antes e depois do Pareamento – Bolsa Família 103
Tabela 15 – Efeito médio dos programas Bolsa Família e BPC-Loas sobre o endividamento familiar por grupos sociais 105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação da pobreza, da extrema pobreza e da concentração de renda na América Latina, entre 2001 e 2022 43
Gráfico 2 – Número de domicílios beneficiários do BPC-Loas, PBF ou de outros programas sociais (entre 2012 e 2023) 50
Gráfico 3 – Distribuição proporcional do Programa Bolsa Família segundo o perfil sociodemográfico dos beneficiários (%) 82
Gráfico 4 – Distribuição proporcional do Benefício de Prestação Continuada segundo o perfil sociodemográfico dos beneficiários (%) 82
Gráfico 5 – Distribuição proporcional de famílias com quatro pessoas ou mais por diferentes categorias (%) 87
Gráfico 6 – Distribuição proporcional de famílias com renda per capita inferior a R$ 2.000,00 mensais (%) 87
Gráfico 7 – Participação percentual dos grupos decílicos na renda total das famílias 96
Gráfico 8 – Distribuição padronizada das covariáveis: teste de balanceamento para os programas Bolsa Família e BPC-Loas 103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os principais fatores determinantes do nível do endividamento das famílias brasileiras apontados pela literatura 27
Quadro 2 – Programas de transferência de renda com condicionalidades em países da América Latina e Caribe 45
Quadro 3 – Principais características dos programas Bolsa Família e BPC-Loas 52
Quadro 4 – Aplicação do método Propensity Score Matching em estudos observacionais na saúde 62
Quadro 5 – Aplicação do método Propensity Score Matching em estudos observacionais na Economia Aplicada 64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFAM-PE	Programa Nuevo Régimen de Asignaciones Familiares
ATT	Treatment Effect on the Treated
AUF	Programa Asignación Universal por Hijo para Protección Social
BACEN	Banco Central do Brasil
BPC-LOAS	Benefício de Prestação Continuada – Lei Orgânica da Assistência Social
CADÚNICO	Sistema de Cadastro Único
CEM	Coarsened Exact Matching
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
ENEMDU	Encuesta Nacional de Empleo, Subempleo y Desempleo
FGV IBRE	instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEC	Instituto Nacional de Estadísticas y Censos
INPC	Índice Nacional de Preços ao consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PATH	Programme of Advancement through Health and Education
PBF	Programa Bolsa Família
PCD	Pessoas com Deficiência
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PENSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares

PRAF	Programa de Asignación Familiar
PSM	Propensity Score Matching
PTRC	Programas de Transferência de Renda Condicionada
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
TCCTP	Target Conditional Cash Transfer

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

CAPÍTULO 1 – ENDIVIDAMENTO FAMILIAR, POBREZA E FINANCEIRIZAÇÃO 19

INTRODUÇÃO 19

1.1 ENDIVIDAMENTO FAMILIAR: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS 19

1.1.1 Determinantes do Endividamento Familiar no Brasil: Evidências da Literatura Recente.. 23

1.2 O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL E SEUS EFEITOS NA ECONOMIA E NO ENDIVIDAMENTO FAMILIAR: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL 28

1.2.1 Implicações do Desenvolvimento Financeiro para a Desigualdade de Renda e a Pobreza 32

1.3 O COMBATE À POBREZA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA: ÊNFASE NOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA 36

1.3.1 Conceituando a Pobreza, sua Origem e os Efeitos na Vida Humana 38

1.3.2 Programas de Transferência de Renda Condicionada na América Latina: Uma Estratégia para Amenizar a Pobreza e Reduzir as Desigualdades Sociais 42

1.3.3 Programas de Transferência Direta de Renda no Brasil: Análise do Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas) 46

1.4 EXPANSÃO DO CRÉDITO PARA PESSOAS FÍSICAS E SUA RELAÇÃO COM O CONSUMO E O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS 53

CAPÍTULO 2 – BASE DE DADOS, ESTRATÉGIA EMPÍRICA E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DE INTERESSE 57

INTRODUÇÃO 57

2.1 A PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES (POF) E SUA APLICAÇÃO NO PRESENTE ESTUDO 58

2.2 O MÉTODO DE PROPENSITY SCORE MATCHING NO CONTEXTO DE ESTUDOS OBSERVACIONAIS 60

2.2.1 Estratégias de Definição e Pareamento pelo Escore de Propensão 66

2.2.2 Limitações e Desafios na Aplicação do Propensity Score Matching 69

2.2.3 Testes Complementares para Garantir a Robustez do PSM 70

2.3 DESCRIÇÃO DAS COVARIÁVEIS OBSERVADAS PARA O MODELO PSM A PARTIR DA POF 2017-2018 75

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO 79

INTRODUÇÃO 79

3.1. ANÁLISE EXPLORATÓRIA DO PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E NÃO BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA E DO BPC-LOAS 79

3.1.1 A Infraestrutura Doméstica sob a Lente da Composição e Renda Familiar 86

3.1.2 Gênero e Raça na Estrutura Socioeconômica dos Chefes de Família 89

3.1.3 Retrato das Desigualdades no Brasil: Distribuição de Renda e Vulnerabilidade Social 94

3.2. ANÁLISE EMPÍRICA DO BOLSA FAMÍLIA E DO BPC-LOAS SOBRE O ENDIVIDAMENTO FAMILIAR 99

3.2.1 Testes de Robustez e Consistência das Estimativas 101

CONSIDERAÇÕES FINAIS 107

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 109

APÊNDICES 118

INTRODUÇÃO

A expansão dos programas de transferência de renda nas últimas décadas, notadamente o Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas), coincidiu com um expressivo crescimento do mercado de crédito para pessoas físicas no Brasil. Esse cenário fomentou um intenso debate na esfera pública e acadêmica sobre a relação entre a concessão desses benefícios e o aumento do endividamento das famílias, especialmente as de baixa renda. De um lado, argumenta-se que a garantia de uma renda mínima e estável poderia servir como um incentivo para que as famílias assumissem mais dívidas, utilizando o benefício como uma espécie de garantia informal no mercado de crédito (Costa, 2023; Neto; Pinheiro; Ferraz, 2021; Lavinas; Araújo; Bruno, 2017). De outro, ainda que de forma não explícita, levanta-se a hipótese de que esses programas, ao aliviarem a restrição orçamentária, poderiam atuar como um mecanismo de proteção, diminuindo a necessidade de as famílias se endividarem para arcar com despesas essenciais (Azevedo; Fonseca; Missio, 2022; Sicsú, 2019; Borça Jr.; Guimarães, 2015; Hoffmann, 2013; Kerstenetzky, 2011).

A relevância deste debate é acentuada ao se considerar que o endividamento excessivo pode comprometer o bem-estar das famílias, gerar instabilidade financeira e até mesmo neutralizar os efeitos positivos das políticas de combate à pobreza. Além disso, entende-se que o tema transcende a esfera econômica, podendo atingir dimensões sociais e de saúde pública. A literatura econômica, por sua vez, tem buscado compreender essa relação complexa, apresentando resultados ainda não consensuais: ora associando o crédito e o endividamento ao aumento da inclusão e do bem-estar, ora evidenciando seus efeitos perversos sobre a vulnerabilidade e a exclusão financeira.

O aumento do nível de endividamento das famílias brasileiras ocorreu em paralelo à expansão do crédito para pessoas físicas, fenômeno viabilizado por um conjunto de fatores interligados. Entre eles, destacam-se a estabilidade econômica conquistada a partir dos anos 1990, que ampliou a confiança no sistema financeiro; a elevação do consumo das famílias de baixa renda, favorecida por políticas de distribuição de renda e aumento do emprego; e as inovações regulatórias, em especial a institucionalização do crédito consignado (Lei nº 10.820/2003), que expandiu de forma significativa o acesso a empréstimos com menores taxas de juros.

Entre 2004 e 2013, esse cenário foi marcado por um crescimento contínuo e robusto da oferta de crédito, inclusive em momentos de instabilidade econômica, em

grande parte devido à atuação anticíclica dos bancos públicos (Fiocca, 2024; Barros; Pinto, 2014). Esse dinamismo do sistema de crédito desempenhou papel importante no estímulo ao crescimento econômico, ao possibilitar maior acesso ao consumo das famílias. Assim, De um lado, o crédito funcionou como motor da expansão econômica e como instrumento de inclusão financeira; de outro, gerou preocupações quanto à sustentabilidade desse crescimento, em especial diante do risco de inadimplência e da fragilidade da capacidade de pagamento das famílias. Nesse sentido, o debate sobre o crédito no Brasil passou a incorporar não apenas seu papel no desenvolvimento econômico, mas também seus potenciais efeitos perversos sobre a estabilidade financeira futura e sobre o bem-estar das famílias mais vulneráveis.

Diante dessas controvérsias, torna-se fundamental avaliar empiricamente se os programas de transferência de renda desempenham papel de indutores do endividamento ou, alternativamente, de amortecedores financeiros para as famílias de baixa renda. Ou seja, propõe-se estimar o efeito causal do recebimento do PBF e do BPC-Loas no comportamento financeiro das famílias, controlando por suas características socioeconômicas para permitir uma comparação mais precisa entre beneficiários e não beneficiários.

Apesar do avanço das pesquisas sobre endividamento familiar e políticas de transferência de renda, os resultados da literatura permanecem contraditórios. Estudos como os de Lavinas, Araújo e Bruno (2017), Neto, Pinheiro e Ferraz (2021) e Costa (2023) argumentam que o Bolsa Família e programas similares poderiam atuar como estímulo indireto ao endividamento, ao ampliarem a renda disponível e servirem como "garantia informal" no mercado de crédito. Em contraste, pesquisas como as de Hoffmann (2013), Kerstenetzky (2011), Borça Jr. e Guimarães (2015) e Sicsú (2019) sustentam que tais políticas aliviam as restrições orçamentárias e reduzem a necessidade de recorrer a dívidas.

Essa ausência de consenso expõe uma lacuna empírica ainda pouco explorada: faltam análises quantitativas recentes que utilizem microdados robustos e métodos de inferência causal capazes de isolar o efeito determinado programa de transferência de renda sobre o endividamento. Assim, este estudo atualiza o debate ao empregar a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018) e o método Propensity Score Matching (PSM) para mensurar, de forma comparável, o impacto dos programas Bolsa Família e BPC-Loas sobre o comportamento financeiro das famílias. Dessa forma, a pesquisa contrapõe resultados anteriores e contribui para esclarecer se as transferências

de renda funcionam como indutoras do crédito ou como mecanismos de proteção financeira frente à vulnerabilidade econômica.

Diante da complexa relação entre políticas sociais, expansão do crédito e endividamento, a análise se insere em dois debates centrais: de um lado, os efeitos distributivos dos programas de transferência de renda; de outro, a sustentabilidade do endividamento das famílias brasileiras em um contexto de crescente financeirização da economia. Do ponto de vista prático, o estudo busca subsidiar a formulação de políticas públicas mais justas e eficazes, ao abordar uma temática essencial para o desenvolvimento socioeconômico e, por conseguinte, para a melhoria das condições de vida das populações em situação de vulnerabilidade.

Para além desta seção introdutória, o presente trabalho organiza-se em três capítulos. O primeiro capítulo estabelece o referencial teórico e histórico da pesquisa, por meio de uma revisão da literatura sobre a dinâmica do crédito, do endividamento e dos programas de transferência de renda no Brasil e na América Latina. O segundo capítulo é dedicado à metodologia, onde são detalhadas a estratégia empírica, a base de dados e as variáveis empregadas na aplicação do modelo PSM (Propensity Score Matching). Subsequentemente, o terceiro capítulo apresenta e analisa os resultados empíricos, com especial atenção à robustez das estimativas encontradas. Por fim, encerra-se com as considerações finais, que recapitulam as conclusões, discutem as implicações dos resultados e propõem uma agenda para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1 – ENDIVIDAMENTO FAMILIAR, POBREZA E FINANCEIRIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

Propõe-se, neste capítulo, discutir o conceito endividamento, os principais fatores capazes de induzir as famílias brasileiras a se endividarem e as consequências disso na vida delas (seção 1.1); em seguida, descrever e analisar teoricamente possíveis relações existentes entre endividamento familiar, concentração de renda, pobreza e o processo de financeirização no desenvolvimento social e econômico do Brasil (seção 1.2); depois, conceituar a pobreza, discutir os seus impactos na vida humana e as estratégias utilizadas para combatê-la, contextualizar o surgimento dos programas de transferência de renda na América Latina e Caribe e analisar os programas brasileiros Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (seção 1.3); e, por fim, não menos importante, discorrer sobre o processo de expansão da oferta de crédito no Brasil, nas últimas duas décadas, e sua contribuição para o aumento do endividamento das famílias, sobretudo, as famílias de baixa renda (seção 1.4).

1.1 ENDIVIDAMENTO FAMILIAR: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

As famílias brasileiras estão se endividando cada vez mais, e isso tem sido motivo de preocupação e de debates, sobretudo, no âmbito acadêmico. O relatório da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC, 2024), elaborado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), revelou que, em junho de 2024, 78,8% das famílias do Brasil estavam endividadas. Observou-se ainda, por meio da pesquisa, que 28,8% das famílias tinham dívidas em atraso, enquanto 12% declararam não ter condições de pagar. Entre as famílias de baixa renda (com até três salários mínimos), 81,3% estavam endividadas, 36,5% com dívidas em atraso e 17% sem condições de pagar as dívidas.

Segundo a PEIC/CNC (Edição junho 2024), o endividamento das famílias brasileiras é resultado de “uso do cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestação de carro e casa”. Essas modalidades de crédito e outras não citadas permitem que o consumidor satisfaça seus desejos no imediato, porém, a custo de ter parte da renda futura comprometida. Por

consequência, para arcar com as obrigações financeiras e evitar a inadimplência, situação que gera restrição de crédito, o cidadão se vê obrigado a reduzir o seu padrão de vida. O cenário pode ser crítico quando envolve famílias de baixa renda que, na maioria das vezes, utilizam o crédito para adquirir produtos de primeira necessidade e, portanto, garantir a sobrevivência.

Tabela 1 - Retrato do nível do endividamento das famílias brasileiras entre 2010 e 2024 (em porcentagem)

Períodos	**Endividados**	**Contas em atraso**	Não terão condições de pagar
Jun. 2010	54,0	23,5	7,8
Jun. 2011	64,1	23,3	8,4
Jun. 2012	57,3	23,2	7,5
Jun. 2013	63,0	20,3	7,2
Jun. 2014	62,5	19,8	6,6
Jun. 2015	62,0	21,3	7,9
Jun. 2016	59,6	24,0	9,4
Jun. 2017	59,4	25,6	10,1
Jun. 2018	58,6	23,7	9,4
Jun. 2019	64,0	23,6	9,5
Jun. 2020	67,1	25,4	11,6
Jun. 2021	69,7	25,1	10,8
Jun. 2022	77,3	28,5	10,6
Jun. 2023	78,5	29,2	12,0
Jun. 2024	78,8	28,8	12,0

Fonte: Elaboração do autor com base na pesquisa direta CNC[1]

Ao longo das últimas duas décadas, o mercado de crédito brasileiro expandiu-se de forma considerável. Tornou-se mais fácil para a população ter acesso ao crédito e, destarte, ao consumo de bens e serviços. Somado a outros avanços e retrocessos que ocorreram na economia brasileira nesse período, isso contribuiu para uma trajetória

[1] A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo (CNC), desde janeiro de 2010, realiza mensalmente a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). Assim, conforme a metodologia da pesquisa, "os dados são coletados em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal, com aproximadamente 18 mil consumidores. São apurados importantes indicadores de endividamento e inadimplência, que possibilitam traçar um perfil do endividamento, acompanhar o nível de comprometimento do consumidor com dívidas e a percepção em relação a sua capacidade de pagamento".

ascendente do endividamento familiar. Dessa forma, Costa (2023) alega que tal crescimento acentuado do endividamento das famílias é responsável por empobrecer parte significativa da população brasileira nos últimos 20 anos[2]. Isto é, à medida que as dívidas crescem, mais os trabalhadores empobrecem, devido à queda na sua 'renda disponível não comprometida'; e as pessoas que já eram pobres – mesmo sendo beneficiárias de programas de transferência direta de renda – tornaram-se mais pobres ainda.

O termo endividamento pode ser entendido como quaisquer compromissos de crédito assumidos por pessoas físicas ou jurídicas a uma determinada instituição financeira, em geral, com o intuito de antecipar a aquisição de bens e serviços. Para Ferreira (2006), trata-se simplesmente da contração ou da assunção de dívidas para atender às necessidades do presente. Seguindo o raciocínio, Marques e Frade (2003 *apud* Claudino, 2009) definem o endividamento como uso de recursos provenientes de alguma instituição financeira para fins de consumo.

Por sua vez, Costa (2023) associa o endividamento ao capitalismo contemporâneo, pautado pelo consumo desenfreado, o que permite afirmar que o consumo/aquisição de bens e serviços constitui a principal finalidade de as famílias se endividarem (Silva *et al*., 2020; Paraíso; Fernandes, 2019; Santos; Silva, 2014; Silva, 2008). Vale ressaltar que a natureza do consumo difere-se conforme varia a faixa de renda do indivíduo, tornando comum o endividamento familiar em razão da necessidade de atingir a dignidade mínima. A relevância sobre o tema é exacerbada ao considerar que este não se restringe a questões financeiras, mas também a aspectos emocionais (Carvalho; Sousa; Fuentes, 2017; Brito, 2007). A depender de sua magnitude, de acordo com Souza (2019), o endividamento é capaz de afetar negativamente a saúde e o bem-estar das pessoas, resultando em estresse, crise de ansiedade, depressão, desânimo, entre outros.

Entretanto, na percepção de Campara, Vieira e Ceretta (2016), estar endividado não configura em si uma situação de risco, pois o endividamento é apenas um

[2] Costa (2023) se refere às pessoas que se tornaram pobres devido a seu nível de endividamento: o que ele chama de "Pobres por dívida". Com base em uma operação contábil simples (ativo – passivo), sendo o ativo a renda bruta do trabalhador, e o passivo, a soma das dívidas e outras deduções obrigatórias, o autor observou que, ao longo dos anos, a 'renda disponível não comprometida' (o resultado daquela operação) vem se tornando insuficiente para garantir o mínimo existencial dessas pessoas. Dito de outra forma, trata-se de uma "[...]parcela da população que possui renda superior à linha de pobreza estipulada, mas, uma vez deduzidos os gastos com serviços de dívidas, passa a ter recursos monetários inferiores à mesma linha de pobreza" (*ibid*., p. 79).

compromisso financeiro adquirido e usufruído no presente para quitar em uma data futura. Nesse sentido, considera-se a expansão da oferta de crédito, mecanismo utilizado para estimular, sobretudo, o consumo das famílias, como uma estratégia benéfica para o desenvolvimento econômico e social. "O problema acontece quando as dívidas ultrapassam o limite das capacidades financeiras do indivíduo, tornando-se um *sobreendividamento*" (Souza, 2019, p. 37).

O sobreendividamento (ou superendividamento), por sua vez, diz respeito a uma situação em que a renda disponível do indivíduo é insuficiente para ele efetuar o pagamento de suas dívidas (Vieira *et al*., 2014); refere-se à "incapacidade estrutural de um consumidor conseguir pagar o conjunto das suas dívidas não profissionais" (Frade, 2007, p. 20). Em outras palavras, é um cenário em que o devedor está impossibilitado de honrar suas obrigações financeiras (Bortoluzzi *et al*., 2015); o momento em que as dívidas ultrapassam o limite orçamentário do consumidor (Hennigen, 2010), consequentemente, o que torna-o vulnerável, passível de ser inadimplente e suscetível aos problemas de saúde descritos anteriormente.

Há um conjunto de fatores que podem contribuir para uma situação de superendividamento. Entre eles, alguns contratempos (como cuidados com a saúde, responsabilidade familiar e outros casos relacionados), elevação da taxa de juros (o que afeta diretamente o valor da dívida, principalmente no caso de empréstimos bancários e financiamento de bens duráveis), desemprego ou trabalho precarizado, redução da renda, uso excessivo do cartão de crédito, desequilíbrio financeiro ou simplesmente a falta de vontade por parte do indivíduo. Desse modo, o superendividamento é dito ativo quando as dificuldades financeiras que afetam o pagamento regular das obrigações decorrem de ações intencionais ou descuidos do devedor; enquanto o superendividamento passivo, por seu lado, remete a um ato involuntário, circunstâncias em que a incapacidade de pagamento resulta de um evento inesperado na vida do devedor (Gomes, 2011; Hennigen, 2010; Frade, 2007).

É importante salientar que todo agente econômico está sujeito a algum nível de endividamento, especialmente em contextos de crise econômica – seja em razão do desemprego, da insuficiência de renda para assegurar o mínimo existencial, do descontrole financeiro, da aquisição de bens e serviços para terceiros ou de motivos pessoais (Fiorentini, 2004). Contudo, acredita-se que as famílias de baixa renda apresentem maior propensão tanto ao endividamento quanto à inadimplência (Bricker *et al*., 2012; Zerrenner, 2007). Conforme argumenta Flores (2012), as restrições impostas

pela renda limitada frequentemente levam essas famílias a recorrer ao crédito para cobrir despesas cotidianas. Incapazes de quitar dívidas anteriores e, ao mesmo tempo, garantir o acesso a bens e serviços essenciais, elas acabam inseridas em um círculo vicioso no qual o uso do cartão de crédito, empréstimos e cheque especial se torna, muitas vezes, a única alternativa disponível.

Em contraposição, Porto, Leroy e Camargos (2019) argumentam que as famílias de renda mais elevada têm maior capacidade de contrair dívidas, uma vez que apresentam melhor condição de pagamento e maior demanda por consumo, o que lhes garante pontuação mais alta nas avaliações de crédito. Considerando os critérios básicos exigidos para a concessão de crédito, empréstimos ou financiamentos, é plausível supor que indivíduos com rendimentos ou patrimônios mais elevados transmitam aos credores uma imagem de maior segurança e confiabilidade. Essa percepção favorece a fluidez das relações dessas famílias com o sistema financeiro – cenário distinto daquele vivenciado por famílias de baixa renda, que frequentemente enfrentam barreiras burocráticas e arcam com taxas de juros mais elevadas para acessar crédito e financiamento.

1.1.1 Determinantes do Endividamento Familiar no Brasil: Evidências da Literatura Recente

O debate acadêmico sobre o acentuado crescimento do endividamento das famílias tem se intensificado nas últimas duas décadas, com estudos voltados à identificação dos fatores que explicam esse fenômeno e de seus impactos sobre a vida das famílias brasileiras. Há relativo consenso entre os pesquisadores de que a ampliação da oferta de crédito na economia nacional, especialmente a partir de 2003, aliada à ausência de planejamento financeiro adequado, constituiu o principal vetor de expansão do endividamento familiar (Porto; Leroy; Camargos, 2019; Flores, 2011).

Entretanto, outros autores, como Tristão e Manganeli (2023), Flores (2017) e Vieira *et al*. (2014), ressaltam que fatores socioeconômicos – como o desemprego e o aumento do custo de vida – também desempenham papel relevante na elevação contínua do endividamento ao longo do tempo. Becker *et al*. (2010) acrescentam que políticas salariais restritivas podem levar trabalhadores assalariados a recorrer ao crédito como forma de manter seus padrões de consumo, adquirir bens duráveis (como automóveis e imóveis) ou, em alguns casos, apenas assegurar a própria subsistência.

As análises de Gehlen *et al*. (2024) apontam que a educação financeira desempenha papel fundamental na redução das taxas de inadimplência, contribuindo, assim, para "a saúde econômica e o bem-estar das famílias em todo o Brasil" (p. 96). Essa perspectiva é corroborada por Silva *et al*. (2020), que consideram a educação financeira um instrumento eficaz para conter o avanço do endividamento e promover uma melhor qualidade de vida. Nessa mesma direção, Tristão e Manganeli (2023) destacam o controle financeiro como elemento essencial na elaboração do orçamento doméstico, capaz de prevenir o endividamento e, consequentemente, a inadimplência.

Com base em uma pesquisa bibliográfica e exploratória, Silva *et al*. (2020) identificaram o consumismo e a ausência de planejamento financeiro como os principais fatores que levam ao endividamento familiar, o que, por sua vez, resulta em inadimplência e compromete a qualidade de vida dos brasileiros. Os autores alertam para os riscos do consumo excessivo, que pode gerar um volume de dívidas "tornando-se crônico a partir do momento que compromete toda a renda do devedor, ao ponto de não conseguir fazer uso de seu próprio salário" (p. 358). Já Tristão e Manganeli (2023), ao coletarem dados primários sobre o perfil socioeconômico, o planejamento financeiro e os fatores comportamentais de famílias residentes em Santa Maria (RS), verificaram que, além da falta de planejamento, a elevada propensão ao consumo, o desemprego e a redução da renda figuram entre as principais causas do endividamento familiar.

A pesquisa conduzida por Santos e Silva (2014) revelou que a maioria das famílias brasileiras não dispõe de uma reserva financeira para lidar com imprevistos ou emergências. Nesses casos, o cartão de crédito tende a se tornar o principal meio de pagamento, utilizado para manter determinado padrão de consumo. A partir da aplicação de formulários nas regiões metropolitanas da Bahia e de Sergipe, os autores constataram que a má gestão financeira, o apelo ao consumo favorecido pela facilidade de acesso ao crédito e a busca por um estilo de vida incompatível com a realidade econômica – marcada por rendimentos inferiores à média de consumo – constituem as principais causas do endividamento, especialmente entre famílias baianas e sergipanas.

Conforme apontam Neto, Pinheiro e Ferraz (2021), o processo de financeirização constitui um dos principais determinantes do endividamento contínuo e acelerado das famílias brasileiras. Além de provocar a redução dos investimentos públicos e de limitar a capacidade de intervenção do Estado no desenvolvimento social e econômico, a financeirização intensificou os efeitos da expansão do crédito sobre o orçamento doméstico. Assim, as famílias (especialmente as de baixa renda),

impulsionadas pelo maior acesso ao crédito e pelo consequente aumento na aquisição de bens de consumo e de bens essenciais, passaram a enfrentar níveis mais elevados de endividamento, comprometimento da renda e inadimplência.

Porto, Leroy e Camargos (2019), ao analisarem dados das edições de 2002-2003 e 2008-2009 da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando o método de regressão linear múltipla, identificaram que as variáveis rendimento (renda e patrimônio), nível de escolaridade e volume de empréstimos a prazo são as que mais explicam o grau de endividamento das famílias brasileiras. De forma complementar, Paraíso e Fernandes (2019), com base em dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) de setembro de 2019, afirmam que o aumento expressivo do endividamento familiar gera efeitos adversos sobre a economia, deteriora as condições de vida da população e impacta diretamente a dinâmica do sistema financeiro nacional. Na perspectiva dos autores, a mitigação do endividamento deve ser entendida como uma responsabilidade compartilhada entre as famílias, o poder público, as instituições de ensino, os meios de comunicação e o próprio mercado financeiro.

Com base em informações obtidas por meio da aplicação de questionários, Souza (2019) demonstrou que o endividamento está diretamente associado ao aumento de casos de ansiedade, depressão e à deterioração da qualidade de vida. O autor destaca que o acúmulo excessivo de dívidas pode contribuir significativamente para a redução da expectativa de vida e para o aumento da mortalidade prematura. De acordo com sua análise, o estresse financeiro decorrente do endividamento – aliado a um orçamento doméstico limitado ou insuficiente para atender às necessidades básicas e garantir a sobrevivência – pode gerar sérios problemas de saúde, como insônia, ansiedade, depressão, hipertensão, diabetes, obesidade, doenças cardíacas e, em situações extremas, pensamentos suicidas.

Por sua vez, Costa (2023) investigou os efeitos do endividamento sobre a pobreza a partir dos dados de rendimentos e despesas da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008-2009 e 2017-2018. Com base nesses dados, elaborou um novo indicador denominado “renda disponível não comprometida”, obtido pela dedução de impostos, tributos e despesas com dívidas sobre a renda monetária bruta. Esse indicador serve como parâmetro para avaliar o poder aquisitivo das famílias. A partir dessa métrica, o autor introduziu o conceito de “pobres por dívida”, referindo-se a um grupo social frequentemente negligenciado nas análises econômicas. A comparação

entre a “renda bruta disponível” e a “renda disponível não comprometida” permitiu observar e quantificar de forma objetiva o impacto do endividamento sobre o orçamento familiar.

A ampliação do acesso ao crédito pode, em certa medida, beneficiar o consumidor, ao garantir seu poder de compra e contribuir para a melhoria da qualidade de vida (Lopes, 2012). No entanto, Bortoluzzi *et al*. (2015) alertam que a facilidade de acesso ao crédito tende a estimular o endividamento, o qual se expande rapidamente e compromete a renda familiar, sobretudo entre as classes C, D e E. Vieira *et al*. (2014) analisaram a relação entre comportamento materialista e endividamento familiar a partir de uma pesquisa survey com 1.856 indivíduos residentes na mesorregião central do estado do Rio Grande do Sul. Os resultados indicaram que o materialismo leva o indivíduo a associar a satisfação pessoal à posse de bens materiais, o que o torna mais propenso ao consumo e, consequentemente, ao endividamento.

Diante do exposto, o Quadro 1 apresenta uma síntese das principais variáveis identificadas na literatura como determinantes do endividamento familiar. Observa-se uma predominância de fatores relacionados à falta de educação financeira ou planejamento orçamentário, o que leva parte dos estudos a interpretar o crescimento do endividamento como resultado direto de comportamentos individuais, atribuindo aos próprios devedores a responsabilidade por essa condição. No entanto, o nível alarmante de endividamento entre as famílias de baixa renda desafia tal interpretação e abre espaço para novas perspectivas analíticas.

Em contextos de vulnerabilidade social, as famílias dependem de programas de transferência de renda, pois dispõem de recursos insuficientes para garantir a própria subsistência. Nessas circunstâncias, independentemente do grau de conhecimento sobre práticas de educação financeira, o crédito tende a se configurar não como uma escolha racional de consumo, mas como um mecanismo de sobrevivência econômica. Assim, o endividamento passa a refletir não apenas falhas individuais de gestão financeira, mas também limitações estruturais relacionadas à renda, ao desemprego e à precarização das condições de vida.

O estreito vínculo entre o crescimento do endividamento familiar e a expansão da oferta de crédito tem aprofundado o debate em torno do capitalismo financeirizado e do papel desempenhado pela financeirização na dinâmica econômica contemporânea. No caso brasileiro, o aumento do acesso ao crédito foi determinante para promover a inclusão das famílias no mercado de bens e serviços, permitindo-lhes ampliar o

consumo e, em certa medida, elevar o padrão de vida. Contudo, essa inclusão ocorreu de maneira desigual e frequentemente acompanhada pela ampliação das dívidas e pelo maior comprometimento da renda, evidenciando as contradições do processo (Porto; Leroy; Camargos, 2019).

Quadro 1 – Os principais fatores determinantes do nível do endividamento das famílias brasileiras apontados pela literatura

Causas do endividamento familiar	Bibliografias
Falta de educação financeira e/ou planejamento orçamentário	Gehlen *et al*. (2024); Tristão e Manganeli (2023); Silva *et al*. (2020); Ferreira (2019); Santos e Silva (2014); Claudino *et al* (2009).
Desemprego e custo de vida	Tristão e Manganeli (2023); Flores (2017).
Consumismo ou "sociedade de consumo"	Silva *et al*. (2020); Silva (2008).
Expansão da oferta de crédito, do cheque especial e do empréstimo consignado.	Acordi (2019); Porto, Leroy e Camargos (2019); Bortoluzzi *et al*. (2015).
Processo de financeirização	Costa (2023); Neto, Pinheiro e Ferraz (2021); Araújo (2020); Lavinas, Araújo e Bruno (2017).
Desejos e necessidades	Santos e Silva (2014).
Políticas salariais restritivas	Becker *et al*. (2010).
Materialismo e a busca por um *status* social	Vieira *et al*. (2014).
Ausência do hábito de poupar	Tristão e Manganeli (2023).
Instabilidade financeira e disposição para assumir riscos.	Vieira *et al*. (2014).

Fonte: Elaboração do autor.

Sob essa perspectiva, Lavinas, Araújo e Bruno (2017) destacam que o crédito ao consumo passou a cumprir uma função social que ultrapassa o simples estímulo ao mercado. Para os autores, ele tem servido como instrumento compensatório frente às lacunas deixadas pelas políticas públicas, assumindo o papel de suprir necessidades básicas que deveriam ser garantidas por meio de salários adequados, políticas redistributivas e uma estrutura tributária mais justa. O crédito, portanto, transforma-se em uma estratégia privada de bem-estar, deslocando para o mercado responsabilidades que deveriam ser do Estado.

Apesar das implicações econômicas e sociais desse fenômeno, Costa (2023) ressalta que o processo de inclusão das famílias, notadamente as famílias de baixa renda, no sistema de crédito ainda está em curso, não tendo atingido seu limite. Isso significa que, embora a ampliação do crédito tenha possibilitado maior acesso ao

consumo e certa mobilidade social, ela também consolidou uma nova forma de dependência financeira, em que a sustentabilidade do consumo das famílias passa a estar condicionada ao endividamento contínuo.

1.2 O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL E SEUS EFEITOS NA ECONOMIA E NO ENDIVIDAMENTO FAMILIAR: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL

A Financeirização foi peça fundamental na implementação das reformas neoliberais no Brasil, que ocorreram durante as décadas de 1980 e 90 (Becker *et al*., 2010). Desse modo, apesar de ser um termo relativamente recente e pouco desenvolvido até o momento, seu poder de atuação e de mudanças não pode ser ignorado (Lapavitsas, 2011). Segundo Bruno (2011), a financeirização refere-se a um padrão de funcionamento das economias em que a acumulação de riquezas ocorre, predominantemente, por meio de canais financeiros, ao invés de atividades produtivas: indústria, comércio e agricultura. Trata-se, portanto, de um novo estágio do capitalismo (Sawyer, 2016), isto é, uma transformação sistêmica das economias capitalistas consolidadas (Lapavitsas, 2011).

É comum economias capitalistas, ao atingir certo grau de desenvolvimento financeiro[3], oferecerem a possibilidade de acumular riquezas por meio de operações bancárias e financeiras. Porém, à medida que tal prática se torne recorrente devido à criação de uma variedade extensa de ativos financeiros que competem de maneira favorável com os ativos produtivos em termos de liquidez, risco e retorno, afirma-se que a economia está passando por um processo de financeirização (Bruno, 2011). De acordo com Palley (2007 *apud* Lavinas; Araújo; Bruno, 2017), o conceito de financeirização, em tese, descreve um processo em que mercados financeiros, instituições e elites financeiras ganham cada vez mais influências nas políticas econômicas.

Contudo, Sawyer (2016) ressalta que o número crescente de recursos disponibilizado a serviços financeiros é prejudicial para o crescimento econômico, ao passo que isso pode provocar crises estruturais. Pois as evidências empíricas têm revelado que economias capitalistas altamente financeirizadas são fortemente

[3] De acordo com Haan e Sturm (2017), o desenvolvimento financeiro diz respeito ao crescimento e a consolidação das atividades financeiras; enquanto a liberalização financeira, por sua vez, refere-se ao fortalecimento do mercado financeiro em detrimento da intervenção do governo.

suscetíveis a entrarem em recessão técnica (Becker *et al*., 2010). Afinal, a financeirização gera efeitos negativos sobre o desenvolvimento social e econômico. Entre esses efeitos, Bruno (2011) destaca (i) uso improdutivo da poupança das famílias e das empresas; (ii) política econômica (fiscal e monetária) ineficiente, ao deixar de promover crescimento econômico e gerar emprego e renda para ser refém do setor financeiro e das classes rentistas; (iii) tendência à excessiva valorização da taxa real de câmbio, o que é prejudicial ao desenvolvimento industrial, sobretudo à exportação de produtos com maior conteúdo científico-tecnológico; e (iv) concentração funcional e setorial da renda intensificada.

Lapavitsas (2011, p. 620) sugere que a financeirização "[...] *is related to public provision retreating across a range of services: housing, pensions, education, health, transport and so on*." Nesse contexto, as famílias se tornam cada vez mais refém do setor empresarial e, sobretudo, de um sistema bancário e outras instituições financeiras, para usufruir de serviços básicos e necessários para a vida e a cidadania[4]. Análise empírica feita por Lavinas, Araújo e Bruno (2017) indica que o processo de financeirização ocorrido no Brasil resultou na redução da provisão de gastos sociais direcionados à oferta de serviços desmercantilizados (como saúde, educação e a implementação de políticas de transferência de renda monetária); enquanto isso, a previdência complementar, oferecida pelo setor privado, cresceu exponencialmente ao longo das últimas três décadas.

Na argumentação de Bruno (2011), é o processo de financeirização que impossibilita o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, e não a falta de poupança interna e/ou a existência de um setor público supostamente ineficiente e desperdiçador de recursos, como aparece frequentemente em discursos populares e midiáticos. Taxas de juros elevadas desestimulam o capital produtivo ao tornar o investimento pouco atrativo, o que reflete diretamente nas taxas de crescimento e dificulta a possibilidade de manter um crescimento econômico relativamente alto por um longo período. Como alternativa, Bruno (2011) propõe a adoção de um novo modelo de crescimento econômico pautado no incentivo ao investimento produtivo em meio a um ambiente macroeconômico saudável, com juros baixos e câmbio competitivo.

---

[4] Os serviços básicos e necessários referem-se à "alimentação, moradia, vestuário e serviços essenciais: como água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos e escolas" (Crespo; Gurovitz, 2002, p. 4).

No Brasil, a financeirização se dissemina pelo varejo e atinge as classes mais pobres através das políticas sociais (Neto; Pinheiro; Ferraz, 2021; Lavinas; Araújo; Bruno, 2017). Isso resultou no aumento da vulnerabilidade social e no endividamento das famílias, devido aos altos custos dos financiamentos e empréstimos contraídos. Ademais, um levantamento feito por Neto, Pinheiro e Ferraz (2021) mostrou que pessoas com menor poder aquisitivo, e que, consequentemente, estão mais suscetíveis ao endividamento e inadimplência, tendem mais a recorrer ao crédito para a compra de bens duráveis – como veículos, apartamentos, entre outros – do que aquelas que pertencem a faixas de renda mais altas.

Em sua maioria, a financeirização é responsável pelo rápido e crescente grau de endividamento familiar e, portanto, compromete parte considerável da renda disponível dos trabalhadores (Araújo, 2020). Além disso, "*financialization has implications for employment, work and the conditions of life of workers* [...]" (Lapavitsas, 2011, p. 621). Segundo Neto, Pinheiro e Ferraz (2021), o Estado brasileiro foi cooptado pelo setor financeiro, e, em vez de promover a igualdade material desejada, as políticas socioassistenciais têm funcionado como mecanismos financeiros que geram desigualdades. Assim, no meio desse cenário, torna-se imprescindível promover discussões, principalmente no âmbito acadêmico, para compreender a situação das famílias cuja principal fonte de renda é o Programa Bolsa Família (PBF) ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas).

O desenvolvimento econômico e social de um país é consequência de (i) crescimento econômico acelerado, sustentável e duradouro, promovido pelo incentivo ao investimento produtivo ou formação de capital fixo, (ii) geração de emprego e renda, (iii) distribuição de renda e erradicação da pobreza, e (iv) oferta de serviços essenciais (como educação e saúde) pelo poder público a fim de garantir o bem-estar da população (Bruno, 2011). No que diz respeito ao crescimento econômico, Meniago e Asongu (2018) salienta que é preciso de um setor financeiro estruturado, funcionando corretamente e, sobretudo, devidamente regulado para que a economia cresça conforme o esperado. O que não é o caso de países de baixa renda (Chiu; Lee, 2019).

Entretanto, dados empíricos sobre Gana analisados por Ofori-Abebrese, Pickson e Diabah (2017), referente ao período de 1970 a 2013, revelaram que a quantidade de crédito proveniente de fontes internas para o setor privado apresentou relação positiva e significativa com o crescimento econômico no curto e longo prazo. Isto é, para os autores, um incremento de 1% na quantidade de recursos financeiros disponibilizados a

empresas privadas, a economia ganesa cresce em uma taxa equivalente a 0,84%. Greenwood e Jovanovic (1990), por sua parte, argumentam que a financeirização mantém uma relação de interdependência com o crescimento econômico, caracterizando um círculo virtuoso entre ambos os processos. Em sua perspectiva, o crescimento econômico gera os recursos necessários para o fortalecimento e a expansão da estrutura financeira de um país, o que, consequentemente, aumenta a eficiência dos investimentos e impulsiona novas etapas de crescimento, superiores às do período anterior.

Para Levine (2003), sistemas financeiros mais avançados reduzem as barreiras ao financiamento externo que as empresas enfrentam, e isso evidencia um mecanismo por meio do qual o desenvolvimento financeiro afeta positivamente o crescimento econômico. Em outras palavras,

> Financial development involves improvements in the (i) production of ex ante information about possible investments, (ii) monitoring of investments and implementation of corporate governance, (iii) trading, diversification, and management of risk, (iv) mobilization and pooling of savings, and (v) exchange of goods and services. Each of these financial functions may influence savings and investment decisions and hence economic growth (*ibid*., p. 5).

Compreender de que forma os sistemas financeiros influenciam o dinamismo econômico é fundamental, uma vez que esse entendimento serve de base para orientar decisões macroeconômicas mais equilibradas e sustentáveis (Clarke; Xu; Zou, 2006). No caso brasileiro, observa-se que o endividamento das famílias tem se intensificado à medida que o mercado de crédito e o acesso a financiamentos se expandem ao longo do tempo. Assim, pode-se inferir que o nível de endividamento familiar reflete não apenas escolhas individuais de consumo, mas, sobretudo, o modelo macroeconômico vigente e as condições sociais em que essas famílias estão inseridas.

Em um contexto de capitalismo financeirizado e liberalização financeira, as decisões de consumo das famílias tornam-se cada vez mais condicionadas à lógica do crédito e da rentabilidade, o que reforça a vulnerabilidade econômica das camadas de baixa renda. Ao mesmo tempo, esse processo impõe limites à formulação e à efetividade de políticas públicas voltadas à redução da desigualdade e da pobreza, uma vez que o bem-estar social passa a depender, em grande parte, de mecanismos de mercado. Diante disso, torna-se imprescindível ampliar o debate teórico e empírico acerca do papel dos sistemas financeiros na promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar coletivo, especialmente em economias periféricas como a brasileira.

1.2.1 Implicações do Desenvolvimento Financeiro para a Desigualdade de Renda e a Pobreza

A literatura internacional tem se dedicado de forma crescente a compreender o papel desempenhado pelos sistemas financeiros (tanto em escala local quanto global) no crescimento econômico, na distribuição de renda e, sobretudo, no combate à pobreza. De antemão, é importante reconhecer que não existe consenso quanto às implicações da liberalização financeira ou do desenvolvimento financeiro sobre essas variáveis socioeconômicas.

Uma vertente teórica sustenta que o fortalecimento e a consolidação dos sistemas financeiros podem exercer efeitos positivos sobre o bem-estar das famílias de baixa renda, favorecendo a inclusão financeira e a redução das desigualdades, ao ampliar o acesso ao crédito e aos instrumentos de investimento (Demir *et al*., 2022; Bumann; Lensink, 2016; Demirgüç-Kunt; Levine, 2009; Beck; Demirgüç-Kunt; Levine, 2007; Clarke; Xu; Zou, 2006; Levine, 2003). Sob essa ótica, o desenvolvimento financeiro atuaria como um vetor de crescimento inclusivo, estimulando a produtividade e promovendo uma distribuição mais ampla dos recursos econômicos.

Em contrapartida, um conjunto significativo de estudos sustenta que a expansão do setor financeiro tende a aprofundar as desigualdades de renda, beneficiando desproporcionalmente as camadas mais ricas da população e reforçando as estruturas de concentração de capital (Meniago; Asongu, 2018; Haan; Sturm, 2017; Gimet; Lagoarde-Segot, 2011; Rodríguez-Pose; Roine; Vlachos; Waldenström, 2009; Tselios, 2009; Claessens; Perotti, 2007; Motonishi, 2006). Nessa perspectiva, o crescimento financeiro, longe de ser um mecanismo de inclusão, poderia acentuar as disparidades socioeconômicas, sobretudo em países com frágil regulação e baixo nível de proteção social.

Kim e Lin (2011) corroboram a tese de que o desenvolvimento financeiro constitui um elemento essencial para a redução da desigualdade de renda. Entretanto, os autores argumentam que esse efeito positivo não ocorre de forma automática, mas depende de determinadas condições estruturais e institucionais. Segundo eles, a diminuição das desigualdades se torna viável apenas quando: (i) a intermediação financeira se torna menos custosa e mais eficiente; (ii) o sistema financeiro supera os estágios iniciais de desenvolvimento, alcançando um grau de maturidade capaz de alocar recursos de maneira equitativa; e (iii) o crescimento econômico ocorre em ritmo

acelerado, ampliando a riqueza nacional, reduzindo a escassez de capital e favorecendo a inserção mais ampla da população no mercado financeiro.

De modo complementar, Chiu e Lee (2019) observam que o impacto do desenvolvimento financeiro sobre a desigualdade varia conforme o contexto histórico e geográfico. Em suas análises, um sistema financeiro consolidado tende a promover uma distribuição de renda mais equilibrada em países de alta renda, onde há maior estabilidade econômica e regulação eficaz. Por outro lado, em nações de baixa renda, caracterizadas por instituições frágeis e mercados voláteis, o aprofundamento financeiro pode ter o efeito inverso – ampliando as disparidades e reforçando a concentração de recursos.

Segundo Bumann e Lensink (2016), quando o nível de profundidade financeira – medido pela relação entre o crédito privado e o Produto Interno Bruto (PIB) – ultrapassa o patamar de 25%, a liberalização financeira é capaz de exercer efeitos positivos sobre a distribuição de renda, contribuindo para sua melhoria. Pois "*Financial liberalization leads to enhanced banking sector efficiency and adjustments in interest rates affecting income of investors and savers, and, therefore, income inequality*" (Bumann; Lensink, 2016, p. 143)[5]. Com a expansão do setor financeiro, pessoas em situação de pobreza e pequenos empreendedores, antes excluídos do sistema bancário, passam a ter acesso ao crédito e a empréstimos, possibilitando tanto a aquisição de bens e serviços quanto o investimento em seus próprios negócios (Clarke; Xu; Zou, 2006). Em síntese, o desenvolvimento financeiro contribui para que as famílias estabilizem o consumo e invistam na formação de capital humano, enquanto, para as empresas, o maior acesso ao financiamento está relacionado a melhores retornos e desempenho mais sólido (Demirgüç-Kunt; Levine, 2009).

Por sua vez, Kim e Lin (2011) reconhecem que as pessoas em situação de pobreza tendem a ser excluídas do sistema financeiro, o que as impede de investir em capital físico e humano. No entanto, os autores argumentam que a inclusão desse grupo no mercado de crédito pode atuar como um estímulo ao desenvolvimento financeiro, promovendo uma melhor alocação de capital e, consequentemente, reduzindo a desigualdade de renda. Nessa mesma direção, Chiu e Lee (2019) destacam que, à

[5] "However, in countries where financial depth is low, the interest elasticity of demand for loans is low, so that an increase in bank efficiency, and the related decrease in borrowing costs, will only have a minor impact on loan demand. In this case financial market equilibrium requires a decrease in the deposit rate, which reduces the income of savers and consequently increases income inequality." (Bumann; Lensink, 2016, p. 144).

medida que o mercado de capitais se torna mais eficiente e a distribuição de crédito se aperfeiçoa, as famílias de baixa renda passam a acessar com maior facilidade os recursos financeiros necessários para investir, o que impulsiona o crescimento das atividades produtivas e favorece uma distribuição de renda mais equilibrada entre os diferentes estratos sociais.

De acordo com Demirgüç-Kunt e Levine (2009), ao influenciar a alocação de capital, os sistemas financeiros afetam diretamente a taxa de crescimento econômico e a demanda por mão de obra, podendo gerar impactos profundos sobre a pobreza e a distribuição de renda. Nessa perspectiva, quanto maior o desenvolvimento financeiro ao longo do tempo, maior tende a ser a redução da desigualdade de renda (Clarke; Xu; Zou, 2006). Em síntese, o desenvolvimento financeiro mostra-se benéfico para as famílias de baixa renda, uma vez que estimula um crescimento da renda dos mais pobres superior ao crescimento médio do PIB per capita, o que contribui para reduzir a desigualdade socioeconômica (Beck; Demirgüç-Kunt; Levine, 2007). Contudo, os próprios autores reconhecem a inexistência de mecanismos concretos que garantam esse efeito positivo do desenvolvimento financeiro sobre a distribuição de renda, ao admitirem: "*Although the results show that financial development is particularly beneficial to the poor, this research is silent on how to foster poverty-reducing financial development*" (*ibid*., p. 25).

Em contraposição a essa corrente teórica, Sawyer (2016) argumenta que a ausência de clareza quanto aos mecanismos pelos quais o desenvolvimento financeiro pode efetivamente promover a distribuição de renda e o bem-estar social torna essa perspectiva teoricamente inconsistente. Além disso, observa-se que muitos dos defensores dessa tese negligenciam as especificidades estruturais e temporais de cada país, uma vez que (i) o dinamismo econômico varia conforme o contexto nacional, (ii) a estrutura financeira se consolida de maneira distinta em cada economia, e (iii) o ritmo das transformações sociais e econômicas também difere. Nos países de baixa renda ou economias emergentes, como o Brasil, essas diferenças tornam-se ainda mais evidentes: o número de pessoas em situação de vulnerabilidade social é mais elevado, a concentração de renda é acentuada e a manutenção da estabilidade macroeconômica de longo prazo representa um desafio constante, o que limita o alcance dos potenciais benefícios do desenvolvimento financeiro.

Nesse contexto, a atuação do poder público como promotor do bem-estar social torna-se fundamental, sobretudo por meio da implementação de políticas

socioassistenciais voltadas à redução das desigualdades e à proteção das famílias em situação de vulnerabilidade. No entanto, observa-se que a capacidade de intervenção do Estado é frequentemente limitada pela subordinação ao sistema financeiro, o qual impõe restrições significativas ao desenvolvimento socioeconômico. Um exemplo emblemático dessa subordinação é a manutenção de taxas de juros elevadas, utilizadas como instrumento para atrair capital financeiro e garantir rendimentos aos rentistas. Essa prática, contudo, restringe o acesso ao crédito, desestimula investimentos produtivos e compromete a geração de emprego e renda, dificultando, assim, a promoção de um crescimento econômico sustentável e inclusivo. Dessa forma, evidencia-se a ausência de uma relação direta entre o desenvolvimento do setor financeiro e a efetiva inclusão das camadas mais pobres na distribuição dos lucros (Haan; Sturm, 2017).

Uma análise conduzida por Roine, Vlachos e Waldenström (2009), com base em um painel de 16 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ao longo do século XX, indica que o desenvolvimento financeiro tende a favorecer os mais ricos, ao mesmo tempo em que gera efeitos adversos sobre as famílias de baixa renda. Os autores foram categóricos ao afirmar que "*periods of high economic growth are strongly pro-rich*" (*ibid*., p. 976), destacando que os benefícios do crescimento econômico não se distribuem de forma equitativa.

De forma complementar, Gimet e Lagoarde-Segot (2011) argumentam que o impacto do desenvolvimento financeiro sobre a desigualdade de renda depende menos do tamanho do setor financeiro ou de seu nível de integração internacional, e mais das características institucionais que o sustentam – como o grau de transparência, a eficiência na alocação de recursos e a capacidade regulatória dos sistemas financeiros. Esses fatores, segundo os autores, são decisivos para determinar se o desenvolvimento financeiro contribuirá para reduzir ou ampliar as desigualdades sociais.

Rodríguez-Pose e Tselios (2009) analisaram 102 regiões da União Europeia entre 1995 e 2000 e constataram que tanto o desemprego em massa quanto o desenvolvimento financeiro atuam como fatores que intensificam a desigualdade de renda. De modo semelhante, a análise empírica conduzida por Motonishi (2006), com dados referentes ao período de 1975 a 1998, revelou que o nível de escolaridade e, sobretudo, o desenvolvimento financeiro foram determinantes para o aumento da desigualdade de renda na Tailândia.

Em outra perspectiva regional, Meniago e Asongu (2018) investigaram 48 países africanos entre 1996 e 2014 e observaram que tanto o avanço dos sistemas financeiros quanto o crescimento econômico foram pró-ricos, ou seja, beneficiaram majoritariamente as camadas de renda mais altas. Como consequência, o continente africano permanece marcado por altos níveis de desigualdade e pobreza, reflexo de uma estrutura econômica excludente.

De forma mais ampla, entende-se que variáveis financeiras, como a liberalização e o desenvolvimento financeiro e a ocorrência de crises bancárias, contribuem significativamente para o agravamento da desigualdade de renda (Haan; Sturm, 2017). Além disso, o acesso desigual ao crédito e ao financiamento compromete o crescimento das empresas, o bem-estar das famílias e restringe as políticas de redistribuição de renda (Claessens; Perotti, 2007). Por fim, reconhece-se que a desigualdade de renda acarreta efeitos nocivos sobre a estabilidade macroeconômica, dificultando o alcance de um desenvolvimento social e econômico sustentável (Meniago; Asongu, 2018). Dessa forma, compreender e corrigir os mecanismos de concentração de riqueza torna-se uma condição indispensável para promover o desenvolvimento social e econômico almejado.

1.3 O COMBATE À POBREZA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA: ÊNFASE NOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA

O relatório “Mapa da Nova Pobreza”, elaborado por Neri (2022), revelou que, em 2021, no auge da pandemia de Covid-19, cerca de 29,6% da população brasileira (o equivalente a 62,9 milhões de pessoas) vivia com menos de R$ 500 por mês. Nesse mesmo ano, a inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulou uma alta de 10,06%, atingindo dois dígitos pela primeira vez em vários anos e mais que dobrando as taxas registradas em 2020 (4,52%) e 2019 (4,31%). Paralelamente, o salário mínimo nacional era de R$ 1.100, enquanto o custo médio da cesta básica girava em torno de R$ 600, segundo dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) divulgados em janeiro de 2022.

Em junho de 2024, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE) divulgou uma pesquisa que traça um panorama da pobreza e da extrema pobreza no Brasil e em suas cinco macrorregiões (Tabela 2), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) referentes ao período de 2012 a 2023. Considerou-se em situação de pobreza as pessoas

com rendimento domiciliar per capita mensal inferior a R$ 667, e em extrema pobreza, aquelas com renda abaixo de R$ 209. Os resultados indicaram que, em 2023, mais de 60 milhões de brasileiros (o equivalente a 27,9% da população) viviam em condição de pobreza, enquanto cerca de 9,5 milhões de pessoas (4,4%) encontravam-se em situação de extrema pobreza.

Tabela 2 - Pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil e em suas cinco macrorregiões nos anos 2012, 2019, 2021 e 2023 (%).

Regiões	2012		2019		2021		2023	
	Pobreza	Extrema pobreza	Pobreza	Extrema pobreza	Pobreza	Extrema pobreza	Pobreza	Extrema pobreza
Norte	53,1	11,7	51,6	13,2	53,3	14,0	40,4	6,2
Nordeste	57,3	14,4	52,7	15,3	57,2	17,6	47,3	9,0
Sudeste	24,4	3,1	22,6	3,5	27,4	5,4	19,1	2,5
Sul	19,8	2,1	16,5	2,4	19,6	3,2	14,9	1,7
Centro-Oeste	26,7	2,4	23,7	3,0	28,6	3,8	18,1	1,8
Brasil	35,4	6,8	32,5	7,4	36,7	9,0	27,9	4,4

Fonte: Cálculos feitos pelo autor com base na pesquisa da FGV IBRE (publicado em: 24 jun. 2024) e nas estimativas de população do IBGE para os anos selecionados.

Embora o número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza ainda seja elevado, é relevante destacar a redução observada na pesquisa mais recente em comparação com os anos anteriores. Entre 2021 e 2023, por exemplo, a extrema pobreza no Brasil foi reduzida em mais da metade, reflexo das políticas sociais implementadas no primeiro ano do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula III). Esse período foi marcado por um processo de reconstrução democrática e de restabelecimento da estabilidade institucional, além do resgate e da reestruturação do Programa Bolsa Família, que voltou a ocupar um papel central nas estratégias de combate à pobreza e à fome. A retomada do programa reforçou o compromisso do Estado com a redução das desigualdades e a promoção da inclusão social, aspectos essenciais para a consolidação de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

Em 2023, o governo do presidente Lula implementou um conjunto de medidas voltadas à redução da pobreza no Brasil. Entre as principais ações destaca-se a reativação e ampliação do Programa Bolsa Família, que estabeleceu um valor mínimo

de R$ 600 por família, com adicionais destinados a crianças, gestantes e adolescentes, resultando em um benefício médio superior a R$ 700 e alcançando dezenas de milhões de brasileiros. Além disso, foi lançado o programa Brasil Sem Fome, cujo objetivo é erradicar a fome e a pobreza extrema até 2026. Essa iniciativa envolveu a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fortalecendo a agricultura familiar e a segurança alimentar.

Outras medidas relevantes incluíram o aumento real do salário mínimo (possibilitando a recuperação do poder de compra dos trabalhadores), a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida (voltado à redução do déficit habitacional) e a ampliação do programa Farmácia Popular, garantindo o acesso da população a medicamentos essenciais. Com esse conjunto de políticas integradas, o país registrou redução nos índices de pobreza e extrema pobreza (conforme demonstrado na Tabela 2), evidenciando a eficácia das ações governamentais no enfrentamento das desigualdades sociais.

Cumpre recordar, entretanto, que em 2019 a economia brasileira ainda se encontrava em processo de recuperação após um período de recessão técnica e de estagnação. Em 2021, o cenário agravou-se com o auge da pandemia de coronavírus, que interrompeu atividades econômicas em grande parte do mundo. No contexto brasileiro, a criação do auxílio emergencial e a adoção de outras políticas socioassistenciais entre 2020 e 2021 foram fundamentais para mitigar os efeitos da crise sanitária. Todavia, embora importantes, tais medidas mostraram-se insuficientes para conter o expressivo aumento do número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza.

1.3.1 Conceituando a Pobreza, sua Origem e os Efeitos na Vida Humana

Crespo e Gurovitz (2002) propõem que a pobreza possa ser compreendida sob três perspectivas distintas. A primeira é a ótica do “juízo de valor”, que remete a uma dimensão subjetiva e abstrata, vinculada à percepção individual acerca do que constitui um grau adequado de satisfação das necessidades básicas ou um nível aceitável de

privação[6]. A segunda é a ótica relativa, em que a pobreza é entendida em função da desigualdade na distribuição de renda, sendo definida a partir do padrão de vida vigente na sociedade – ou seja, considera-se pobre aquele que se encontra nas faixas inferiores da distribuição de renda, em comparação com os indivíduos em posições mais privilegiada[7]. Por fim, a terceira é a ótica absoluta, que se refere ao estabelecimento de um padrão mínimo de necessidades básicas, conhecido como linha ou limite da pobreza, o qual determina a parcela da população que vive abaixo desse patamar. Esse padrão mínimo abrange dimensões essenciais, como alimentação, moradia e vestuário, e é usualmente mensurado com base nos preços relativos, estimando-se a renda necessária para assegurar o acesso adequado a esses bens e serviços (*ibid*.).

Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2001), não existe uma definição única ou universal de pobreza; contudo, ela pode ser compreendida como uma condição de privação em que determinadas famílias não conseguem alcançar um padrão mínimo de vida compatível com as referências sociais vigentes em um dado contexto histórico.

> Desse modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a essa medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor (Barros; Henriques; Mendonça, 2001, p. 2).

Schwartzman (2004, p. 13) sustenta que a pobreza resulta da interação de diversos fatores estruturais, como "a exploração do trabalho pelo capital; o poder das elites que parasitavam o trabalho alheio e saqueavam os recursos públicos; e a alienação das pessoas, criada pelo sistema de exploração que as impede de ter consciência dos próprios problemas e necessidades". Já para Sen (2010), a pobreza não se limita à insuficiência de renda, mas está relacionada à 'privação de capacitações', isto é, à impossibilidade de as pessoas desenvolverem suas potencialidades e exercerem suas liberdades fundamentais. Assim, a pobreza pode se manifestar de múltiplas formas, incluindo fome, desnutrição, falta de acesso à educação e a serviços essenciais, restrição

---

[6] Nesse caso, o indivíduo manifesta sentimentos e opiniões, essencialmente normativas, sobre quais deveriam ser os padrões sociais contemporâneos em relação à pobreza, sem considerar uma situação social concreta, que possa ser identificada objetivamente, marcada pela escassez de recursos (Crespo; Gurovitz, 2002).

[7] O conceito de pobreza relativa refere-se à situação em que uma família, em comparação a outras, tem menos de certo atributo desejado, como renda, melhores condições de emprego, poder ou padrão de vida acima da média. Crespo e Gurovitz (2002) argumentam que essa abordagem encontra-se inconsistente, pois ela não estabelece um limite a partir do qual a pobreza deixaria de existir.

de liberdades, discriminação, exclusão social e ausência de participação nas decisões coletivas, tanto em nível local quanto nacional. Afinal,

> [...] a pobreza é um fenômeno multidimensional em que há a falta do que é necessário para o bem-estar material. Associa-se a esse conceito a falta de voz, poder e independência dos pobres que os sujeita à exploração; à propensão à doença; à falta de infraestrutura básica, à falta de ativos físicos, humanos, sociais e ambientais e à maior vulnerabilidade e exposição ao risco (Crespo; Gurovitz, 2002, p. 11).

De acordo com Santos (2013*a*; 2013*b*), a pobreza é consequência direta de um processo urbanístico e de metropolização, cujas características são, em geral, a desigualdade socioeconômica, a concentração de renda e a precarização nas condições de vida de uma parte considerável da população. Por sua vez, Schwartzman (2004, p. 14) ressalta que "a pobreza e a desigualdade são tão antigas quanto a humanidade, e sempre vieram acompanhadas de fortes sentimentos morais", ao passo que sempre foi virtuoso o ato de ajudar os pobres, enquanto se aceita a inevitabilidade das diferenças sociais e da miséria humana. Destarte, conforme Barros, Henriques e Mendonça (2001, p. 23), "a desigualdade encontra-se na origem da pobreza, e combatê-la torna-se um imperativo. Imperativo de um projeto de sociedade que deve enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social".

Em síntese, a pobreza representa uma condição em que a escassez de recursos e de capacidades impede que uma família alcance um padrão de vida considerado minimamente digno. Em outras palavras, trata-se de uma situação de privação e sofrimento, marcada pela falta de acesso a bens e serviços básicos (como alimentação, vestuário e moradia) indispensáveis à dignidade humana, podendo inclusive gerar graves consequências à saúde. Já a extrema pobreza corresponde a um estágio ainda mais crítico dessa condição, no qual as famílias não dispõem de recursos financeiros suficientes sequer para suprir suas necessidades alimentares e de sobrevivência imediata.

A pobreza é um fenômeno multidimensional e inter-relacionado, cujas causas e manifestações variam de acordo com fatores culturais, de gênero, faixa etária e contexto socioeconômico (Crespo; Gurovitz, 2002). No caso brasileiro, esse fenômeno está intimamente ligado à herança escravocrata e ao desenvolvimento das instituições políticas, que historicamente falharam em garantir proteção social e promover o bem-estar da população (Schwartzman, 2004). Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2001), o principal determinante da pobreza no Brasil não reside na escassez absoluta ou

relativa de recursos, mas sim na acentuada desigualdade na distribuição de renda, que permite a concentração da riqueza nas mãos de poucos, enquanto a maioria vive em condições desumanas. Apesar de possuir recursos materiais e produtivos suficientes para erradicar a pobreza, o país ainda é marcado por profundas injustiças sociais e por uma parcela expressiva da população em constante luta por uma vida minimamente digna.

Paradoxalmente, ao lado de uma economia moderna e em constante transformação, sustentada por um sistema financeiro sólido e altamente lucrativo, coexistem milhões de brasileiros mergulhados na pobreza, desempregados ou inseridos em ocupações informais e precárias. Para Schwartzman (2004, p. 31), essa contradição pode ser compreendida como

> [...] uma consequência de processos de exclusão pelos quais setores, antes incluídos, foram expulsos e marginalizados por processos de mudança social, econômica ou política; ou de processos de inclusão limitada pelos quais o acesso a emprego, renda e benefícios do desenvolvimento econômico fica restrito a determinados segmentos da sociedade.

Surge, portanto, a necessidade de uma atuação efetiva do Estado brasileiro, por meio da implementação de políticas públicas capazes de restaurar a dignidade das parcelas mais vulneráveis da população, estimular o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, reduzir a desigualdade na distribuição de renda (promovendo, assim, maior eficácia e agilidade no enfrentamento da pobreza).

Para complementar, Crespo e Gurovitz (2002) defendem o acesso à educação, a formação profissional e cidadã e a oferta de serviços de saúde como mecanismos eficientes para combater a pobreza medida pela renda e, consequentemente, garantir uma ascensão social a famílias desprovidas. Todavia, os autores fizeram uma ressalva ao salientar que as estratégias para reduzir a pobreza serão eficazes e sustentáveis apenas se baseadas em um entendimento aprofundado do público alvo (nesse caso, as famílias em situação de vulnerabilidade social). Somado a isso, os programas de transferência direta de renda são apontados como importantes ferramentas para proporcionar um alívio às famílias em situação de pobreza (Sousa; Soto; Lima, 2020; Lima, 2016). Pois, enquanto políticas sociais a caráter distributivo, a eles cabe a função de assegurar o acesso dessas famílias a bens e serviços básicos e necessários para a sobrevivência, sem a perda da autonomia.

1.3.2 Programas de Transferência de Renda Condicionada na América Latina: Uma Estratégia para Amenizar a Pobreza e Reduzir as Desigualdades Sociais

Durante as décadas de 1980 e 1990, os países latino-americanos passaram por uma série de reformas macroeconômicas e institucionais que resultaram em profundas mudanças estruturais. Essas reformas incluíram privatizações, ajustes fiscais, flexibilização das relações capital-trabalho, abertura dos mercados e a consequente deterioração dos recursos naturais e energéticos. Tais medidas foram, em grande parte, impostas por organismos multilaterais e instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, servindo como contrapartida para a obtenção de empréstimos e para a inserção desses países no processo de globalização, que se intensificava nos âmbitos comercial, financeiro e tecnológico.

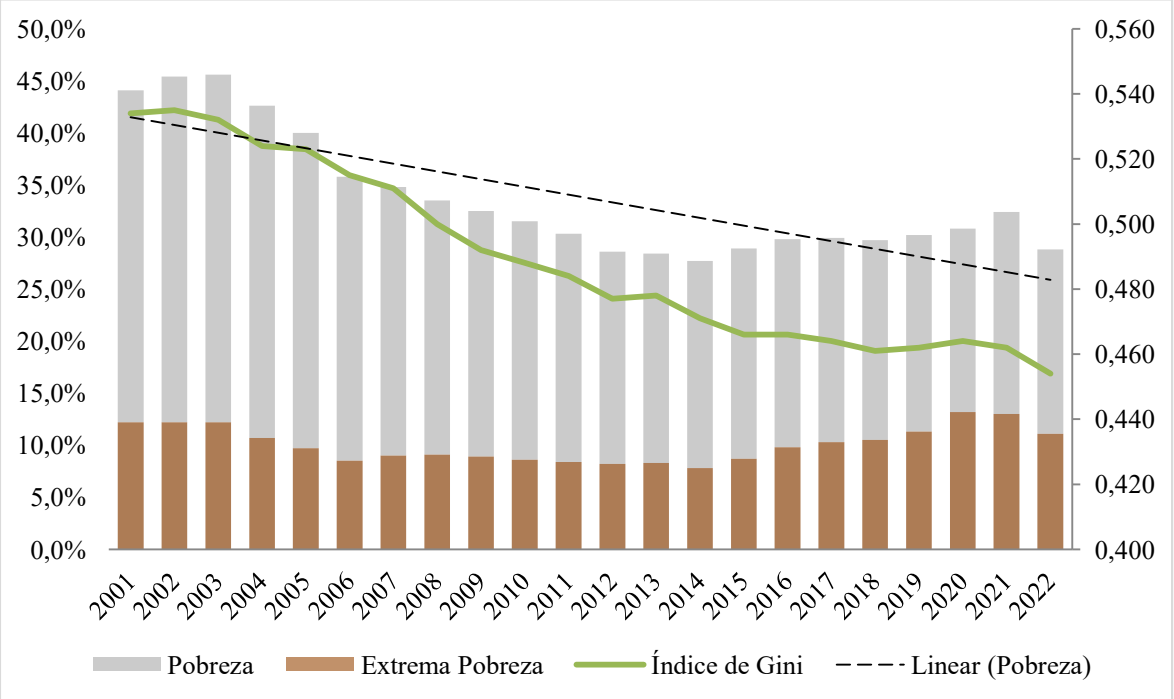
Em consequência disso, houve aumento do número de pessoas em situação de vulnerabilidade social, devido à precarização das condições e das relações de trabalho, e a América Latina migrou para o século XXI com cerca da metade de sua população em situação de pobreza (Sousa; Soto; Lima, 2020; Lima, 2016; Nascimento; Reis, 2009). A região integrou a lista das mais desiguais do mundo. A desigualdade social atingiu um patamar que dificultou os investimentos na formação de capital humano, impedindo a geração de uma mão de obra qualificada e sua adequada inserção no mercado de trabalho, com salários justos e dignos. Afinal, ao negligenciar as políticas sociais, que são instrumentos essenciais para o processo de desenvolvimento econômico, as reformas implementadas fragilizaram a classe trabalhadora e levaram “uma quantidade considerável de indivíduos a condições de marginalidade e sem o aspecto da cidadania presente em suas vidas” (Lima, 2022, p. 14).

Contudo, no início dos anos 2000, grande parte dos países da América Latina passou por transformações significativas em suas estratégias políticas, administrativas e econômicas. Enquanto as décadas finais do século XX foram marcadas pela hegemonia do ideário neoliberal – caracterizado pela defesa do mercado competitivo e autorregulado, pela desestatização e desnacionalização de empresas e pela redução do papel do Estado a um agente passivo, sem protagonismo no desenvolvimento econômico –, o novo milênio trouxe consigo uma onda progressista em diversos países da região. Essa nova orientação passou a priorizar o bem-estar social, incorporando gastos e programas sociais nas agendas econômicas. Como resultado, observou-se uma

redução expressiva na concentração de renda e melhorias nos indicadores sociais, especialmente nos níveis de pobreza, desemprego e indigência (Lima, 2016).

O Gráfico 1 apresenta um retrato da trajetória da pobreza, da extrema pobreza e do grau de concentração de renda (o índice de Gini) na América Latina no período entre 2001 e 2022. Percebe-se a partir da linha de tendência – *Linear (Pobreza)* – que a proporção de indivíduos em situação de pobreza reduziu de forma significativa: a pobreza na região passou de 44,1% (2001), 45,6% (2003) para 28,8% (2022). O ano de 2014 foi o período em que a América Latina registrou o menor percentual de pessoas consideradas pobres (27,7%). A extrema pobreza, por seu turno, diminuiu ligeiramente ao longo dos anos: passou de 12,2% (2001, 2002 e 2003) para 11,1% (2022) – o menor percentual também foi em 2014 (7,8%). Quanto ao índice de Gini (que mede o grau de concentração de renda, variando entre 0 e 1), esse passou de 0,535 (2001) para 0,454 (2022): a tendência é que ele reduza mais ainda nas próximas décadas.

Gráfico 1 – Variação da pobreza, da extrema pobreza e da concentração de renda na América Latina, entre 2001 e 2022



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe).

Apesar de a América Latina ser uma importante fonte de riqueza para o mundo, a pobreza e as desigualdades sociais permanecem como características histórico-estruturais da região. Ao longo de todo o século XX, houve pouca vontade política

manifestada em prol da distribuição de renda e da promoção do bem-estar social. Acreditava-se que o crescimento econômico por si próprio seria capaz de gerar emprego e renda suficientes para atender as demandas da população. Evidentemente, com as reformas estruturais implementadas, as economias latino-americanas se recuperaram das crises internas da década de 1980 (período conhecido como década perdida) e cresceram moderadamente nos anos 1990. Todavia, Nascimento e Reis (2009) ressaltam que toda a riqueza gerada foi reinvestida na própria atividade produtiva, não foi parcialmente destinada aos gastos sociais, o que seria adequado para enfrentar o aumento da pobreza e a concentração de renda na região.

> De modo ampliado, até meados da década de 90, as políticas de proteção social, com cobertura relativamente alta no contexto da América Latina, estavam estruturadas ao redor do mercado formal de trabalho e do sistema de seguridade social. [...] As dificuldades econômicas e seus impactos na esfera social, vivenciados nesse período, impulsionaram ações focalizadas, a partir de programas sociais, especialmente os de transferência de renda (Nascimento; Reis, 2009, p. 187).

Isso explica a razão pela qual, entre os emergentes, os países latino-americanos foram os primeiros a adotar Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) como estratégia para reduzir as desigualdades sociais e promover o bem-estar (Cavalcante, 2011).

Os programas de transferência direta de renda na América Latina e Caribe foram instituídos em um contexto de os Estados assumirem o compromisso para com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (especialmente o ODM 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome), e eles se consolidaram a partir da segunda metade da década de 2000. Com o passar dos anos, foram incorporados os quatro primeiros Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; e educação de qualidade). Atualmente, os PTRC constituem a principal política social em diversos países da América Latina. Entre 1990 e 2012, cerca de 20 programas de transferência de renda com condicionalidades foram criados em diferentes países da região, conforme apresentado no Quadro 2.

A institucionalização dos programas de transferência direta de renda resultou "de um conjunto de transformações experimentadas pelo sistema capitalista em âmbito mundial e em especial no continente latino-americano" (Lima, 2016, p. 206). Em tese, esses programas surgem com o propósito de (i) melhorar a condição de vida de famílias em condição de vulnerabilidade social, (ii) proporcionar meios para a saída da pobreza e, sobretudo, (iii) garantir o investimento em capital humano como meio para a

superação da pobreza geracional. Quanto ao *modus operandi*, famílias de baixa renda, que não exercem formalmente atividades remuneradas, realizam seu cadastro no banco de dados do órgão gestor do programa e, após análise das informações fornecidas, se aprovadas, passam a receber regularmente uma determinada quantia de dinheiro, por meio de uma conta bancária.

Quadro 2 – Programas de transferência de renda com condicionalidades em países da América Latina e Caribe

País	Nome do programa	Ano de criação
Argentina	Programa Asignación Universal por Hijo para Protección Social (AUF)	2009
Bolívia	Programa Bono Madre – Niño "Juana Azurduy"	2009
Brasil	Bolsa Família	2003
Chile	Chile Solidário	2002
Colômbia	Programa Familias en Acción	2000
Costa Rica	Avancemos	2006
El Salvador	Red Solidaridad	2005
	Programa Comunidades Solidarias Rurales; Programa Comunidades Solidarias Urbanas.	2009
Equador	Bono de Desarrollo Humano	1998
Guatemala	Mi Bono Seguro	2012
Haiti	Ti Manman Cheri	2012
Honduras	Programa de Asignación Familiar (PRAF)	1990
	"Bonos 10.000" Programa Presidencial Salud, Educación y Nutrición	2010
Jamaica	Programme of Advancement through Health and Education (PATH)	2001
México	Oportunidades	2002
Panamá	Red de Oportunidades	2006
Peru	Red Juntos (Programa Nacional de Apoyo Directo a los más pobres)	2005
República Dominicana	Programa Solidaridad	2005
Trindade e Tobago	Target Conditional Cash Transfer (TCCTP)	2007
Uruguai	Programa Nuevo Régimen de Asignaciones Familiares (AFAM-PE)	2008

Fonte: Lima (2022, p. 37-38) e Silva (2014, p. 301).

Sousa, Soto e Lima (2020) destacam uma tendência de ruptura com o assistencialismo tradicional e o paternalismo nos países latino-americanos, devido às condicionalidades – com foco em educação, saúde e qualificação profissional – que têm sido critérios decisivos para receber o benefício, e à unidade de atenção que deixou de ser o indivíduo para ser a família. Para Medeiros, Britto e Soares (2007), a exigência de

condicionalidades – no caso do Bolsa Família, por exemplo – é uma forma de incentivar os beneficiários a assumirem parte da responsabilidade e do compromisso de ampliar o acesso aos direitos sociais básicos e, sobretudo, combater a transmissão intergeracional da pobreza via investimentos em capital humano.

1.3.3 Programas de Transferência Direta de Renda no Brasil: Análise do Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas)

O art. 203 da Constituição Federal obriga o Estado a fazer uso de políticas socioassistenciais como instrumento de combate à pobreza. Nos incisos I e V, respectivamente, define-se por objetivos da prestação de assistência social pelo poder público: "a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice"; e, sobretudo, "a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família"[8].

A Lei n° 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), por sua vez, estabeleceu as diretrizes para a sistematização das medidas protetoras tomadas pelo Estado para promover o bem-estar social. Assim, no art. 1°, estipula-se que "a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas". Já o art. 2° da referida Lei complementa a Constituição Federal ao determinar por objetivos da assistência social:

> I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos;
> II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
> III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

[8] O art. 20 da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n° 8.743/1993) dispõe sobre a composição do núcleo familiar, ao determinar no parágrafo primeiro que "a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto"; e as condições de deficiência de um indivíduo, ao estabelecer no parágrafo segundo que "para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas".

A legislação brasileira expressa com exatidão a necessidade de o Estado intervir diretamente para reduzir a desigualdade socioeconômica, proteger a vida e a dignidade dos cidadãos, e garantir a predominância das necessidades básicas em detrimento da rentabilidade econômico-financeira. Desse modo, "para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais" (Lei n° 8.742/1993, Art. 2°, Inciso III, Parágrafo único). Destarte, a incorporação de gastos sociais no orçamento público possibilitou o surgimento de um conjunto de programas de transferência direta de renda: entre eles, o Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas) e o Programa Bolsa Família (PBF).

Por intermédio do BPC-Loas, o Estado garante o pagamento mensal de um salário mínimo a pessoas idosas (a partir de 65 anos) e pessoas com deficiência (PCD) que comprovem situação de vulnerabilidade social, possuindo renda familiar per capita igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo – o equivalente a R$ 353 em novembro de 2024[9]. Criado em 1995, o programa é atualmente coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), responsável pela implementação, regulação, financiamento, monitoramento e avaliação do benefício. Já a operação é conduzida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que recebe os pedidos, realiza a avaliação médica e social dos solicitantes e processa as concessões – seja nas agências, por telefone ou pelo aplicativo "Meu INSS". Diferentemente de outros programas sociais, o BPC-Loas não possui condicionalidades, ou seja, não exige o cumprimento de requisitos relacionados à frequência escolar, comportamento ou outras obrigações sociais para a manutenção do benefício[10].

---

[9] Pela Lei n° 14.176/2011, que alterou parte dos critérios para a obtenção do BPC-Loas, definiu-se que pessoas com deficiência e idosos com renda familiar mensal per capita de 1/2 (meio) salário mínimo também podem ter acesso ao benefício, a depender: "(I) do grau da deficiência; (II) da dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária; e (III) do comprometimento do orçamento do núcleo familiar, exclusivamente com gastos médicos, com tratamentos de saúde, com fraldas, com alimentos especiais e com medicamentos do idoso ou da pessoa com deficiência não disponibilizados gratuitamente pelo SUS, ou com serviços não prestados pelo Suas [Sistema Único de Assistência Social], desde que comprovadamente necessários à preservação da saúde e da vida" (Art. 20-B da Lei n° 8.742/1993).

[10] Outro critério obrigatório estabelecido para ter acesso ao BPC refere-se à inscrição do solicitante e dos integrantes de sua família no Cadastro Único, antes mesmo de efetuar a solicitação do benefício.

Dados do MDS/Governo Federal apontam que o número de beneficiários do BPC-Loas atingiu, em setembro de 2024, mais de seis milhões de pessoas (um pouco menos de 3% da população): sendo 3.468.066 de Pessoas com Deficiência (PCD) e 2.708.562 de idosos. No mesmo mês, mais de R$ 8,7 bilhões foram repassados aos beneficiários como um todo – 16,8 vezes o valor total repassado em setembro de 2004. Nos últimos 20 anos, a demanda pela adesão ao programa aumentou de forma considerável, e o número total de pessoas aptas para receber o benefício é 261% maior: em janeiro de 2004, 1.039.044 de beneficiários eram PCD e 671.477, pessoas com pelo menos 65 anos.

Por seu lado, o Programa Bolsa Família foi sancionado pela Lei n°. 10.836/2004 e relançado em 2023 pela Medida Provisória n° 1.155 (de 1° de janeiro) e a Lei n° 14.601 (de 19 de junho). Precisamente, ele surgiu no final de 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como forma de (i) unificar e estruturar um conjunto de programas socioassistenciais preexistentes – notadamente Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Auxílio Gás e Cadastramento Único do Governo Federal; (ii) possibilitar meios necessários às famílias brasileiras para preservarem a dignidade, a honra e a cidadania; e, portanto, (iii) promover o desenvolvimento econômico e social, tendo o Estado como provedor do bem-estar.

Em suma, o PBF é um programa de transferência direta e condicionada de renda no qual o governo federal oferece um apoio financeiro mensal, atualmente, no valor mínimo de R$ 600,00 a famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza que têm o registro atualizado no Cadastro Único (CadÚnico). A gestão do programa está a cargo do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); porém, a seleção dos beneficiários, em sua maioria, é de responsabilidade dos órgãos municipais de assistência social, e as operações de pagamento são efetuadas pela Caixa Econômica Federal.

Os principais objetivos do Bolsa Família são (i) fornecer meios capazes de garantir o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, (ii) contribuir para a superação das famílias brasileiras da situação de vulnerabilidade social e, sobretudo,

(iii) promover o acesso pleno a direitos básicos como educação, saúde e nutrição.[11] Sendo assim, diferentemente do BPC-Loas que não exige contrapartidas comportamentais, conforme o Art. 10 da Lei n° 14.601/2023, as famílias beneficiárias do PBF se comprometem a cumprir condicionalidades relativas:

> I - à realização de pré-natal;
> II - ao cumprimento do calendário nacional de vacinação;
> III - ao acompanhamento do estado nutricional, para os beneficiários que tenham até 7 (sete) anos de idade incompletos; e
> IV - à frequência escolar mínima de:
> a) 60% (sessenta por cento), para os beneficiários de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos de idade incompletos; e
> b) 75% (setenta e cinco por cento), para os beneficiários de 6 (seis) anos a 18 (dezoito) anos de idade incompletos que não tenham concluído a educação básica.

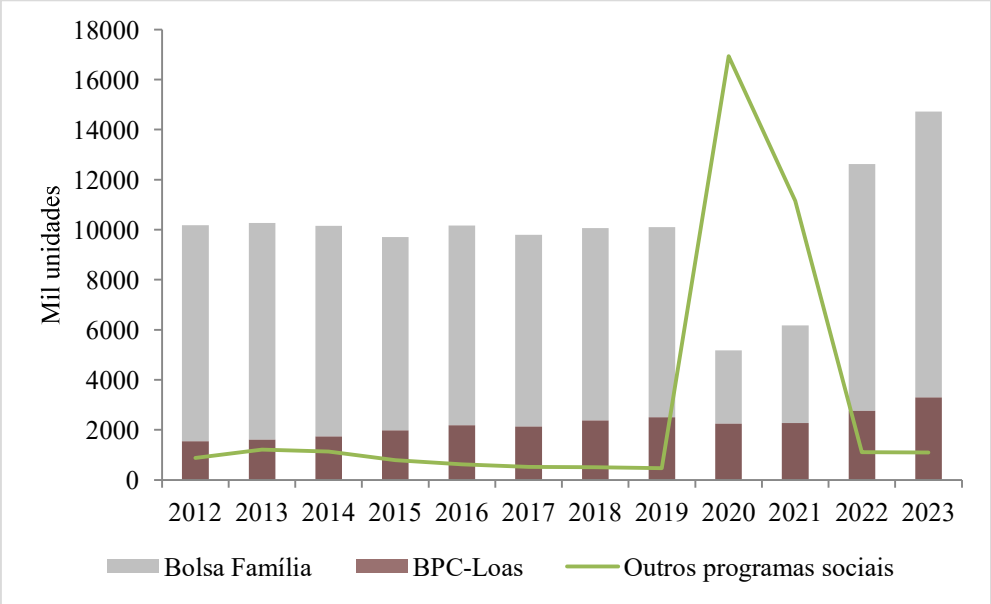
Conforme levantamento do MDS/Governo Federal, em janeiro de 2004, 3,6 milhões de famílias brasileiras receberam o auxílio Bolsa Família – e o valor repassado foi de R$ 263 milhões; 20 anos depois, em novembro de 2024, o número de beneficiários atingiu a marca de 20,7 milhões de famílias, e mais de R$ 14 bilhões foram transferidos. Boa parte desse aumento ocorreu a partir do período da pandemia do Covid-19, que paralisou as atividades econômicas e, portanto, ampliou a procura de famílias pela adesão a programas de transferência direta de renda: em março de 2020, 13 milhões de famílias se beneficiaram do PBF. Da série histórica, o maior número de famílias que recebeu o benefício em um mês foi 21,5 milhões (setembro de 2023).

Embora o benefício seja destinado exclusivamente a famílias de baixa renda, é importante ressaltar que o número de beneficiários não reflete na íntegra o real tamanho da pobreza no país, devido a um conjunto de desafios enfrentados ao longo dos anos que influenciam diretamente na eficiência do programa. Medeiros, Britto e Soares (2007) apontam um dilema inerente aos processos de seleção de beneficiários de programas socioassistenciais. Segundo os autores, quando os critérios de elegibilidade são muito flexíveis, ocorre o chamado "erro de vazamento", situação em que pessoas acima da linha de pobreza acabam recebendo o benefício indevidamente. Por outro lado, regras excessivamente restritivas podem gerar o "erro de cobertura", isto é, a exclusão de indivíduos ou famílias que realmente necessitam do auxílio para garantir sua sobrevivência. Ademais, os autores destacam a dificuldade adicional de identificar e

[11] O Art. 6° da Constituição Federal define por direitos sociais e básicos "a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]".

alcançar grupos populacionais que, embora vivam em situação de vulnerabilidade e estejam próximos ou abaixo da linha de pobreza, ainda não possuem registro no Cadastro Único (CadÚnico).

Gráfico 2 – Número de domicílios beneficiários do BPC-Loas, PBF ou de outros programas sociais (entre 2012 e 2023)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) – IBGE[12].

O Gráfico 2 apresenta a evolução do número de domicílios brasileiros com pelo menos um beneficiário de programas sociais, como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros auxílios governamentais. Observa-se que, de modo geral, não houve grandes variações ao longo do período analisado, com exceção dos anos de 2020 e 2021, marcados pelos impactos da pandemia de Covid-19. O número de domicílios beneficiários do Bolsa Família caiu de 10 milhões (2019) para cerca de 5 milhões (2020), depois voltou a subir para 6 milhões em 2021 e retomou o patamar inicial em 2022 (12,6 milhões). Já os domicílios atendidos por outros programas sociais seguiram a trajetória inversa: 466 mil em 2019, um salto expressivo para 16,9 milhões em 2020, recuando para 11,1 milhões em 2021 e chegando a 1,1 milhão em 2022. Essa flutuação atípica pode ser explicada pela implementação do auxílio emergencial e de outras medidas socioassistenciais durante o período mais

[12] "O programa social denominado "Bolsa Família" contempla inclusive o programa social "Auxílio Brasil", que substituiu o Bolsa Família entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022" (notas do IBGE).

crítico da pandemia, quando o governo ampliou temporariamente a cobertura de programas sociais para mitigar os efeitos econômicos e sociais da crise sanitária.

O Programa Bolsa Família sofreu mudanças durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, ao passo que ele recebeu outro nome: Programa Auxílio Brasil. Em decorrência da crise sanitária causada pelo coronavírus (Covid-19), a Lei n° 13.982 (de 2 de abril de 2020), as Medidas Provisórias n° 1.000 (de 2 de setembro de 2020) e n° 1.039 (de 18 de março de 2021), entre outros, foram introduzidas como forma de assegurar um mínimo existencial a indivíduos de baixa renda, em geral, por intermédio de transferências diretas de renda. Desse momento surgiu o Auxílio Emergencial, pago em valores diferentes durante o seu período de vigência (2020 e 2021). Em seguida, pela Medida Provisória n° 1.061 (de 9 de agosto de 2021), depois convertida na Lei n° 14.284 (de 29 de dezembro de 2021), instituiu-se os Programas Auxílio Brasil e Alimenta Brasil, sob a gestão do então Ministério da Cidadania.

A substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil pode ser entendida como uma estratégia política, inserida em um contexto de polarização e fundamentada no sentimento *anti-Petismo*/*anti-Lula* – em referência ao Partido dos Trabalhadores. Essa mudança não se limitou a uma mera reformulação administrativa, mas teve também um forte apelo simbólico, buscando desvincular a política de transferência de renda da imagem dos governos petistas. A falta de um planejamento sólido para garantir a sustentabilidade do Auxílio Brasil reforça a ideia de que a mudança teve um caráter predominantemente político. Enquanto o Bolsa Família já tinha uma estrutura consolidada, com financiamento estável e critérios bem definidos, o novo programa foi implementado de maneira acelerada, sem uma garantia clara de continuidade no orçamento a longo prazo. Além disso, ao eliminar mecanismos de focalização, como o Cadastro Único mais rigoroso, e ao priorizar a ampliação do benefício sem uma estratégia clara de combate à pobreza estrutural, a iniciativa acabou parecendo mais voltada para atender interesses eleitorais do que para ser uma política pública consistente de redução da desigualdade.

Uma síntese das funcionalidades dos dois programas sociais analisados nesta pesquisa (o Bolsa Família e o BPC-Loas) encontra-se sistematizada no Quadro 3, com destaque para suas principais características. Embora ambos sejam políticas de transferência direta de renda, observa-se que apresentam diferenças significativas tanto em suas finalidades quanto em seus mecanismos de operacionalização. Apesar disso, os beneficiários pertencem majoritariamente à mesma classe social, famílias em condição

de pobreza ou extrema pobreza, o que justifica seu enquadramento como público de interesse desta pesquisa. É importante ressaltar que tais indivíduos, por sua inserção socioeconômica precária, enfrentam restrições estruturais de acesso ao crédito e ao financiamento, o que limita sua capacidade de contrair dívidas e, em última instância, de se tornarem inadimplentes.

Quadro 3 – Principais características dos programas Bolsa Família e BPC-Loas

Características	**Programa Bolsa Família (PBF)**	**Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas)**
Legislação	As Leis n° 10.836/2004 e n° 14.601/2023.	Lei n° 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).
Vigência	2003-2021 e 2023-presente.	1995-presente
Gestão e operacionalização	*Coordenação*: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). *Operacionalização*: órgãos municipais de assistência social. *Agente pagador*: Caixa Econômica Federal	*Coordenação*: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) – por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). *Operacionalização*: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
Principais objetivos	Proporcionar um alívio às famílias de baixa renda no imediato e, no longo prazo, romper com o ciclo intergeracional da pobreza, garantindo acesso à educação e à saúde.	Proteger a vida, a cidadania e a dignidade; e garantir o acesso amplo aos direitos sociais.
Valor do benefício	*Mínimo*: R$ 600 *Máximo*: a depender da condição social da família, pode chegar a mil reais. *Valor médio*: R$ 681,22 por família (novembro de 2024).	*Valor único*: Um salário mínimo por indivíduo: R$ 1.412,00 (em 2024).
Unidade de atenção	Famílias residentes no Brasil em condição de vulnerabilidade social.	Pessoas com Deficiência (PCD) ou idosos com 65 anos ou mais, vulneráveis socialmente.
Requisitos básicos	Renda familiar per capita mensal inferior ou igual a R$ 218,00; Inscrição no CadÚnico atualizada.	Renda familiar per capita mensal inferior ou igual a 1/4 (um quarto) de salário mínimo; Ser idoso ou possuir algum tipo de impedimento de longo prazo para exercer qualquer atividade remunerada.
Condicionalidades	Exame pré-natal, cartão de vacinação atualizado, acompanhamento do estado nutricional e frequência escolar mínima.	Não possui condicionalidades.

Fonte: Elaboração do autor com base em levantamentos feitos em acervos.

No que se refere às especificidades, o Bolsa Família adota condicionalidades nas áreas de saúde e educação, como realização de pré-natal, atualização da carteira de vacinação, acompanhamento do estado nutricional infantil e frequência escolar mínima. Essas exigências reforçam seu caráter de política pública voltada à quebra do ciclo intergeracional da pobreza, promovendo tanto a proteção imediata quanto a formação de

capital humano no longo prazo. O BPC-Loas, por sua vez, não exige contrapartidas. Trata-se de um benefício não contributivo da seguridade social, garantido constitucionalmente, que assegura renda mínima a idosos com 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência de longo prazo em situação de vulnerabilidade. Seu objetivo central é assegurar dignidade e condições mínimas de sobrevivência, funcionando como uma rede de proteção social mais voltada à subsistência direta do que ao investimento em capacidades futuras.

Em síntese, enquanto o Bolsa Família pode ser compreendido como uma política de apoio familiar e desenvolvimento social, com foco no fortalecimento do capital humano, o BPC-Loas se configura como um pilar da seguridade social brasileira, garantindo renda básica e proteção à vida para grupos cuja autonomia econômica é estruturalmente limitada. Ambos, embora distintos em concepção e objetivos, convergem ao oferecer proteção social às famílias pobres, reduzindo vulnerabilidades e, indiretamente, influenciando os padrões de endividamento ao assegurar uma fonte estável de renda mínima.

1.4 EXPANSÃO DO CRÉDITO PARA PESSOAS FÍSICAS E SUA RELAÇÃO COM O CONSUMO E O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

A expansão do crédito para pessoas físicas no Brasil, observada de forma intensa a partir do início dos anos 2000, configurou-se como um dos importantes fenômenos macroeconômicos da história econômica recente do país. Impulsionada por um conjunto de fatores que incluem estabilização macroeconômica, políticas de distribuição de renda e inovações regulatórias e financeiras[13], essa transformação reconfigurou o padrão de consumo das famílias e o próprio regime de crescimento econômico. Contudo, esse processo gerou um intenso debate na literatura acadêmica sobre suas consequências, contrapondo os benefícios da inclusão financeira e do estímulo à demanda com os riscos associados ao crescente endividamento das famílias, sobretudo as de baixa renda.

[13] A aprovação da Lei nº 10.820/2003 (que regulamentou o crédito consignado a servidores públicos, aposentados e pensionistas), por exemplo, proporcionou uma expansão considerável no acesso das famílias a empréstimos com juros mais baixos, em razão da garantia de desconto em folha. Consequentemente, entre 2007 e 2010, o saldo do crédito consignado para trabalhadores do setor público cresceu mais de 240%, enquanto entre pensionistas e aposentados o crescimento foi superior a 190% (Barros; Pinto, 2014).

No âmbito das políticas de distribuição de renda, os programas de transferência direta de renda, em especial o Bolsa Família, tiveram papel central no fortalecimento do poder de compra das camadas mais pobres da população. Tais políticas foram determinantes para a dinamização da economia doméstica (Azevedo; Fonseca; Missio, 2022). Segundo Hoffmann (2013), cerca de 90% dos benefícios do Bolsa Família alcançavam os 45% mais pobres da população, o que demonstrava não apenas um esforço consistente de redução das desigualdades sociais, mas também um estímulo ao consumo, muitas vezes sustentado por meio do acesso ao crédito. Esse processo ocorreu em paralelo a um período de expressivo crescimento econômico, especialmente entre 2004 e 2013, quando se verificou uma expansão real e contínua da oferta de crédito. Nesse intervalo, o saldo total de crédito, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou avanços robustos, resultado tanto do aumento da demanda das famílias quanto da adoção de políticas anticíclicas que garantiram liquidez e mantiveram a concessão de crédito mesmo em momentos de instabilidade (Fiocca, 2024).

A gênese da expansão do credito no Brasil remonta à estabilização promovida pelo Plano Real. A superação da hiperinflação foi uma condição essencial para o desenvolvimento de um mercado de crédito de longo prazo (Soares, 2002). No entanto, o marco decisivo para a massificação do crédito ocorreu nos anos seguintes. A regulamentação do crédito consignado em 2003, modalidade em que as parcelas do empréstimo são descontadas diretamente da folha de pagamento ou do benefício previdenciário, é amplamente reconhecida como um ponto de inflexão. De acordo com Borça Jr. e Guimarães (2015), o consignado mitigou o risco de inadimplência para as instituições financeiras, permitindo a redução dos “spreads bancários” e a ampliação do acesso ao crédito para uma parcela considerável da população que antes estava à margem do sistema.

Essa inovação institucional, somada a um ambiente de crescimento do emprego e de valorização real do salário mínimo, consolidou um modelo de crescimento econômico liderado pelo consumo das famílias (Azevedo; Fonseca; Missio, 2022). Nesse contexto, as políticas de transferência de renda desempenharam a função de garantir uma fonte de renda mínima e previsível para milhões de famílias, transformando essas pessoas em potenciais consumidores e, consequentemente, em alvos para o mercado de crédito. Para Barros e Pinto (2014), a formalização de um exército de trabalhadores e a expansão dos programas sociais criaram um novo

contingente de "cidadãos-consumidores", cuja inclusão social se deu, em grande medida, pelo acesso ao consumo via crédito.

Mora (2022) ressalta que a expansão do crédito foi viabilizada por um ambiente macroeconômico favorável, com crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e melhoria dos indicadores de emprego e renda, o que reduziu o risco percebido pelas instituições financeiras. Assim, a mudança no perfil da carteira de crédito, com maior participação das famílias, foi fundamental para sustentar o consumo e, por consequência, o crescimento econômico, especialmente no período entre 2003 e 2010 (Silva, 2017).

Por sua vez, Sicsú (2019) define os dois primeiros governos do presidente Lula (2003-2010) como a "era do consumo", na qual uma combinação de políticas de valorização do salário mínimo, aumento do emprego formal e programas de transferência de renda ampliou o poder aquisitivo da população. Essa nova massa de consumidores, no entanto, foi fortemente estimulada a ingressar no mercado via crédito, transformando o acesso a bens e serviços em um vetor de inclusão social e econômica. Nesse contexto, na visão de Martin, Callado e Araujo (2023), o governo federal atuou ativamente para democratizar o acesso ao sistema financeiro, utilizando os bancos públicos como ferramentas para reduzir os “spreads bancários” e expandir a oferta de crédito, notadamente através do crédito consignado.

Entretanto, essa democratização do acesso ao crédito trouxe consigo o ônus do endividamento. O aumento do crédito esteve intrinsecamente ligado ao crescimento do endividamento das famílias (Lima, 2018), isto é, a mesma expansão que impulsionou o crescimento econômico é apontada como a principal responsável pelo aumento expressivo do nível de endividamento familiar no país. Alt (2019) adverte para os limites desse modelo de crescimento, afirmando que o elevado endividamento das famílias pode se tornar um entrave para a sustentabilidade do desenvolvimento, uma vez que a renda futura fica comprometida com o pagamento de dívidas passadas, restringindo o consumo e o investimento.

O debate se torna particularmente sensível ao analisar o impacto sobre as famílias de baixa renda. Se, por um lado, o crédito permitiu o acesso a bens de consumo duráveis e à realização de projetos antes inviáveis, por outro, ele expôs essa população a um sistema financeiro com taxas de juros elevadas e a um risco acentuado de superendividamento. Barros e Pinto (2014) são enfáticos ao descrever esse paradoxo, no qual a inclusão financeira dos mais pobres se traduziu em uma "subordinação

financeira", marcada por dívidas de alto custo que corroem a renda disponível. Os autores destacam que, durante o segundo governo Lula (2007-2010), o crescimento do crédito ao consumo foi acompanhado por um aumento significativo do comprometimento da renda das famílias com serviços de dívida. Em suas análises, Ivo (2016) aponta para um "endividamento perverso" entre as classes populares, nas quais a inclusão financeira se deu de forma precária, inserindo os mais pobres em um ciclo de dívidas com altas taxas de juros, o que gerou novas formas de desigualdade e dependência financeira. A publicação do Jornal dos Economistas (2011) já alertava para os riscos desse modelo, questionando a sustentabilidade de um crescimento baseado na expansão do crédito e do endividamento[14].

Em síntese, os estudos convergem na avaliação de que a expansão do crédito foi um elemento definidor do desenvolvimento brasileiro recente, promovendo crescimento e inclusão via consumo, mas, ao mesmo tempo, gerando um complexo desafio social e econômico materializado no elevado endividamento das famílias. Dados mais recentes corroboram a persistência desse desafio. O Relatório de Economia Bancária de 2023, publicado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), mostra que, embora o sistema financeiro tenha se mostrado resiliente, o nível de endividamento das famílias continua a ser um ponto de atenção para a estabilidade econômica. A discussão, portanto, transcende a dicotomia entre acesso e exclusão, passando a focar na qualidade desse acesso e na necessidade de políticas de educação financeira e regulação que protejam os consumidores mais vulneráveis. Estimativas de mercado apontam que dezenas de bilhões de reais deverão ser movimentadas em novas linhas de crédito ainda nesta década, especialmente nos segmentos de crédito imobiliário, consignado e cartões – o que reforça a importância do crédito como mecanismo central de dinamização econômica e de acesso ao consumo por parte das famílias brasileiras. Em suma, a expansão do crédito no Brasil modernizou o sistema financeiro e dinamizou a economia, mas seu legado é ambíguo, deixando um desafio estrutural relacionado à gestão da saúde financeira das famílias brasileiras.

[14] Na edição de 2011 do Jornal dos Economistas (n. 263), os autores expressaram preocupação quanto à qualidade da expansão do crédito, ao ressaltar que tal fenômeno macroeconômico, embora tenha funcionado como motor do crescimento econômico, poderia resultar no esgotamento do poder de compra das famílias e no aumento da inadimplência, com riscos à estabilidade financeira futura.

CAPÍTULO 2 – BASE DE DADOS, ESTRATÉGIA EMPÍRICA E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DE INTERESSE

INTRODUÇÃO

O procedimento metodológico para a realização desta pesquisa envolve levantamentos bibliográficos, organização e análise de uma base de dados e a escolha de um método econométrico capaz de proporcionar resultados consistentes do ponto de vista estatístico. A começar pela busca de materiais em acervos virtuais e presenciais para a adoção de um referencial teórico, artigos publicados em periódicos, teses defendidas e relatórios técnicos fornecidos por órgãos oficiais foram utilizados para o embasamento da abordagem teórica presente no trabalho.

Procurou-se construir uma linha de raciocínio que parte da conceituação e da contextualização dos principais temas discutidos – endividamento familiar, desenvolvimento financeiro/financeirização, pobreza, entre outros – até a descrição dos processos normativos por trás da institucionalização dos dois programas analisados: Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas). Por fim, as informações levantadas fundamentaram a discussão acerca do processo de expansão da oferta de crédito no Brasil, e a possível relação da financeirização das políticas sociais com o crescimento acentuado do nível de endividamento das famílias mais pobres.

A base de dados é a coleta de informações referente à POF 2017-2018 – IBGE, na qual são considerados os dados relacionados à renda, despesas financeiras e se a família recebe ou não algum tipo de programa de transferência direta de renda, em especial os dois programas supracitados. No que diz respeito ao método proposto, é utilizado o *Propensity Score Matching* (PSM), um método que possibilita a criação de dois grupos (tratamento e controle) e procura semelhanças entre as características das variáveis observadas de cada unidade nos grupos.

No grupo de tratamento, encontram-se as famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda, e no grupo de controle, as famílias não beneficiárias, porém com características observáveis semelhantes ao grupo de tratamento. Esse método permite reduzir o viés de seleção, pois tratam-se de informações quase-experimentais em virtude da ausência de randomização na escolha de famílias para receber os benefícios.

2.1 A PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES (POF) E SUA APLICAÇÃO NO PRESENTE ESTUDO

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constitui-se em um dos mais importantes instrumentos de levantamento socioeconômico do país. Seu objetivo principal é coletar informações detalhadas sobre os hábitos de consumo, a composição orçamentária e as condições de vida das famílias brasileiras. Além de oferecer uma visão abrangente da estrutura de rendimentos e despesas, a POF possibilita identificar padrões de consumo, analisar desigualdades sociais e fornecer subsídios para a formulação e avaliação de políticas públicas voltadas à redução da pobreza e ao fortalecimento da proteção social.

O levantamento contempla dados sobre rendimentos, despesas e estrutura de consumo de bens e serviços, possibilitando a construção de um retrato consistente da qualidade de vida da população a partir de seus orçamentos domésticos. Tais informações servem não apenas para o desenho de decisões estratégicas em benefício do bem-estar social, mas também para aprimorar estudos sobre desigualdade e padrões de vida no Brasil, apoiar análises sobre o perfil nutricional da população e, sobretudo, atualizar os principais índices de preços ao consumidor, como o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

A POF é realizada por meio de amostragem probabilística e cobre a totalidade do território brasileiro, englobando domicílios urbanos e rurais de todas as Unidades da Federação. Oficialmente, sua divulgação ocorre a cada cinco anos, tendo como referência os três levantamentos mais recentes: 2002-2003, 2007-2008 e 2017-2018. A coleta de dados é feita em domicílios particulares permanentes, nos quais se identifica a unidade básica de investigação (denominada ‘unidade de consumo’), que pode corresponder a um único morador ou a um conjunto de residentes que compartilham a mesma fonte de alimentação ou que dividem as despesas de moradia.

Seguindo padrões metodológicos internacionais, algumas áreas são excluídas do levantamento pelo IBGE – como quartéis, bases militares, alojamentos, acampamentos, embarcações, penitenciárias, colônias penais, presídios, cadeias, asilos, orfanatos, conventos e hospitais. Essa delimitação busca garantir a comparabilidade internacional das estatísticas e manter o foco da pesquisa nos arranjos domiciliares que refletem a realidade cotidiana da população brasileira. Ademais, a amostra é construída de forma a

representar a diversidade regional, socioeconômica e cultural do país, permitindo que os resultados possam ser utilizados tanto em análises nacionais quanto em recortes por estados, regiões e áreas de residência (urbana e rural).

As variáveis disponibilizadas pela POF são agrupadas em categorias que abrangem dimensões econômicas, sociodemográficas, de consumo e de condições habitacionais, o que possibilita uma análise integrada do perfil das famílias brasileiras. Entre os principais grupos, destacam-se:

i. *Características econômicas e sociodemográficas*: englobam informações como idade, cor ou raça, sexo, estado civil, escolaridade e nível de instrução, atividade principal e rendimentos obtidos, bem como receitas provenientes de aposentadorias, pensões, programas de transferência de renda, empréstimos e composição familiar (incluindo o número total de residentes);
ii. *Despesas familiares*: contemplam gastos com alimentação, transporte, saúde (consultas médicas ou psicológicas, medicamentos, exames, planos de saúde e terapias), educação (mensalidades, material escolar e transporte escolar), habitação (aluguel, energia elétrica, água, gás e manutenção), vestuário e lazer (cinema, shows, práticas esportivas e equipamentos de entretenimento);
iii. *Consumo e hábitos alimentares*: incluem dados sobre as quantidades adquiridas e consumidas de produtos alimentícios, frequência e local das refeições (dentro ou fora do domicílio), preferências e hábitos de consumo, além de informações relacionadas ao desperdício e à segurança alimentar;
iv. *Características do domicílio*: consideram o tipo de moradia (casa, apartamento, chácara, etc.), a condição de ocupação (próprio, alugado, cedido, etc.) e a presença de bens duráveis, como eletrodomésticos, eletrônicos e veículos;
v. *Endividamento e acesso a crédito*: abrangem o montante de dívidas, valores pagos em prestações, contratação de seguros, previdência privada, bem como doações e contribuições a terceiros.

Considerando a sua abrangência e a riqueza de informações disponibilizadas, optou-se por utilizar a POF 2017-2018 como base de dados principal deste estudo, cujo propósito é avaliar a possível influência dos programas de transferência direta de renda (Bolsa Família e BPC-Loas) sobre o nível de endividamento familiar no Brasil. Tal escolha se justifica pelo fato de a POF oferecer um retrato detalhado da realidade socioeconômica das famílias brasileiras, contemplando variáveis relacionadas à renda, ao consumo, às condições de moradia e ao endividamento.

Para tanto, aplicou-se o método PSM, que permite comparar grupos de famílias beneficiárias e não beneficiárias de forma controlada, reduzindo vieses de seleção e assegurando maior robustez aos resultados. A comparação é feita separadamente para cada programa, utilizando como variáveis de pareamento características socioeconômicas e demográficas, tais como: renda familiar per capita, idade e sexo do chefe de família, cor ou raça, condição e localização da moradia (urbana ou rural), escolaridade, tamanho da composição familiar, entre outras. Dessa forma, busca-se isolar o efeito médio associado ao recebimento do benefício, permitindo uma interpretação mais precisa sobre o papel dessas políticas sociais na dinâmica do endividamento das famílias brasileiras.

2.2 O MÉTODO DE PROPENSITY SCORE MATCHING NO CONTEXTO DE ESTUDOS OBSERVACIONAIS

A avaliação de políticas públicas e programas sociais, assim como de quaisquer intervenções em saúde, educação e economia, muitas vezes se depara com a ausência de experimentos randomizados, considerados o fator essencial para estimar efeitos causais. Nessas circunstâncias, os estudos observacionais tornam-se a principal fonte de evidência empírica. No entanto, esse tipo de estudo carrega consigo o desafio de lidar com o viés de seleção, uma vez que os indivíduos não são alocados de maneira aleatória nos grupos de interesse. Para mitigar esse problema, surgem métodos quase-experimentais, dentre os quais o *Propensity Score Matching* (PSM) ocupa lugar de destaque.

O PSM, método estatístico proposto por Rosenbaum e Rubin (1983), constitui uma das principais ferramentas utilizadas para estimar efeitos causais em estudos observacionais. Sua lógica central consiste na construção de uma medida sintética – o escore de propensão – que resume, em um único valor, a probabilidade de um indivíduo receber o tratamento, dado um conjunto de covariáveis observadas. Esse escore permite o pareamento entre unidades pertencentes ao grupo de tratamento e unidades semelhantes do grupo de controle, criando condições comparáveis entre ambos os grupos. O objetivo do PSM é aproximar, tanto quanto possível, o desenho de um experimento randomizado, reduzindo o viés de seleção e possibilitando que diferenças nos resultados sejam atribuídas ao efeito médio da intervenção analisada (*Average Treatment Effect on the Treated* – ATT).

Em termos práticos, o método busca calcular a probabilidade de que uma unidade tratada em uma amostra não aleatória apresente características semelhantes às de, pelo menos, uma unidade do grupo de controle. Dessa forma, garante-se maior equilíbrio entre os grupos, de modo que as diferenças observadas possam ser interpretadas de forma mais confiável como efeito causal. Trata-se, portanto, de uma técnica amplamente aplicada em contextos nos quais ensaios controlados randomizados não são viáveis – seja por restrições éticas, organizacionais ou financeiras. Ao utilizar apenas informações observáveis para estabelecer comparabilidade, o PSM contribui para a avaliação de políticas públicas, programas sociais, tratamentos médicos, intervenções educacionais e outras situações nas quais a alocação do tratamento depende de características específicas da população.

O Propensity Score Matching é amplamente reconhecido na literatura como um método quase-experimental, desenvolvido justamente para lidar com um dos principais desafios dos estudos observacionais: a "maldição da dimensionalidade". Esse problema ocorre quando há um número elevado de variáveis a serem consideradas, dificultando a estimação confiável dos efeitos de interesse. Assim, por meio do pareamento por escore de propensão, o PSM oferece uma solução ao condensar múltiplas covariáveis em uma única medida sintética, que representa a probabilidade de uma unidade receber o tratamento com base em suas características observáveis (Lee; Acharya, 2022).

De acordo com Rosenbaum e Rubin (1983), o escore de propensão desempenha papel central na análise de efeitos causais em estudos observacionais, possibilitando: (i) reduzir o viés de seleção por meio do ajuste das covariáveis observadas; (ii) criar condições que simulam, de forma aproximada, um experimento randomizado; e (iii) empregar diferentes técnicas complementares, como o pareamento um a um, a subclassificação por estratos e o ajuste por covariância, garantindo maior robustez nas estimativas. As análises baseadas no PSM oferecem, portanto, um equilíbrio entre simplicidade e eficácia, tornando-se uma ferramenta essencial em pesquisas que buscam estimar efeitos causais sem recorrer a experimentos controlados. Sua aplicação é facilitada pela ampla disponibilidade em pacotes estatísticos, presentes em softwares como R, Python, Stata e SAS, o que contribui para sua difusão em diferentes campos de estudo.

Quadro 4 – Aplicação do método Propensity Score Matching em estudos observacionais na saúde

Autores	Objetivos	Procedimento metodológico
Hong et al. (2023)	Avaliar os resultados cirúrgicos e oncológicos da pré-operatória quimioterapia em pacientes com câncer gástrico.	536 pacientes foram analisados, dividindo-os em dois grupos: cirurgia inicial e quimioterapia pré-operatória. Nove variáveis foram incluídas, e o método Propensity Score Matching foi aplicado para ajustar possíveis fatores de confusão.
Katip et al. (2023)	Avaliar os períodos ideais de terapia para pacientes gravemente enfermos com infecção por Acinetobacter baumannii resistente a carbapenem.	374 pacientes foram estudados por meio de coorte retrospectivo conduzido no Hospital Nakornping (Tailândia). A divisão foi feita com base nos pacientes que receberam um curso curto (< 14 dias) ou um curso longo (≥ 14 dias) de tratamento com colistina entre 2015 e 2022.
Jin et al. (2023)	Analisar a eficácia e a segurança da quimioembolização transarterial (TACE) mais camrelizumabe e apatinibe para pacientes com carcinoma hepatocelular (CHC) intermediário e avançado.	586 pacientes, incluídos retrospectivamente, foram divididos em dois grupos: os que foram tratados com TACE mais camrelizumabe e apatinibe (grupo de combinação, n=107), e o grupo de monoterapia (n=479).
Lewek et al. (2023)	Entre a monoterapia com estatinas e a terapia combinada inicial com estatinas e ezetimibe, avaliar qual dessas duas estratégias é mais eficaz para a redução da mortalidade de pacientes com síndrome coronariana aguda (SCA).	A análise baseou-se nos dados do Registro Polonês de Síndromes Coronarianas Agudas (PL-SCA). 38.023 pacientes consecutivos com SCA que receberam alta com vida foram incluídos na análise, dividindo-os em dois grupos: monoterapia com estatina (atorvastatina ou rosuvastatina) e terapia combinada inicial de estatina e ezetimibe.
Farinelli et al. (2023)	Descrever os diferentes padrões de lesão associada à ruptura do ligamento cruzado anterior (LCA) em jogadores profissionais de futebol e esquiadores de elite.	Estudo retrospectivo de coorte baseado em relatórios cirúrgicos e imagens artroscópicas de 37 jogadores de futebol e 44 esquiadores alpinos que passaram por reconstrução primária do LCA entre 2010 e 2022, em uma clínica especializada. O grupo de controle inclui diferentes variáveis: como idade, sexo, altura, peso, índice de massa corporal e escore de atividade.
Li et al. (2019)	Determinar se o tamanho do tumor em pacientes com câncer colorretal (CCR) influencia na sobrevida geral (OS), sobrevida específica ao câncer (CSS) e sobrevida livre de doença (DFS), levando em conta as localizações primárias do tumor.	Dados de 3.971 pacientes com CCR em estágio I-III submetidos à ressecção curativa, entre 2000 e 2016, foram recrutados retrospectivamente. Os tumores foram divididos em dois grupos: ≤ 4 cm e > 4 cm, com base em medições histopatológicas.

Fonte: Elaboração do autor com base em levantamentos feitos em acervos virtuais.

Além disso, o método é versátil e multidisciplinar. Na área da saúde, por exemplo, pode ser utilizado para avaliar a eficácia de medicamentos ou tratamentos; na educação, para investigar os impactos de programas de reforço escolar; e, na economia, para mensurar os efeitos de políticas públicas como programas de transferência de renda, subsídios fiscais ou iniciativas de combate à pobreza e às desigualdades sociais. Por fim, cabe destacar que a literatura internacional tem apresentado um número crescente de estudos que utilizam o PSM como ferramenta metodológica em pesquisas observacionais. Os Quadros 4 e 5 ilustram algumas dessas aplicações, evidenciando a relevância e a consolidação do método no campo das ciências aplicadas.

O Quadro 4 reúne estudos recentes, publicados em periódicos da área da saúde, todos baseados em dados observacionais. Em comum, as pesquisas estruturam a análise a partir de dois grupos comparáveis (tratamento e controle) e aplicam o *Propensity Score Matching* para balancear as covariáveis observadas e mitigar o viés de seleção. Em termos operacionais, cada indivíduo exposto à intervenção (cirurgia, esquema terapêutico, medicamento, etc.) é pareado a um ou mais indivíduos não expostos que apresentam escores de propensão semelhantes, permitindo comparar desfechos entre pares com perfis clínicos e demográficos próximos. A lógica é mimetizar as condições de um ensaio randomizado e, assim, produzir estimativas mais confiáveis do efeito causal.

Os exemplos ilustram a amplitude de aplicações do PSM: avaliação de resultados cirúrgicos e oncológicos após quimioterapia pré-operatória em pacientes com câncer gástrico; comparação entre períodos de duração de curso de tratamento com colistina para pacientes gravemente enfermos com infecção por Acinetobacter baumannii resistente a carbapenem; avaliação da eficácia e da segurança da TACE mais camrelizumabe e apatinibe para pacientes com CHC intermediário e avançado; comparação entre o efeito da monoterapia com estatinas e o efeito da terapia combinada inicial com estatinas e ezetimibe sobre a redução da mortalidade de pacientes com SCA; padrões de lesão associada à ruptura do ligamento cruzado anterior (LCA) em atletas; e influência do tamanho tumoral em pacientes com câncer colorretal (CCR) sobre as diferentes sobrevidas (OS, CSS e DFS). Em todos, o PSM é empregado para ajustar diferenças iniciais entre os grupos (idade, sexo, comorbidades, estágio da doença, entre outras), seguido da comparação de desfechos clínicos (mortalidade, sobrevida, complicações, tempo de internação, desempenho funcional, etc.).

À semelhança do que se observa na área da saúde, a aplicação do *Propensity Score Matching* também se consolidou na Economia Aplicada como ferramenta metodológica central para avaliar políticas públicas e fenômenos socioeconômicos em contextos não experimentais. A utilização de bases observacionais amplas e representativas, associada a estratégias de pareamento que buscam reduzir o viés de seleção, tem permitido aos pesquisadores produzir estimativas mais robustas e confiáveis dos efeitos causais de programas de proteção social e diferentes fenômenos socioculturais. O Quadro 5 ilustra esse movimento, ao reunir um conjunto de estudos que empregaram o PSM para examinar diferentes dimensões da realidade econômica e social, desde os impactos de programas de transferência de renda até os efeitos da

experiência ocupacional juvenil, do acesso educacional e do capital humano sobre rendimentos.

Quadro 5 – Aplicação do método Propensity Score Matching em estudos observacionais na Economia Aplicada

Autores	Objetivos	Procedimento metodológico
Campos; Nishimura (2023)	Analisar o efeito da exposição a substâncias químicas (álcool e drogas) sobre as expectativas de formação educacional dos indivíduos no Brasil, investigando em que medida essa condição pode influenciar suas trajetórias escolares e a probabilidade de concluir níveis mais elevados de ensino.	Utilizou-se como base os dados a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE) de 2015, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como estratégia empírica, aplicou-se o método de *Propensity Score Matching* (PSM), complementado por análises de sensibilidade propostas por Ichino et al. (2008) e Oster (2017), além de testes de respostas heterogêneas, com o objetivo de aprofundar aspectos específicos relacionados ao tema.
Lazaretti e França (2021)	Investigar se a forma de ingresso no ensino superior influencia o desempenho acadêmico dos estudantes ao longo do curso, considerando diferenças entre aqueles que ingressaram por meio do sistema universal e os que entraram por ações afirmativas (cotas). Busca-se compreender se o mecanismo de entrada está associado a padrões distintos de rendimento e progressão acadêmica.	Utilizou-se dados do desempenho de alunos brasileiros provenientes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), uma avaliação em larga escala aplicada a cada dois anos, complementados pelas informações do Censo Escolar da Educação Básica (realizado anualmente e de caráter censitário) que permitiram identificar o tipo de processo seletivo adotado por cada unidade de ensino. A estratégia empírica consistiu em dividir os alunos em dois grupos: o grupo de tratamento, formado por aqueles que se inscreveram e foram selecionados por sorteio; e o grupo de controle, composto por alunos que também realizaram a inscrição, mas ingressaram por meio de algum critério seletivo. Para garantir a comparabilidade entre os grupos, foram aplicados três métodos estatísticos de balanceamento das características observáveis: *Propensity Score Matching* (PSM), *Coarsened Exact Matching* (CEM) e balanceamento por Entropia.
Robles *et al*. (2019)	Examinar o efeito do capital humano na desigualdade de rendimentos, investigando de que maneira variáveis como escolaridade e experiência profissional contribuem para as diferenças salariais entre trabalhadores no Equador, com base no método de decomposição de Oaxaca (1973) e Blinder (1973).	Aplicou-se o método *Propensity Score Matching* (PSM) com o objetivo de garantir observações estatisticamente equivalentes entre os grupos analisados. Para a construção da base empírica, os autores utilizaram os microdados da Encuesta Nacional de Empleo, Subempleo y Desempleo (ENEMDU), conduzida e publicada pelo Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INEC), referentes aos anos de 2004, 2009 e 2014. Essa estratégia metodológica permitiu assegurar maior comparabilidade entre os indivíduos da amostra e, consequentemente, maior robustez na análise das desigualdades de renda.
Carrets; Teixeira; Ribeiro (2017)	Investigar a relação entre o analfabetismo isolado e o acesso à informação sobre o Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, buscando compreender em que medida a condição de analfabetismo, mesmo quando não acompanhada de outras privações, pode afetar a inserção das famílias em políticas sociais.	Utilizou-se microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2014 e, como estratégia empírica, utilizou-se o método de Propensity Score Matching, empregando modelos de regressão logística para estimar a probabilidade de acesso aos programas sociais em função do analfabetismo e de outras variáveis socioeconômicas. A abordagem possibilitou o isolamento do efeito específico do analfabetismo, controlando para demais características que também influenciam o registro no CadÚnico e, sobretudo, a elegibilidade nos programas sociais.

Quadro 5 (cont.) – Aplicação do método Propensity Score Matching em estudos observacionais na Economia Aplicada

Autores	Objetivos	Procedimento metodológico
Filho *et al*. (2017)	Buscou-se agrupar os distritos do município de São Paulo com base no padrão espacial de distribuição de renda.	Os dados de desigualdade de renda foram provenientes dos setores censitários do município de São Paulo (13.278 no total) (IBGE, 2003). 96 distritos foram analisados, com a inclusão de 16 variáveis – em que o índice de Gini possibilitou a comparação entre 'alta desigualdade' e 'baixa desigualdade'.
Cechin (2015)	Avaliar o impacto dos critérios de elegibilidade e permanência do Programa Bolsa Família (PBF) sobre o comportamento reprodutivo das beneficiárias, investigando se há efeitos mensuráveis na fecundidade decorrentes da participação no programa.	Foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2010 e aplicado o método de *Propensity Score Matching* (PSM), por meio da técnica do vizinho mais próximo com suporte comum, em combinação com os procedimentos de pareamento propostos por Imbens (2014). A estratégia buscou identificar variações no número de filhos entre beneficiárias e não beneficiárias do PBF, isolando a influência das regras do programa.
Ferrario (2014)	O objetivo consiste em avaliar os impactos do programa Bolsa Família (PBF) sobre os padrões de consumo das famílias beneficiárias, considerando diferentes categorias de despesa, como alimentação (frutas, carnes, peixes, aves, ovos, verduras, cereais, oleaginosas, farinhas, massas, tubérculos, raízes, açúcares e produtos de panificação), além de gastos com bebidas alcoólicas, educação, higiene, saúde e materiais escolares.	A pesquisa utilizou os microdados da POF 2008-2009, realizada pelo IBGE em áreas urbanas e rurais de todo o território brasileiro. A amostra foi composta por 55.970 domicílios, que, após a aplicação dos fatores de expansão, representaram uma população de 57.816.604 domicílios. As variáveis analisadas abrangem características dos domicílios e de seus membros, despesas e aquisições monetárias e não monetárias, rendimentos de ambas as naturezas, além de indicadores das condições de vida. Como estratégia empírica, empregou-se o método de pareamento por escore de propensão (Propensity Score Matching – PSM), com o objetivo de estimar o efeito médio do tratamento sobre os tratados.
Ricarte (2014)	Avaliar o efeito da experiência ocupacional prévia dos jovens brasileiros tanto sobre sua inserção no mercado de trabalho quanto sobre as diferenças salariais decorrentes dessa vivência laboral. Busca-se compreender em que medida o exercício de atividades profissionais antes ou durante a formação escolar contribui para ampliar as chances de empregabilidade, acelerar a transição para ocupações formais e influenciar os níveis de remuneração.	Foram adotados os modelos de Pareamento por Escore de Propensão (Propensity Score Matching – PSM) e a Análise Contrafactual por Regressões Quantílicas – proposta por Chernozhukov, Fernández-Val e Melly (2013). Esses métodos foram aplicados sobre os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), no período de 2003 a 2012. O uso combinado dessas abordagens possibilita não apenas estimar o efeito médio da variável de interesse, mas também capturar heterogeneidades ao longo da distribuição condicional dos salários, oferecendo uma compreensão mais abrangente do impacto da experiência ocupacional sobre a inserção no mercado de trabalho.
Resende; Oliveira (2008)	Analisar os efeitos de programas de transferência monetária sobre os gastos totais e sobre os diferentes componentes de consumo, no contexto das famílias beneficiárias, tomando como estudo de caso o programa Bolsa-Escola.	Adotou-se uma abordagem quase-experimental com a utilização da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2002-2003) como base de dados e o método de Propensity Score Matching (PSM) para construir um grupo de controle comparável ao grupo de tratamento, composto por famílias beneficiárias do programa. O PSM é empregado para reduzir o viés de seleção decorrente de diferenças observáveis entre os grupos, permitindo estimar o efeito médio do tratamento (*Average Treatment Effect on the Treated* – ATT) sobre os gastos analisados. A análise é feita separadamente para os diferentes componentes de despesa, de modo a captar efeitos específicos em cada categoria de consumo.

Fonte: Elaboração do autor com base em levantamentos feitos em acervos virtuais.

O levantamento dos estudos apresentados demonstra que, diante da ausência de experimentos randomizados, o PSM se consolida como uma estratégia empírica essencial para estimar os efeitos de diferentes ações sobre grupos sociais específicos. Todos partem de bases observacionais amplas e representativas (POF, PNAD, Censo Demográfico, PENSE, PME, ENEMDU, Saeb/Censo Escolar), constroem o escore de propensão para equilibrar covariáveis observáveis entre tratamento e controle e, então, comparam desfechos entre pares com escores próximos. Assim, reduzem viés de seleção e produzem estimativas do efeito médio sobre os tratados (ATT).

A diversidade temática é notória. Há, por exemplo, avaliações de programas de transferência de renda e seus impactos sobre padrões de consumo; pesquisas que relacionam analfabetismo isolado ao acesso ao CadÚnico (inclusão social); análises sobre os efeitos de critérios de elegibilidade do Bolsa Família sobre a fecundidade; investigações acerca dos efeitos do mecanismo de ingresso no ensino superior sobre o desempenho acadêmico; estudos sobre o retorno da experiência ocupacional juvenil na inserção no mercado de trabalho e nos diferenciais salariais; além de abordagens que examinam a influência da exposição a álcool e drogas sobre expectativas educacionais e, ainda, a contribuição do capital humano para explicar desigualdades de rendimentos entre trabalhadores no Equador. Esse conjunto de aplicações comprova a versatilidade do método PSM, capaz de atender tanto a análises de políticas públicas focalizadas quanto a estudos voltados para comportamentos individuais, fenômenos sociais e culturais.

2.2.1 Estratégias de Definição e Pareamento pelo Escore de Propensão

Andrade (2017) aponta duas abordagens principais para a determinação da correspondência pelo escore de propensão. A primeira consiste no pareamento direto, em que os indivíduos do grupo de tratamento são comparados com aqueles do grupo de controle que apresentam escores idênticos ou muito próximos; nessa estratégia, todos os pares formados são utilizados em etapas subsequentes de comparação. A segunda baseia-se na estratificação, em que os indivíduos são classificados em intervalos do escore de propensão, e as comparações entre tratamento e controle são realizadas dentro de cada estrato, de forma independente. Essa alternativa permite observar o efeito do tratamento em diferentes níveis de probabilidade de recebimento. É importante destacar que ambas as formas possuem vantagens e limitações: enquanto o pareamento direto

tende a oferecer maior proximidade entre os pares, ele pode reduzir a amostra utilizável; já a estratificação, por sua vez, garante maior aproveitamento dos dados, mas pode resultar em comparações menos precisas dentro de alguns estratos. Ademais, diferentes métodos de correspondência podem levar a resultados distintos.

Em estudos observacionais, é comum que os grupos de interesse (tratamento e controle) apresentem diferenças significativas em suas características socioeconômicas ou demográficas, e essas diferenças são capazes de influenciar diretamente o desfecho analisado, comprometendo a estimativa correta do efeito causal do tratamento. Por exemplo, em uma pesquisa sobre o impacto de uma nova terapia médica, o grupo que recebe a intervenção pode ser composto por indivíduos mais jovens ou em melhor estado de saúde em comparação com aqueles que não receberam o tratamento. Esse diferencial, por si só, já pode afetar os resultados de saúde, gerando vieses na análise.

No contexto deste trabalho, um exemplo pertinente refere-se aos beneficiários do BPC-Loas. Muitos idosos que recebem o benefício enfrentam doenças crônicas e, consequentemente, direcionam parte considerável da renda recebida para a compra de medicamentos. Esse padrão de gasto reduz sua margem orçamentária para outras despesas e pode levá-los a recorrer ao crédito como forma de complementar o orçamento. Nesse cenário, o endividamento não reflete uma mera escolha de consumo, mas uma resposta às necessidades impostas por condições estruturais de saúde.

Quando os experimentos são randomizados, as unidades designadas aos grupos de tratamento e controle tendem a ser estatisticamente semelhantes, o que possibilita comparações diretas e confiáveis. Entretanto, em estudos não randomizados (o caso das pesquisas observacionais, em geral), existem diferenças sistemáticas entre os grupos, as quais comprometem a consistência das estimativas. Para enfrentar esse problema, Rosenbaum e Rubin (1983) propuseram o uso do PSM, definido como a probabilidade condicional de um indivíduo receber o tratamento, dado um conjunto de covariáveis observadas. A técnica permite criar grupos comparáveis, equilibrando a distribuição das variáveis explicativas entre tratados e não tratados e, assim, aproximando o desenho de um experimento aleatório.

Conforme apresentado na Equação 1, o procedimento de estimação do propensity score consiste no cálculo de uma probabilidade que varia entre 0 e 1, obtida por meio de um modelo estatístico – em geral, uma regressão logística binária. Nesse modelo, as variáveis independentes correspondem às características observáveis dos indivíduos, como idade, gênero, nível de escolaridade, cor ou raça, local de residência,

condição socioeconômica, entre outros atributos relevantes. O escore resultante sintetiza, em um único valor, a probabilidade de cada unidade da amostra receber o tratamento, dadas as suas covariáveis.

$$P(X) = Pr(T = 1 \mid X) \quad (1)$$

em que *T* é a variável indicadora de tratamento, assumindo valor 1 para indivíduos pertencentes ao grupo tratado (por exemplo, beneficiários do Bolsa Família ou do BPC-Loas) e valor 0 para aqueles no grupo de controle (não beneficiários). Já *X* corresponde ao vetor de covariáveis observadas. Por sua vez, *P(X)* e *Pr* correspondem, respectivamente, ao escore propensão e a probabilidade a ser calculada.

Após a estimação dos escores de propensão, inicia-se a etapa de pareamento, na qual cada unidade do grupo de tratamento é associada a uma ou mais unidades do grupo de controle que apresentem valores de escore semelhantes. Esse procedimento busca criar pares comparáveis, reduzindo diferenças sistemáticas entre os grupos e possibilitando uma análise mais robusta do efeito causal. Na literatura, destacam-se quatro formas principais de execução do pareamento: (i) pareamento pelo vizinho mais próximo (*nearest neighbor matching*), em que cada unidade tratada é associada à unidade de controle mais próxima em termos de escore; (ii) pareamento por caliper (ou tolerância), que impõe um limite máximo de distância aceitável entre os escores das unidades; (iii) pareamento por núcleo (*kernel matching*), que utiliza todos os indivíduos do grupo de controle, atribuindo pesos maiores aos mais próximos e menores aos mais distantes; e (iv) estratificação ou subclassificação, que divide a amostra em estratos (por exemplo, quintis ou decis) com base nos escores, comparando unidades de tratamento e controle dentro de cada estrato.

Além disso, o mecanismo de pareamento pode ocorrer de diferentes maneiras, tais quais: o pareamento pode ser 1:1, em que cada indivíduo tratado é associado a apenas um indivíduo do grupo de controle; 1:N, quando cada indivíduo no grupo tratado é pareado com vários no grupo de controle – mecanismo que pode ocorrer com ou sem reposição, isto é, possibilitando que um mesmo indivíduo do grupo de controle seja utilizado mais de uma vez em diferentes comparações, ou restringindo-o a apenas um pareamento. A escolha entre essas alternativas deve levar em conta tanto o tamanho da amostra disponível quanto a qualidade do balanceamento alcançado, já que diferentes estratégias podem afetar a precisão das estimativas e o viés residual da análise.

2.2.2 Limitações e Desafios na Aplicação do Propensity Score Matching

Embora o *Propensity Score Matching* represente um avanço metodológico importante ao permitir que estudos observacionais simulem, de forma aproximada, as condições de um experimento randomizado, sua aplicação não está isenta de restrições. A eficácia do método depende fortemente da qualidade e da abrangência das covariáveis utilizadas na estimação, bem como da adequação do modelo estatístico empregado para o cálculo dos escores. Dessa forma, torna-se essencial reconhecer que, apesar de oferecer ganhos substanciais em termos de controle de viés de seleção, o PSM apresenta limitações inerentes, que precisam ser discutidas de forma crítica.

Conforme ressalta Andrade (2017), a técnica do *Propensity Score Matching* apresenta uma limitação central: ela consegue ajustar apenas para as variáveis independentes efetivamente medidas no banco de dados. Em consequência, fatores não observados ou não mensurados permanecem como potenciais fontes de viés, configurando a chamada confusão residual (*residual confounding*). Em outras palavras, o pareamento se apoia exclusivamente em características observáveis, o que significa que diferenças derivadas de variáveis não capturadas pelo modelo podem distorcer os resultados. Nesse sentido, a hipótese de ausência de viés de seleção devido a fatores não observados (fundamental para a validade do método) é forte e, sobretudo, impossível de ser testada empiricamente – o que representa um desafio relevante.

Outra limitação importante do modelo refere-se à necessidade de haver sobreposição suficiente dos escores de propensão entre os grupos de tratamento e de controle, condição conhecida como suporte comum. Em termos práticos, isso significa que o pareamento gera estimativas válidas (como no caso da análise dos efeitos do Bolsa Família e do BPC-Loas sobre o endividamento das famílias de baixa renda) se, e somente se, todas as unidades do grupo de tratamento (beneficiários) encontrarem correspondentes adequados no grupo de controle (famílias da mesma categoria de renda, mas não beneficiárias). Quando determinadas unidades tratadas não encontram controles com escores semelhantes, ocorre a ausência de suporte comum, o que inviabiliza a aplicação do método. Esse problema pode ser atenuado em estudos com grandes amostras, mas em levantamentos mais restritos pode comprometer a validade dos resultados.

De forma resumida, as principais limitações do Propensity Score Matching podem ser descritas da seguinte maneira:

i. *Dependência das variáveis observadas*: o balanceamento entre os grupos é feito apenas com base nas covariáveis incluídas no modelo, deixando de fora fatores não mensurados;
ii. *Perda de dados*: parte da amostra é descartada sempre que indivíduos não encontram correspondência adequada;
iii. *Sensibilidade ao método de pareamento*: diferentes técnicas de pareamento (vizinho mais próximo, caliper, kernel, etc.) podem gerar estimativas distintas;
iv. *Qualidade do balanceamento*: a robustez do modelo depende diretamente do grau de equilíbrio efetivamente alcançado entre os grupos de tratamento e de controle;
v. *Baixa sobreposição dos escores*: distribuições muito distintas entre os grupos reduzem a eficácia do método e podem manter viés nos resultados;
vi. *Dependência de pressupostos do modelo logístico*: como o escore de propensão geralmente é calculado a partir de uma regressão logística, todos os pressupostos desse modelo estatístico precisam ser respeitados para assegurar a consistência da análise.

Assim, embora seja uma técnica poderosa para reduzir vieses em estudos observacionais, o PSM exige cautela tanto na formulação do modelo quanto na interpretação dos resultados, uma vez que suas limitações metodológicas e estatísticas podem comprometer a robustez das conclusões. É fundamental garantir a escolha adequada das covariáveis, o cumprimento do suporte comum e a verificação da qualidade do balanceamento entre os grupos. Além disso, deve-se reconhecer que o método não elimina completamente a possibilidade de viés decorrente de variáveis não observadas, tampouco assegura, por si só, a validade causal dos achados. Dessa forma, a utilização do PSM deve estar sempre acompanhada de análises de sensibilidade e de uma reflexão crítica acerca do contexto empírico estudado, de modo a conferir maior confiabilidade e consistência aos resultados.

2.2.3 Testes Complementares para Garantir a Robustez do PSM

Como discutido anteriormente, a robustez do método PSM é limitada diante do chamado “viés oculto”, isto é, aquele decorrente de variáveis não observadas que influenciam simultaneamente a atribuição ao tratamento e o resultado analisado. Para enfrentar esse problema, este trabalho recorreu à aplicação de diferentes estratégias de validação e análise de sensibilidade. Entre elas, destaca-se a abordagem clássica dos

limites de Rosenbaum (Rosenbaum bounds), que possibilita avaliar a intensidade que uma variável de confusão não mensurada precisaria ter para modificar ou comprometer as conclusões acerca dos efeitos causais obtidos por meio do pareamento (DiPrete; Gangl, 2004).

Além da análise de sensibilidade, aplicou-se o teste de balanceamento das covariáveis (*balance test*), que avalia se, após o pareamento, as distribuições das variáveis observáveis permanecem estatisticamente semelhantes entre os grupos tratado e controle, em comparação com a situação anterior ao pareamento. Esse procedimento é fundamental, pois apenas em condições de equilíbrio adequado é possível atribuir maior confiança às estimativas do efeito causal. Outro aspecto crítico examinado foi a existência de sobreposição (*common support*) entre os dois grupos. Essa etapa assegura que os indivíduos tratados e não tratados compartilhem regiões comuns do escore de propensão, evitando situações em que apenas um dos grupos esteja representado em determinados intervalos de probabilidade de tratamento. Por fim, realizou-se a análise por subgrupos, com o objetivo de explorar a heterogeneidade dos efeitos do tratamento. Essa abordagem permite identificar se o impacto estimado varia entre diferentes perfis de indivíduos, revelando, por exemplo, se determinados segmentos da população se beneficiam mais ou menos da intervenção em análise.

O teste de sensibilidade de Rosenbaum constitui uma ferramenta metodológica essencial para verificar a robustez das inferências em estudos observacionais. Diferentemente de ensaios clínicos randomizados, nos quais a atribuição ao tratamento ocorre de forma aleatória, os estudos observacionais estão sujeitos ao viés de seleção e à influência de variáveis de confusão não observadas (*unobserved confounders*). Com o objetivo de enfrentar essa limitação, o teste foi desenvolvido para mensurar em que medida as conclusões sobre efeitos causais permanecem válidas diante da possível existência desses vieses ocultos. Em sua obra seminal “Observational Studies”, Rosenbaum (2002) apresenta esse procedimento como uma estratégia para avaliar a probabilidade de que um resultado observado seja explicado por um viés de seleção não mensurado, em vez de refletir unicamente o efeito do tratamento.

A lógica fundamental por trás dos limites de Rosenbaum parte do reconhecimento de que, mesmo após o uso de técnicas de pareamento ou do escore de propensão, pode haver variáveis não observadas que afetam simultaneamente a probabilidade de um indivíduo receber o tratamento e o resultado analisado (Rosenbaum & Rubin, 1983). O teste, portanto, não se propõe a eliminar esse viés, mas

quantificar o quanto ele precisaria ser forte para invalidar as conclusões sobre o efeito do tratamento. Para isso, o método introduz o parâmetro Γ (gama), que expressa a razão pela qual um indivíduo do grupo de tratamento pode ser mais propenso a receber o tratamento em relação a um indivíduo do grupo de controle, em função de um fator não observado. Quando $\Gamma = 1$, assume-se ausência de viés oculto; à medida que Γ se afasta de 1, admite-se a presença de um viés de seleção cada vez maior, permitindo avaliar a robustez das inferências causais obtidas.

A formalização matemática do teste de sensibilidade de Rosenbaum é fundamental para compreender sua lógica e aplicação prática. O ponto de partida é um modelo de pareamento em que cada indivíduo tratado (*i*) é associado a um ou mais indivíduos de controle (*j*) com características observáveis semelhantes. Em estudos observacionais, a suposição central para a estimação de efeitos causais é a da ignorabilidade, isto é, a ideia de que a alocação ao tratamento é condicionalmente aleatória, dependendo apenas das variáveis observadas. O teste de Rosenbaum, porém, abandona essa hipótese ao admitir a existência de um viés oculto decorrente de fatores não observados. Nesse contexto, a probabilidade de um indivíduo receber o tratamento é modelada de forma condicional às covariáveis observadas (*X*) e modificada pela presença de potenciais variáveis não mensuradas. Essa probabilidade pode ser representada matematicamente como:

$$\pi_k = P(Z_k = 1 \mid X_k) \tag{2}$$

em que Z_k é uma variável binária que indica se o indivíduo k recebeu o tratamento (Z_k=1) ou o controle (Z_k=0). O teste de sensibilidade incorpora o parâmetro Γ como medida da incerteza associada ao possível viés oculto. Assim, para um par de indivíduos, um tratado (*i*) e um controle (*j*), que apresentam exatamente os mesmos valores nas covariáveis observadas ($X_i = X_j$), a formulação de Rosenbaum estabelece que a razão de chances (*odds ratio*) de receber o tratamento pode ser expressa da seguinte forma:

$$\frac{1}{\Gamma} \leq \frac{P(Z_i=1 \mid X_i,U_i) \,/\, P(Z_i=0 \mid X_i,U_i)}{P(Z_j=1 \mid X_j,U_j) \,/\, P(Z_j=0 \mid X_j,U_j)} \leq \Gamma \tag{3}$$

em que U_i *e* U_j representam o valor de uma variável de confusão não observada para os indivíduos *i* e *j*.

O parâmetro Γ (gama), definido como $\Gamma \geq 1$, é a medida central do teste de sensibilidade de Rosenbaum. Ele expressa o quanto mais provável é que um indivíduo de um par tenha recebido o tratamento em função de um fator não observado, em comparação com seu par. Em outras palavras, Γ quantifica a intensidade do viés potencial de seleção decorrente de variáveis não mensuradas. A interpretação desse parâmetro é direta: quando $\Gamma = 1$, assume-se a condição de ignorabilidade tradicional, na qual dois indivíduos idênticos em todas as covariáveis observadas possuem a mesma probabilidade de receber o tratamento, independentemente de qualquer fator não observado. Nesse caso, não há viés oculto, e as inferências causais podem ser consideradas robustas. Entretanto, quando $\Gamma > 1$, admite-se a possibilidade de existência de viés de seleção não observado, cuja magnitude cresce à medida que Γ aumenta.

Na prática, isso significa que variáveis não observadas – como normas culturais de consumo, acesso informal ao crédito, nível de educação financeira não captado diretamente, choques de saúde, capital social e redes de apoio, comportamentos de risco ou ainda discriminação e barreiras sociais invisíveis – poderiam afetar simultaneamente a participação de famílias no Bolsa Família ou no BPC-Loas e o seu nível de endividamento. O parâmetro Γ permite quantificar o quanto esses fatores não observados teriam de alterar as chances relativas de uma família receber o tratamento para comprometer a inferência causal. Por exemplo, se $\Gamma = 2$, isso significa que uma família sujeita a determinado viés oculto tem o dobro da probabilidade de receber o tratamento (como participar do programa e estar endividada) em comparação ao seu par sem esse viés; se $\Gamma = 3$, essa chance é três vezes maior, tornando a análise progressivamente mais conservadora e, portanto, mais difícil de sustentar.

O procedimento do teste consiste em calcular o p-valor da estatística de teste para diferentes valores de Γ. Parte-se de $\Gamma = 1$, que representa a ausência de viés oculto, e aumenta-se gradualmente o parâmetro até identificar o chamado ponto de sensibilidade, ou seja, o valor em que a conclusão principal do estudo deixa de ser válida, quando o efeito estimado perde significância estatística (*p-valor* > 0,05). A virtude do teste de Rosenbaum reside no fato de que ele não exige a identificação ou a mensuração direta da variável de confusão não observada. Em vez disso, ele permite quantificar o quão forte esse viés teria de ser para anular os resultados, possibilitando ao pesquisador argumentar que um viés de determinada magnitude seria pouco plausível no contexto empírico analisado.

Quando as conclusões de um estudo (por exemplo, um efeito estatisticamente significativo) se mantêm consistentes mesmo para valores de Γ considerados plausíveis no contexto da pesquisa (como 1,5 ou 2), a inferência causal é considerada relativamente robusta. Em contraste, se a significância estatística é perdida com valores baixos de Γ, o estudo é visto como sensível à presença de vieses não observados. Considera-se essa abordagem crucial, pois muda o foco da discussão. Em vez de apenas questionar a existência de um viés oculto, ela permite analisar a intensidade que esse viés precisaria ter para comprometer as conclusões. Como argumentam Imbens e Rubin (2015), a análise de sensibilidade com os "bounds" de Rosenbaum é um passo essencial na inferência causal, pois oferece uma medida concreta da confiança que se pode ter nos resultados empíricos.

A relevância do método se reflete em sua ampla adoção prática. No estudo do capital humano e da educação, Harris (2007) aplicou a técnica para avaliar o impacto de bolsas de estudo em resultados acadêmicos. De forma semelhante, no campo da economia do trabalho, Lechner (2009) empregou o teste para analisar o efeito de programas de treinamento sobre o emprego, demonstrando a robustez de suas conclusões mesmo na presença de vieses não observados. Além disso, a avaliação de políticas públicas tem sido um campo fértil para a aplicação do método. Dehejia e Wahba (2002), em um estudo clássico, utilizaram o teste para avaliar o impacto de um programa de treinamento de trabalho, destacando a importância da análise de sensibilidade para obter estimativas de impacto confiáveis. Em um contexto mais amplo, Nunn e Qian (2011) aplicaram o teste para investigar o impacto da introdução da batata na população do Velho Mundo, exemplificando a versatilidade do teste para validar resultados em pesquisas de grande escala e com dados históricos.

A utilidade do teste de Rosenbaum se estende para diversas outras áreas da economia, abordando questões complexas. Na economia do desenvolvimento, Diprete e Gangl (2004) usaram o teste para avaliar a credibilidade de estimadores causais em estudos sociológicos, enquanto Becker e Caliendo (2007) forneceram um guia prático para sua aplicação em estudos de avaliação de impacto, popularizando a técnica entre pesquisadores que usam o software Stata. No campo da economia da saúde, Luellen, Shadish e Clark (2005) aplicaram o teste para avaliar a eficácia de intervenções comportamentais, sublinhando como o método pode ser usado para lidar com variáveis de confusão não observadas em dados não experimentais. Além disso, Heckman, Ichimura e Todd (1997), no trabalho sobre programas de treinamento, destacaram a

importância de métodos que lidam com vieses de seleção, pavimentando o caminho para a adoção de testes como o de Rosenbaum. Por fim, trabalhos como os de Blomquist e Westerlund (2011), sobre o impacto de leis de zoneamento, e de Abadie e Imbens (2006), ressaltam a necessidade de análises de robustez, confirmando a importância contínua do teste de sensibilidade de Rosenbaum na pesquisa econômica.

2.3 DESCRIÇÃO DAS COVARIÁVEIS OBSERVADAS PARA O MODELO PSM A PARTIR DA POF 2017-2018

Conforme discutido anteriormente, a construção do modelo Propensity Score Matching (PSM) exige a definição criteriosa de variáveis capazes de representar, de forma abrangente e consistente, as características econômicas, sociodemográficas e habitacionais dos domicílios. Essa etapa é essencial para assegurar a comparabilidade entre grupos beneficiários e não beneficiários dos dois programas de transferência de renda em análise, reduzindo ao máximo o risco de viés na estimação. Para atingir esse objetivo, foi realizado um processo de extração e tratamento das informações contidas nos microdados da POF 2017-2018, que incluiu padronização de unidades de medida, criação de indicadores derivados e recodificação de variáveis categóricas. O conjunto final foi organizado em dois grupos principais: variáveis contínuas (Tabela 3), que preservam a magnitude das diferenças numéricas entre observações, e variáveis binárias (Tabela 4), que representam a presença ou ausência de determinadas características, permitindo a incorporação de aspectos qualitativos no modelo.

No âmbito desta pesquisa, a variável dependente do modelo, denominada “empréstimo per capita”, foi utilizada como *proxy* para representar o endividamento familiar. Essa variável foi construída a partir da razão entre o valor total declarado de empréstimos (em reais) e o número de integrantes do domicílio. A adoção dessa abordagem decorre de dois fatores principais: (i) a inexistência, na POF, de uma variável específica que mensure diretamente o montante total de endividamento familiar, e (ii) a robustez conceitual da medida, que permite capturar de forma consistente a carga de dívida individualizada, ajustada ao tamanho da família. Além disso, o uso do “empréstimo per capita” como variável *proxy* mitiga vieses associados a heterogeneidades estruturais entre domicílios, favorecendo a comparabilidade entre os grupos tratados e de controle no modelo. Dessa forma, a variável cumpre um papel

central para assegurar maior precisão na avaliação do efeito dos programas Bolsa Família e BPC-Loas sobre o nível de endividamento das famílias brasileiras.

Tabela 3 - Variáveis contínuas utilizadas na construção do modelo PSM

Variáveis contínuas	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Empréstimo per capita	43,93	226,78	0	24.726,52
Renda familiar per capita	1.847,01	3.649,28	1.645,00	336.445,50
Renda do trabalho per capita	960,00	2.222,63	0	238.281,20
Renda não monetária per capita	288,00	565,81	0	85.137,02
Variação patrimonial	299,00	4.332,62	0	659.775,80
Idade dos chefes de família	49,9	15,78	12	107
Composição familiar	3,08	1,55	1	17
Nível de escolaridade dos chefes de família	8,19	4,93	0	16
Horas de trabalho dos chefes de domicílio por semana	26,61	22,15	0	120
Número de filhos ou netos dos chefes de família	1,28	1,37	0	16

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

As variáveis independentes contínuas abrangem aspectos de renda, patrimônio, perfil etário, composição familiar, escolaridade e horas de trabalho. A renda foi desagregada em múltiplas métricas (renda familiar per capita, renda do trabalho per capita, renda não monetária per capita e variação patrimonial), o que possibilita delimitar nitidamente os diferentes fluxos de recursos monetários e não monetários que moldam a condição socioeconômica das famílias. O nível de escolaridade e as horas semanais de trabalho dos chefes de família foram incorporados devido à sua reconhecida correlação com as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e a consequente capacidade de geração de renda.

Por sua vez, as variáveis binárias refletem condições estruturais e sociodemográficas, incluindo sexo e cor/raça do chefe de família, localização do domicílio (urbana ou rural), condição de posse e tipo de construção da moradia, bem como a disponibilidade de infraestrutura básica, como esgotamento sanitário, energia elétrica, coleta de lixo, pavimentação, entre outros. A inclusão dessas variáveis foi fundamental para identificar desigualdades estruturais que afetam não apenas o acesso a

recursos financeiros, mas também a probabilidade de participação em programas de transferência de renda e demais políticas sociais.

Tabela 4 - Variáveis binárias utilizadas na construção do modelo PSM

Variáveis binárias	Frequência		Mínimo	Máximo
	Unidades	Percentual		
Mulheres chefes de domicílio	23.985	41,6	0	1
Chefes de domicílio que se identificam como brancos ou amarelos	22.223	38,5	0	1
Domicílios localizados em áreas urbanas	44.593	77,3	0	1
Domicílios ocupados por seus donos	39.445	68,4	0	1
Domicílios construídos com alvenaria ou taipa revestida	47.754	82,8	0	1
Domicílios cobertos de telha (com ou sem laje de concreto)	50.278	87,2	0	1
Domicílio com três cômodos ou mais	56.659	98,2	0	1
Domicílios com dois banheiros ou mais	15.074	26,1	0	1
Domicílios com sistema adequado de esgotamento sanitário	27.372	47,5	0	1
Domicílios com sistema de aquecimento para água encanada	34.027	59,0	0	1
Domicílios com fornecimento de energia elétrica	57.683	99,6	0	1
Domicílios com energia fornecida de forma contínua e integral ao longo do dia	55.919	96,9	0	1
Domicílios localizados em áreas com o serviço coleta de lixo	48.487	84,1	0	1
Domicílios localizados em ruas pavimentadas	38.912	67,5	0	1
Domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF)	9.939	17,2	0	1
Domicílios que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas)	2.172	3,8	0	1

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

Resumidamente, a construção das variáveis utilizadas no modelo seguiu as seguintes etapas:

i. *Importação e limpeza da base de dados*. Inicialmente, a base da POF 2017-2018 foi importada para o Stata e passou por um processo de higienização, que incluiu a remoção de registros inconsistentes e a padronização de formatos de variáveis. Entre outros, foram excluídas um total de seis observações com valores nulos para a renda familiar per capita.

ii. *Criação de variáveis derivadas*. Foram geradas novas variáveis a partir de operações aritméticas entre variáveis originais da base. Entre elas, destaca-se o empréstimo per capita (variável dependente e *proxy* para endividamento familiar) e a renda proveniente do Programa Bolsa Família, calculada com base nos valores declarados na pesquisa.

iii. *Recodificação e transformação de variáveis categóricas*. Variáveis qualitativas presentes na POF, como sexo, cor/raça, localização do domicílio e condição de posse da moradia, foram recodificadas em variáveis binárias (*dummies*), o que possibilitou sua incorporação no modelo PSM e garantiu maior clareza interpretativa.

iv. *Agrupamento por natureza de mensuração*. Todas as variáveis foram organizadas em dois grupos: variáveis contínuas (ex.: renda, variação patrimonial, horas semanais de trabalho, escolaridade, número de dependentes, composição familiar) e variáveis binárias (ex.: presença de infraestrutura básica, gênero, cor/raça), o que assegurou um controle adequado das covariáveis no processo de pareamento.

A variável referente à renda proveniente do Programa Bolsa Família (PBF), que inclui também os valores do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), não é disponibilizada de forma direta na base de dados. Por esse motivo, sua construção exigiu um procedimento de operacionalização aritmética a partir de variáveis correlatas disponíveis. Primeiramente, partiu-se da variável que representa a renda total proveniente de programas de transferência de renda declarada na pesquisa. Em seguida, subtraiu-se dessa variável o valor correspondente ao Benefício de Prestação Continuada (informado na POF em valor total por domicílio). O resultado dessa operação corresponde à renda total atribuída ao Bolsa Família, já incorporando eventuais valores provenientes do PETI. Por fim, para viabilizar análises comparáveis e ajustar o montante ao tamanho do núcleo familiar, tanto a variável recém-criada (o Bolsa Família) quanto o valor do BPC-Loas foram divididos pela composição familiar (número total de moradores do domicílio), obtendo-se assim a renda per capita de cada benefício.

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

INTRODUÇÃO

Este capítulo está estruturado em duas seções. A seção 3.1 traz uma análise descritiva das principais variáveis de interesse que integram a base de dados da pesquisa, permitindo uma compreensão crítica de seu comportamento e das interações observadas entre elas. Também nela, introduziu-se a pauta de gênero e cor/raça no debate sobre as desigualdades estruturais presentes no Brasil. Na seção 3.2, são apresentados os resultados da aplicação do método de Propensity Score Matching (PSM), com o objetivo de investigar possíveis influências do Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas) sobre o nível de endividamento das famílias brasileiras beneficiária desses programas de transferência direta de renda. A robustez dos resultados foi verificada por meio de diferentes testes, destacando-se o teste de sensibilidade de Rosenbaum.

3.1. ANÁLISE EXPLORATÓRIA DO PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E NÃO BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA E DO BPC-LOAS

A análise exploratória dos dados constitui uma etapa essencial para compreender o perfil socioeconômico das famílias, especialmente daquelas de baixa renda, sejam ou não beneficiárias de programas de transferência direta de renda, como o Bolsa Família e o BPC-Loas. Essa caracterização inicial permite identificar padrões, distribuições e diferenças entre os grupos que compõem a amostra antes da aplicação do método PSM. Para isso, foram examinadas variáveis como sexo, idade, nível de escolaridade, cor e raça, número de horas trabalhadas por semana e função exercida pelos chefes de família. Ademais, observou-se também o comportamento de variáveis como renda familiar per capita, composição do domicílio, situação de ocupação (localização do domicílio: rural ou urbano) e acesso a bens e serviços básicos. Esses fatores são relevantes para entender as condições socioeconômicas das famílias e seu potencial impacto sobre o nível de endividamento, tema central desta pesquisa.

A amostra analisada é composta por 57,683 unidades de consumo (domicílios ou famílias), das quais 77,3% estão localizadas em áreas urbanas e 22,7% em áreas rurais. Isso indica que a maioria das famílias reside em espaços com maior infraestrutura e

acesso a serviços públicos, embora haja ainda uma parcela significativa em regiões rurais, onde o acesso a serviços essenciais pode ser mais limitado. Entre os aspectos investigados, observa-se que 68,4% dos domicílios são ocupados por seus donos, sem uma prestação pendente, enquanto 31,6% são alugados ou apresentam outra forma de posse. A alta taxa de moradias próprias sugere certo grau de estabilidade habitacional, o que pode influenciar nas decisões financeiras e, consequentemente, no nível de endividamento familiar.

No que diz respeito à estrutura das moradias, 82,8% das residências são construídas predominantemente com alvenaria ou taipa revestida, enquanto 87,2% possuem cobertura de telha (com ou sem laje de concreto). Além disso, 98,2% das moradias possuem três cômodos ou mais, o que sugere que a maioria das famílias que compõem a amostra não reside em condições extremamente precárias de espaço – isso ao levar em conta que o tamanho médio do núcleo familiar é de três pessoas por domicílio. No entanto, a presença de banheiros em quantidade suficiente ainda é um desafio, especialmente para famílias com maior número de pessoas: apenas 26,1% dos domicílios possuem dois banheiros ou mais, enquanto 73,9% contam com apenas um ou nenhum.

A infraestrutura de saneamento básico é um fator essencial para a saúde pública e o bem-estar das famílias. Na amostra analisada, apenas 47,5% dos domicílios possuem um sistema de esgotamento sanitário adequado – feito via rede pública, rede pluvial ou fossa ligada à rede –, enquanto 52,5% ainda utilizam alternativas precárias, como fossas rudimentares ou ausência total de esgoto tratado. Esse dado evidencia um desafio significativo na universalização do saneamento, especialmente para as famílias de baixa renda que podem ter custos adicionais relacionados a problemas de saúde decorrentes da falta desse serviço essencial.

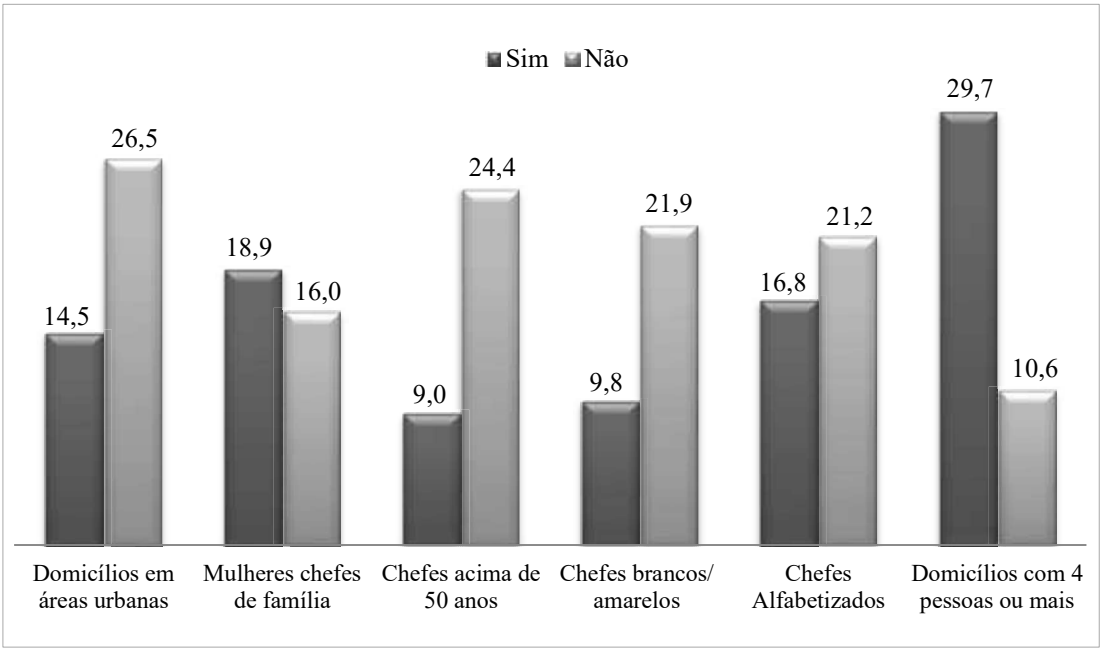
O acesso à água aquecida também é uma variável importante a ser considerada. 41,0% das famílias não dispõem de algum sistema de aquecimento para a água encanada, o que pode ser um indicador de condições de vida precárias. Embora esse indicador possa não ser essencial para a sobrevivência, ele reflete diferenças no nível de conforto e na qualidade de vida. A ausência de aquecimento de água pode estar associada a restrições financeiras ou a uma infraestrutura deficiente, particularmente em áreas rurais. Já no quesito fornecimento de energia elétrica, a ampla maioria (99,6%) tem acesso à eletricidade, sendo que 96,9% a recebem de forma contínua e integral ao longo do dia.

A coleta de lixo, outro indicador relevante de infraestrutura urbana, está presente em 84,1% dos domicílios, enquanto 15,9% das residências ainda não contam com esse serviço regularmente. Esse percentual, embora relativamente baixo, ainda representa uma parte das unidades habitacionais sem acesso adequado à coleta, o que pode estar relacionado a residências localizadas em áreas rurais ou periferias urbanas. A ausência desse serviço essencial pode representar riscos ambientais e sanitários, levando ao acúmulo inadequado de resíduos e, assim, contribuindo para a proliferação de vetores de doenças, como ratos e insetos. Além disso, a precariedade na coleta de lixo pode estar associada a uma infraestrutura urbana deficiente, onde a falta de investimento público compromete a qualidade de vida e aumenta a vulnerabilidade social das famílias.

A presença de pavimentação nas vias onde os domicílios estão localizados também foi analisada. Verificou-se que 67,5% das moradias estão situadas em ruas pavimentadas, enquanto 32,5% se encontram em vias sem pavimentação. Esse aspecto reforça as desigualdades de infraestrutura entre os domicílios, já que a pavimentação impacta a mobilidade, a acessibilidade a serviços públicos e até mesmo o custo de transporte para os moradores dessas áreas. Além das condições habitacionais e de infraestrutura, a amostra também permite analisar a presença dos programas de transferência de renda nas residências: 17,2% dos domicílios são beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), e 3,8% recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas).

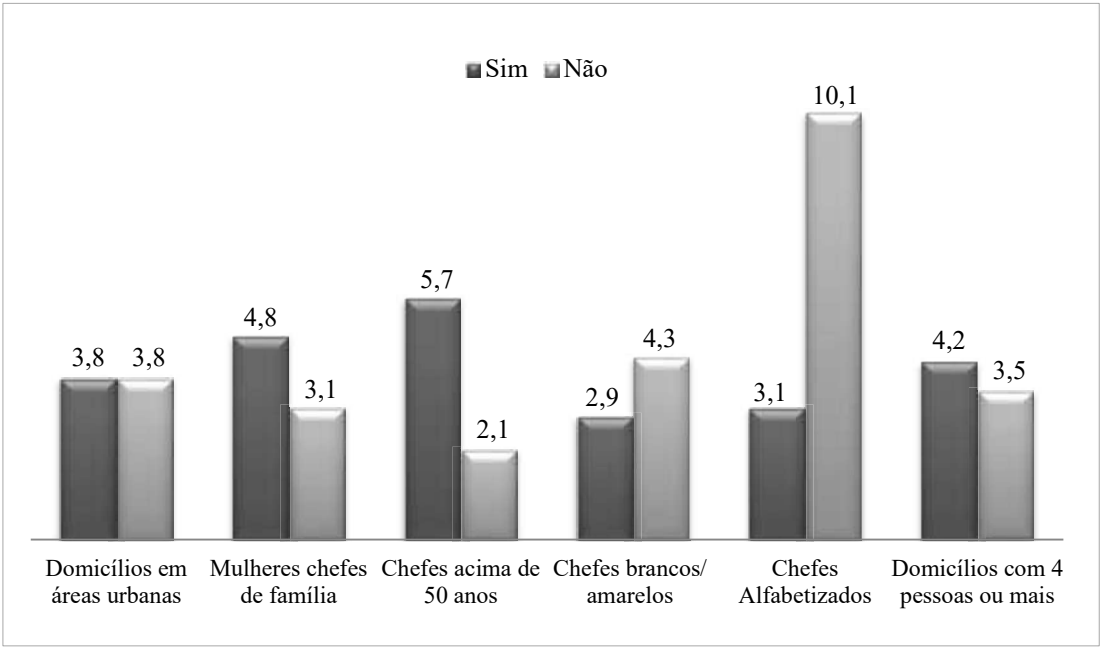
Abre-se aqui um parêntese para examinar a distribuição dos programas de transferência de renda entre os domicílios da amostra. Essa análise é fundamental para compreender em que medida essas políticas sociais têm alcançado os segmentos populacionais mais vulneráveis e se estão, de fato, alinhadas com as demandas mais urgentes. Os Gráficos 3 e 4, referentes aos programas Bolsa Família e BPC-Loas, permitem analisar a distribuição proporcional dos beneficiários segundo perfis sociodemográficos diversos: tais como localização do domicílio, composição familiar, faixa etária, escolaridade e cor/raça dos chefes de família. De antemão, nota-se que domicílios chefiados por mulheres apresentam maior propensão a receber algum tipo de beneficio social. Contudo, essa predominância não deve ser interpretada como um indicativo de privilégio, mas sim como um reflexo das desigualdades estruturais de gênero, que se manifestam particularmente no campo econômico. Tal raciocínio será aprofundado na Subseção 3.1.2, que discute a interseção entre gênero, cor/raça e a condição socioeconômica dos chefes de família.

Gráfico 3 – Distribuição proporcional do Programa Bolsa Família segundo o perfil sociodemográfico dos beneficiários (%)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

Gráfico 4 – Distribuição proporcional do Benefício de Prestação Continuada segundo o perfil sociodemográfico dos beneficiários (%)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

O Gráfico 3 revela padrões de focalização do Programa Bolsa Família (PBF), confirmando seu alinhamento com os segmentos mais vulneráveis da população brasileira. Um dos destaques é a alta proporção de domicílios com quatro pessoas ou

mais que recebem o benefício (29,7%), em contraste com apenas 10,6% entre as famílias menos numerosas. Além disso, entre os beneficiários, observa-se uma predominância, em termos proporcionais, de domicílios localizados em áreas rurais (26,5%), de mulheres como chefes de família (18,9%), bem como uma concentração entre indivíduos pretos, pardas ou indígenas (21,9) e não alfabetizados (21,2%). Paralelamente, percebe-se que o programa é mais presente entre chefes de família mais jovens: 24,4% dos beneficiários têm até 50 anos, enquanto apenas 9,0% estão acima dessa faixa etária.

O Gráfico 4, por sua vez, mostra uma lógica distinta no perfil dos beneficiários do BPC-Loas. A característica mais marcante é a prevalência dos chefes de família com idade superior a 50 anos (5,7%), frente aos demais (2,1%). Isso reflete o caráter previdenciário e de assistência à população idosa ou com deficiência. Ademais, o programa está mais presente, proporcionalmente, em domicílios mais numerosos (4,2%), chefiados por mulheres (4,8%), bem como aqueles chefiados por indivíduos não alfabetizados (10,1%) e pretos, pardos ou indígenas (4,3%).

Analisar as condições de moradia das famílias possibilita compreender as desigualdades existentes em infraestrutura habitacional e, sobretudo, avaliar a sua relação com a renda e a composição familiar. Embora a maioria dos domicílios possua estrutura básica adequada, a análise descritiva feita anteriormente revela uma parte considerável que ainda enfrenta dificuldades relacionadas a saneamento, coleta de lixo e pavimentação – fatores que impactam diretamente o bem-estar das famílias. A ausência de saneamento adequado, por exemplo, pode levar a gastos extras com saúde, assim como a precariedade na pavimentação pode aumentar custos com transporte e manutenção de veículos.

Destarte, as Tabelas 5 e 6 fornecem um retrato detalhado das condições de moradia em função da renda familiar per capita e do número de indivíduos que compõem o núcleo familiar. A análise busca evidenciar desigualdades no acesso à infraestrutura básica, incluindo a disponibilidade de cômodos e banheiros, acesso a sistemas de abastecimento de água e energia, condições adequadas de saneamento e segurança habitacional. Esses fatores têm um impacto direto na qualidade de vida das famílias e refletem disparidades socioeconômicas que podem dificultar a superação da vulnerabilidade social. Além disso, as tabelas comparam as condições habitacionais de domicílios que recebem o Bolsa Família e o BPC-Loas com aqueles que não são

beneficiários desses programas, considerando o tamanho familiar como uma variável relevante para essa diferenciação.

Tabela 5 - Condição da moradia em relação à renda familiar per capita

Condição da moradia		Renda familiar per capita		Frequência	
		Média (R$)	Desvio Padrão (R$)	(unidades)	(%)
Domicílios localizados em áreas urbanas	Sim	1.987,85	3.449,63	44.593	77,3
	Não	1.367,23	4.224,63	13.090	22,7
Domicílios ocupados por seus danos	Sim	1.892,43	3.998,77	39.445	68,4
	Não	1.748,76	2.742,73	18.238	31,6
Domicílios construídos com alvenaria ou taipa revestida	Sim	2.003,00	3.944,27	47.754	82,8
	Não	1.096,75	1.365,39	9.929	17,2
Domicílios com três cômodos ou mais	Sim	1.860,49	3.673,96	56.659	98,2
	Não	1.101,11	1.658,28	1.024	1,8
Domicílios com dois banheiros ou mais	Sim	3.306,68	6.395,59	15.074	26,1
	Não	1.330,62	1.593,14	42.609	73,9
Domicílios com sistema de esgotamento sanitário adequado	Sim	2.370,87	4.128,69	27.372	47,5
	Não	1.373,95	3.078,75	30.311	52,5
Domicílios com sistema de aquecimento para água encanada	Sim	2.374,89	4.530,81	34.027	59,0
	Não	1.087,70	1.402,80	23.656	41,0

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

A Tabela 5 revela que a melhoria nas condições de moradia é uma função direta da renda familiar per capita. Isto é, quanto maior o poder aquisitivo da família, maior a segurança habitacional, o acesso a serviços essenciais e, portanto, melhor a qualidade de vida. Domicílios localizados em áreas urbanas, por exemplo, apresentam renda média per capita equivalente a 45,4% acima daqueles situados em áreas rurais. Essa disparidade sugere que famílias com maior poder aquisitivo tendem a se concentrar em áreas urbanas, onde o acesso à infraestrutura básica costuma ser mais amplo.

Outro aspecto presente na Tabela 5 é a relação entre poder aquisitivo e o direito à infraestrutura adequada. Domicílios construídos com alvenaria ou taipa revestida possuem renda média per capita equivalente a R$ 2.003,00, contrastando com os que não possuem esse tipo de construção, cuja renda média per capita é 82,6% menor. Essa tendência se repete para outros indicadores de qualidade habitacional, como o número de cômodos e a presença de saneamento adequado. Domicílios com três cômodos ou mais, por exemplo, apresentam renda média per capita em um valor equivalente a

69,0% a mais daqueles com até dois cômodos, cuja renda média é de R$ 1.101,11. De maneira semelhante, a presença de um sistema adequado de esgotamento sanitário está associada a uma renda familiar média per capita no valor de R$ 2.370,87 mensais, enquanto a ausência desse serviço se relaciona com uma renda média equivalente a R$ 1.373,95 (72,6% a menos).

Tabela 6 - Condição da moradia em relação ao número de pessoas que compõe a família

Condição da moradia		Composição familiar		Frequência	
		Média	Desvio Padrão	(unidades)	(%)
Domicílios localizados em áreas urbanas	Sim	3,05	1,52	44.593	77,3
	Não	3,17	1,63	13.090	22,7
Domicílios com mais de dois cômodos	Sim	3,08	1,54	56.659	98,2
	Não	2,60	1,81	1.024	1,8
Domicílios com mais de um banheiro	Sim	3,18	1,44	15.074	26,1
	Não	3,04	1,58	42.609	73,9
Bolsa Família	Sim	4,09	1,76	9.939	17,2
	Não	2,86	1,41	47.744	82,8
BPC-Loas	Sim	3,31	1,80	2.172	3,8
	Não	3,07	1,53	55.511	96,2

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

Por sua vez, a Tabela 6 apresenta a relação entre condições de moradia e composição familiar. De forma geral, famílias que residem em áreas urbanas apresentam um tamanho médio equivalente às famílias residentes em áreas rurais. De maneira semelhante, residências com dois banheiros ou mais, em média, possuem número de indivíduos próximo daquelas com apenas um ou sem banheiro. Entretanto, a amostra sugere que domicílios maiores tendem a acomodar mais pessoas, de tal modo que aqueles com três cômodos ou mais abrigam, em média, três pessoas, contrastando com os menores que possuem uma composição familiar equivalente a dois indivíduos.

A Tabela 6 também permite avaliar a relação dos programas sociais com o tamanho das famílias. Famílias beneficiárias do Bolsa Família possuem, em média, quatro indivíduos, um número superior tanto à média das famílias que não recebem o benefício (duas pessoas) quanto à média geral da amostra (três pessoas). Essa diferença pode ser explicada pelo perfil socioeconômico das famílias atendidas pelo programa, que frequentemente possuem maior número de dependentes. Por sua vez, as famílias

que recebem o BPC-Loas apresentam um tamanho médio semelhante à média daquelas que não são beneficiárias (três pessoas).

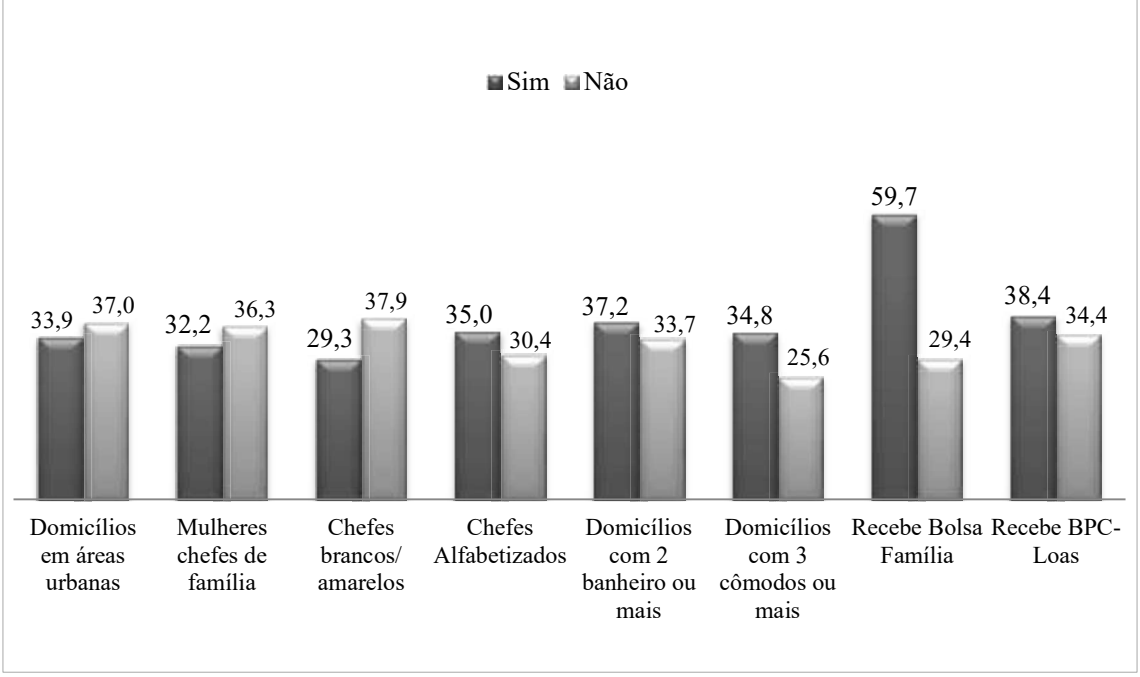
3.1.1 A Infraestrutura Doméstica sob a Lente da Composição e Renda Familiar

A qualidade da infraestrutura doméstica e o bem-estar das famílias estão diretamente relacionados a fatores sociais, econômicos e demográficos. Moradias adequadas desempenham papel central na promoção da qualidade de vida e podem representar um ponto de inflexão no enfrentamento da vulnerabilidade social, sobretudo em horizontes de médio e longo prazo. No entanto, domicílios com maior número de moradores tendem a enfrentar dificuldades estruturais mais intensas, especialmente quando o espaço físico é restrito e o acesso a serviços essenciais é limitado. Por sua vez, a superlotação, frequentemente associada à baixa renda e à exclusão social, compromete a privacidade, o conforto e o bem-estar dos indivíduos que compartilham o mesmo ambiente.

Nesse contexto, torna-se imprescindível analisar como diferentes perfis familiares estão distribuídos em termos de composição do domicílio e renda per capita. Os Gráficos 5 e 6 permitem explorar essas dimensões ao comparar diferentes categorias sociais e habitacionais, com base nos domicílios compostos por quatro pessoas ou mais (acima da média geral) e domicílios com renda familiar per capita inferior a R$ 2.000,00 mensais. De modo geral, observa-se pelo Gráfico 5 que os percentuais de composição familiar numerosa permanecem, na maioria das categorias, abaixo dos 40%, com variações modestas entre os grupos “sim” e “não”.

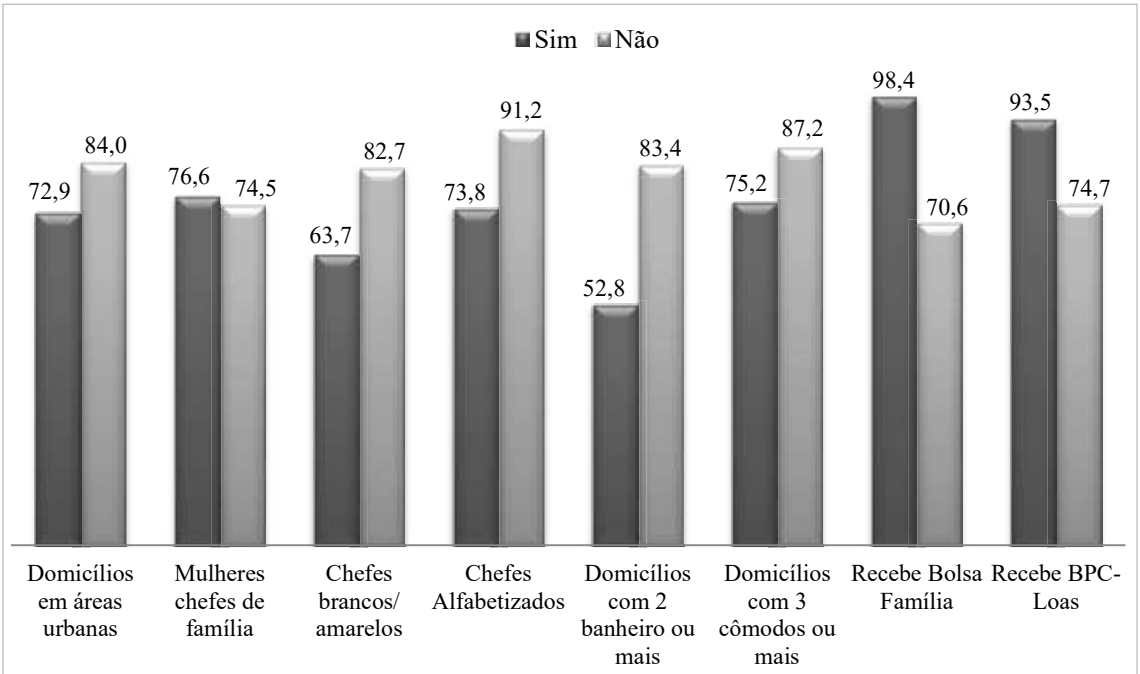
Entretanto, destaca-se como exceção o caso de Bolsa Família: as famílias que recebem o programa apresentam o maior percentual de composição com quatro pessoas ou mais (59,7%), índice consideravelmente superior ao das famílias não beneficiárias (29,4%). Para o BPC-Loas, embora a discrepância entre beneficiários e não beneficiários – em termos proporcionais – seja menos acentuada (38,4% contra 34,4%), ela também serve para reforçar a associação entre programas de transferência de renda e maior número de dependentes nos domicílios.

Gráfico 5 – Distribuição proporcional de famílias com quatro pessoas ou mais por diferentes categorias (%)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

Gráfico 6 – Distribuição proporcional de famílias com renda per capita inferior a R$ 2.000,00 mensais (%)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

As famílias que residem em áreas rurais apresentam, proporcionalmente, maior prevalência de composições numerosas em comparação às áreas urbanas (37,0% contra

33,9%). Um padrão semelhante pode ser observado nos domicílios com maior estrutura física, como aqueles com três cômodos ou mais/ ou com dois banheiros ou mais, os quais concentram uma proporção levemente superior de famílias com quatro pessoas ou mais (34,8% e 37,2%, respectivamente), conforme indica o Gráfico 5. No que se refere à variável cor e raça dos chefes de domicílio, destaca-se que aqueles que se identificam como brancos ou amarelos vivem, com menor frequência, em arranjos familiares numerosos (29,3%), ao passo que os demais grupos raciais apresentam uma prevalência significativamente maior (37,9%). Por fim, o recorte de gênero revela que mulheres chefes de família estão menos associadas à composição familiar numerosa (32,2%) do que os homens (36,3%), possivelmente em razão da maior incidência de arranjos monoparentais femininos, que tendem a incluir um número menor de membros sob o mesmo teto.

Por sua vez, o Gráfico 6 reforça de maneira contundente a existência de uma relação direta entre a baixa renda familiar per capita e diferentes fatores estruturais, como raça, gênero, escolaridade, acesso à infraestrutura habitacional e participação em programas sociais. Esses elementos interagem entre si, compondo um cenário complexo de vulnerabilidade econômica que afeta de forma desproporcional determinados grupos sociais. Um exemplo emblemático é o das residências com cinco pessoas ou mais, nas quais 92,7% possuem renda per capita inferior a R$ 2.000,00, evidenciando o peso da composição familiar numerosa na limitação da renda disponível por indivíduo. No que se refere à localização do domicílio, os dados da amostra revelam que 84,0% dos domicílios situados em áreas rurais estão abaixo da faixa de R$ 2.000,00, enquanto em áreas urbanas esse percentual é de 72,9%. Essa diferença, ainda que não muito acentuada, pode ser o reflexo de um menor dinamismo econômico nas regiões rurais, onde o acesso ao mercado formal de trabalho é historicamente mais restrito.

Domicílios chefiados por mulheres (76,6%) têm renda familiar per capita inferior a R$ 2.000,00 ligeiramente inferior aos chefiados por homens (74,5%). Já os domicílios com chefes brancos ou amarelos apresentam uma incidência muito menor de baixa renda (63,7%) se comparados aos demais (82,7%). Essa discrepância reflete as desigualdades raciais estruturais no Brasil, apontando para grupos racializados como a categoria mais suscetível à pobreza. Por outro lado, há um contraste significativo entre famílias com chefes alfabetizados (73,8%) e não alfabetizados (91,2%), e isso confirma o fato de que a educação está associada diretamente a maiores oportunidades de emprego e, portanto, a maiores rendimentos familiares. Por fim, O Gráfico 6 também

comprova a eficácia e o foco dos programas de transferência de renda, que são mecanismos de combate à pobreza e extrema pobreza no curto e longo prazo. Quase a totalidade dos domicílios que recebem o Bolsa Família (98,4%) e o BPC-Loas (93,5%) está inserida na faixa de baixa renda. Esses dados reforçam o caráter focalizado dessas políticas públicas, que conseguem atingir com precisão os grupos mais vulneráveis da população brasileira.

Em suma, as análises realizadas até o momento indicam que os fatores socioeconômicos e demográficos são condicionantes para determinar as condições habitacionais adequadas. Percebe-se, por exemplo, que a renda familiar desempenha um papel fundamental na garantia ao acesso à infraestrutura básica e, por conseguinte, na determinação do bem-estar das famílias. A desigualdade no acesso a serviços essenciais resulta em padrões habitacionais distintos, nos quais parte significativa da população enfrenta dificuldades para garantir moradias dignas e seguras. Além disso, a análise descritiva dos dados aponta que as condições precárias de moradia não apenas refletem desigualdades sociais preexistentes, mas também contribuem para sua perpetuação, influenciando aspectos como saúde, segurança e mobilidade social. A falta de acesso a saneamento básico e a precariedade na estrutura das moradias, por exemplo, compromete o desenvolvimento das comunidades e reforça ciclos de vulnerabilidade.

3.1.2 Gênero e Raça na Estrutura Socioeconômica dos Chefes de Família

A maioria dos domicílios da amostra é chefiada por homens, correspondendo a 58,4%. Contudo, os lares sob responsabilidade feminina apresentam um perfil socioeconômico distinto: possuem, em média, menor renda familiar per capita (10,6% a menos que a média dos homens chefes de família) e menor renda do trabalho per capita (38,6% a menos que a média dos chefes masculinos) – embora registrem um nível de escolaridade ligeiramente mais elevado. Famílias chefiadas por mulheres também apresentam menor variação patrimonial, maior dependência de rendimentos não monetários e um nível de endividamento superior em relação àquelas chefiadas por homens. Os dados também apontam que mulheres chefes de família, proporcionalmente, estão mais presentes na lista de beneficiários dos programas de transferência de renda: como Bolsa Família e BPC-Loas.

O nível médio de escolaridade entre os chefes de família está aquém do estabelecido para a conclusão do ensino médio, o que compromete as possibilidades de

inserção em ocupações mais qualificadas e melhor remuneradas. É importante ressaltar que a baixa escolaridade, especialmente entre grupos mais vulneráveis, tende a perpetuar ciclos de pobreza, informalidade ou trabalho precarizado. Essa relação é confirmada pela análise da renda per capita proveniente exclusivamente do trabalho: indivíduos com mais de oito anos de estudo (acima da média da amostra) recebem, em média, salários três vezes maiores do que aqueles com escolaridade inferior ou igual a esse patamar.

Entretanto, ao observar os dados sob a ótica de gênero, percebe-se um paradoxo importante. A proporção de mulheres chefes de família com escolaridade superior a oito anos (52,9%) supera a dos homens (49,5%), porém, apesar disso, os homens continuam recebendo rendimentos do trabalho mais elevados. Essa desproporcionalidade não apenas revela uma disparidade de gênero no mercado laboral, como também expõe a sobreposição de desvantagens enfrentadas por mulheres chefes de família. Muitas delas acumulam responsabilidades domésticas, enfrentam barreiras de acesso ao emprego formal e são frequentemente direcionadas a ocupações menos valorizadas, mesmo quando possuem escolaridade equivalente ou superior à dos homens.

Para além de uma mera diferença salarial, essas disparidades também podem ser associadas à segregação ocupacional e à presença de barreiras estruturais que limitam a progressão profissional feminina no mercado de trabalho. Soma-se a isso a sobrecarga com jornadas domésticas e o cuidado com filhos ou parentes idosos, tarefas que ainda recaem majoritariamente sobre as mulheres e que restringem as oportunidades de qualificação e ascensão na carreira. Ademais, a maior dependência de rendas não monetárias observada entre os domicílios por elas chefiados aponta para uma inserção mais intensa em redes de suporte social e comunitário. Tais redes, embora fundamentais para a subsistência dessas famílias, revelam também a precariedade dos meios de vida disponíveis e a ausência de garantias formais de proteção econômica.

A condição laboral dos chefes de família revela aspectos importantes sobre a vulnerabilidade econômica dos domicílios (Tabela 7). Mais de 30% dos chefes de domicílio declararam não exercer nenhuma atividade de trabalho, sendo 58,8% desse grupo do sexo feminino, e 60,7% pessoas negras ou indígenas. Em termos proporcionais, 46,4% das mulheres chefes de família encontram-se fora do mercado de trabalho, percentual consideravelmente superior ao observado entre os homens (23,1%). A escolaridade também se mostra um fator decisivo nesse aspecto: enquanto 29,5% dos chefes alfabetizados estão desocupados, o percentual entre os não alfabetizados chega a

65,7%, indicando mais uma vez o impacto direto da educação sobre as chances de inserção no mercado. No caso dos beneficiários do BPC-Loas, observa-se um padrão semelhante: 64,7% estão desocupados, contra 31,6% entre os não beneficiários. Já no que diz respeito ao Bolsa Família, o padrão se inverte: a desocupação atinge mais fortemente os não beneficiários (33,8%) em comparação aos que recebem o benefício (28,2%).

Entre os chefes que possuem alguma ocupação, a maioria (66,1%) está inserida no mercado formal de trabalho, sendo comum a atuação como servidores públicos ou militares, trabalhadores autônomos e empregados domésticos. Apesar disso, nota-se uma presença relevante de trabalhadores na informalidade ou envolvidos em atividades esporádicas, muitas vezes marcadas por baixos rendimentos e ausência de proteção social. Essa diversidade de vínculos, caracterizada pela instabilidade e precarização, compromete a segurança econômica dessas famílias e amplia a sua exposição à vulnerabilidade social.

Tabela 7 – Distribuição dos Tipos de ocupação entre chefes de famílias, segundo gênero e cor/raça

Tipos de ocupação	Mulheres chefes de família		Chefes Brancos ou amarelos		Total
	Sim	Não	Sim	Não	
Sem ocupação	11.134	7.799	7.444	11.489	**18.933**
Empregado doméstico	2.603	380	838	2.175	**2.983**
Empregado privado	18	344	142	220	**362**
Militar e empregado público	4.053	11.531	5.764	9.820	**15.584**
Trabalhar por conta própria	2.598	2.364	1.959	3.003	**4.962**
Empregador	334	1.399	1.039	694	**1.733**
Outras ocupações	3.245	9.881	5.037	8.089	**13.236**
Total	**23.985**	**33.698**	**22.223**	**35.460**	**57.683**

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

A inserção das mulheres chefes de família no mercado de trabalho revela padrões marcadamente desiguais em relação aos homens. Percebe-se que elas estão concentradas em ocupações historicamente desvalorizadas, de baixa remuneração e menor proteção social. Enquanto a proporção de mulheres que atuam como empregadas domésticas atinge 10,9%, o percentual é de apenas 1,1% entre os homens. Quando se

considera apenas o grupo de chefes de família que exercem alguma atividade laboral, a proporção de mulheres nessa ocupação praticamente dobra (20,5%), enquanto o percentual masculino permanece quase inalterado (1,5%). Em contrapartida, os homens chefes de domicílio apresentam maior concentração em ocupações formais e mais bem valorizadas socialmente. Eles são mais numerosos como empregados do setor privado, têm maior presença entre militares ou servidores públicos (34,2% contra 16,9%) e também estão mais representados na categoria de empregadores (4,2% frente a 1,4%). Outro fator importante é a maior proporção de mulheres chefes de família atuando como trabalhadoras autônomas (10,8%) em comparação aos homens (7,0%). Assim, essa tendência pode ser interpretada como uma estratégia de sobrevivência frente à dificuldade de acesso ao emprego formal, ou uma forma de conciliar a geração de renda com a necessidade de flexibilidade de tempo – essencial para quem acumula a função de provedora com atividades domesticas e de cuidado.

A análise se estende ao contexto racial do perfil dos chefes de família, considerando a distribuição de renda, o acúmulo de patrimônio e a inserção no mercado de trabalho. Famílias chefiadas por pessoas brancas ou amarelas apresentam, em média, uma renda mensal per capita mais elevada (R$ 2.571,06) em comparação àquelas lideradas por indivíduos dos demais grupos raciais (R$ 1.393,24). Essa disparidade reflete não apenas diferenças imediatas de rendimento, mas também se manifesta no maior acúmulo de patrimônio ao longo do tempo, revelando a persistência de desigualdades estruturais que favorecem determinados segmentos da população em detrimento de outros. Além disso, a renda mensal per capita proveniente exclusivamente do trabalho entre os chefes brancos ou amarelos é, em média, 77,2% superior à dos demais, indicando maior acesso a ocupações mais bem remuneradas e com maior estabilidade.

Os chefes de família brancos ou amarelos, embora apresentem indicadores econômicos mais favoráveis, também registram, em média, um nível de endividamento per capita mais elevado. No entanto, esse resultado pode ser interpretado à luz do maior acesso a crédito e a diferentes modalidades de financiamento, geralmente associados à formalização no mercado de trabalho, à maior renda e à menor restrição cadastral. Além disso, esse grupo possui menor número de dependentes e apresenta níveis mais altos de escolaridade – fatores que, em conjunto, contribuem para uma condição socioeconômica mais estável e vantajosa. A combinação entre menor proporção de renda baixa, maior qualificação educacional e reduzida dependência de programas de transferência de

renda revela um padrão de vida distinto, no qual a renda é predominantemente obtida por meio de vínculos formais e fontes próprias, reforçando a autonomia financeira e a possibilidade de essas famílias não serem sujeitadas à inadimplência.

Conforme já discutido, famílias chefiadas por indivíduos negros ou indígenas estão mais expostas à vulnerabilidade econômica, o que se traduz em uma participação mais expressiva nas políticas sociais de proteção. Apenas 9,8% dos chefes de domicílio brancos ou amarelos são beneficiários do Bolsa Família, enquanto entre os demais grupos raciais esse percentual chega a 21,9%. Situação semelhante é observada no BPC-Loas: 2,9% dos chefes brancos ou amarelos são beneficiários, frente a 4,3% entre os chefes de domicílio negros ou indígenas.

Aliás, a desigualdade racial se articula de forma interseccional com a desigualdade de gênero, agravando ainda mais as condições de determinados grupos. Entre as mulheres negras ou indígenas que chefiam domicílios, 24,1% são beneficiárias do Bolsa Família, superando os 20,2% observados entre homens do mesmo grupo racial. No caso do BPC-Loas, o padrão se repete: 5,3% das mulheres negras ou indígenas chefes de família recebem o benefício, contra 3,4% dos homens da mesma categoria. Essa desproporcionalidade demostra a sobreposição de desvantagens enfrentadas por mulheres negras ou indígenas, que se encontram em posição particularmente frágil no contexto socioeconômico brasileiro.

As desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro tornam-se notórias ao analisar as condições de inserção laboral dos chefes de família. Conforme demonstrado na Tabela 7, aqueles que se identificam como brancos ou amarelos representam apenas 38,5% da amostra, enquanto isso eles são mais numerosos na função de empregador e, portanto, mais propensos a ocupar posições laborais privilegiadas, vantajosas e socialmente valorizadas. A proporção desses chefes de família que atuam como empregadores (4,7%) é mais que o dobro da proporção observada entre os demais grupos raciais (2,0%).

Em contrapartida, a ocupação laboral como empregado doméstico é mais comum entre indivíduos que se identificam como pretos, pardos ou amarelos (6,1%, frente a 3,8% dos brancos ou amarelos). Essa diferença se mantém mesmo ao considerar apenas os chefes economicamente ativos: a proporção de negros ou indígenas atinge a marca de 9,1%, enquanto a dos brancos ou amarelos sobe para 5,8%. Diante do exposto, percebe-se que os chefes de família brancos ou amarelos tendem a exercer atividades com maior rentabilidade, estabilidade e prestígio, enquanto grande parte dos chefes

negros ou indígenas permanece inserida em atividades marcadas pela desvalorização profissional e pela precariedade das condições laborais.

3.1.3 Retrato das Desigualdades no Brasil: Distribuição de Renda e Vulnerabilidade Social

Os dados da POF 2017/2018 revelam profundas desigualdades socioeconômicas no Brasil, refletidas tanto na distribuição da renda quanto nas condições de vida das famílias. A Tabela 8 sintetiza essas disparidades ao apresentar estatísticas descritivas da renda familiar per capita, organizadas por percentis e decis. Para cada grupo percentílico e decílico, são informados a média da renda per capita, os valores mínimo e máximo dentro do intervalo correspondente, além da participação percentual de cada grupo na renda total do país. A análise desses indicadores oferece um retrato claro da concentração de renda, especialmente acentuada nos extremos da distribuição, onde se observa a coexistência de ampla pobreza com altíssimos níveis de rendimento.

Tabela 8 – Distribuição da renda familiar per capita no Brasil por percentis e decis

Grupos		**Média da renda familiar per capita**		**Mínimo**	**Máximo**
Percentis	**Decis**	**(R$)**	**(%)**		
P1	---	71,50	0,04	1,645	103,90
P1-P10	D1	212,58	1,2	1,645	322,73
P11-P20	D2	409,68	2,3	322,73	494,25
P21-P30	D3	582,20	3,2	494,43	672,15
P31-P40	D4	762,04	4,2	672,15	854,21
P41-P50	D5	963,22	5,3	854,21	1.076,30
P51-P60	D6	1.197,32	6,6	1.076,32	1.328,83
P61-P70	D7	1.492,26	8,3	1.328,83	1.676,65
P71-P80	D8	1.935,55	10,7	1.676,67	2.256,28
P81-P90	D9	2.819,39	15,6	2.256,45	3.608,54
P91-P100	D10	7.704,16	42,6	3.608,55	336.445,48
P100	---	22.451,12	12,4	13.252,28	336.445,48

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

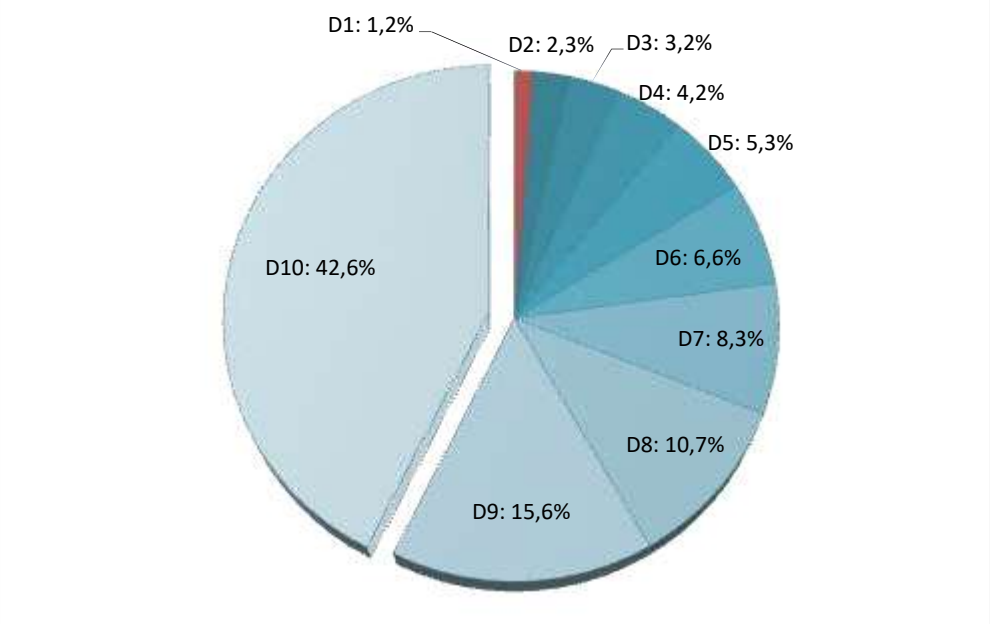
Os decis D1 a D3 concentram os grupos em situação de extrema vulnerabilidade econômica: a soma das médias de renda familiar per capita desses estratos não alcança, sequer, o valor de um salário mínimo por pessoa (considerando o piso nacional de 2025, fixado em R$ 1.518,00). Especificamente, o 1% mais pobre da população (percentil P1), em média, sobrevive mensalmente com apenas R$ 71,50 – valor insuficiente para suprir as necessidades básicas. Em contraste, o 1% mais rico (percentil P100) possui uma renda média familiar per capita mensal superior a R$ 20 mil, com casos que ultrapassam os R$ 300 mil mensais. O primeiro decil (D1), que corresponde aos 10% mais pobres da população, apresenta uma média de renda equivalente a R$ 212,58 e responde por apenas 1,2% da renda total brasileira, enquanto os 10% mais ricos (D10) detêm, em média, mais de R$ 7 mil mensais como renda por indivíduo. Mesmo quando somados os três primeiros decis, a participação conjunta desses 30% mais pobres, lamentavelmente, não alcança 7,0% da renda nacional.

A faixa intermediária de renda (decis D4 a D7) apresenta rendimentos mensais médios que variam entre R$ 762,04 e R$ 1.492,26. Apesar de uma melhoria em comparação aos decis inferiores, esses grupos também detêm uma parcela limitada da renda nacional, com participação conjunta equivalente a 24,4%. Importa destacar que somente a partir do sexto decil a renda média familiar per capita ultrapassa a marca de mil reais mensais. Isso significa que, ao menos, metade das famílias brasileiras vive, em média, com menos de mil reais mensais por pessoa, comprovando a limitação dos recursos disponíveis para grande parte da população.

No topo da pirâmide social, representado pelos decis superiores (D8 a D10), observa-se uma concentração expressiva de renda, distribuída de forma desproporcional em relação ao restante da população. Conforme demonstrado no Gráfico 7, o nono decil (D9), por exemplo, detém 15,6% da renda familiar per capita, valor que supera em mais de duas vezes a participação conjunta dos 30% mais pobres da população. Já o décimo decil (D10) concentra impressionantes 42,6% da renda total, mais que o dobro da fatia correspondente aos 50% mais pobres. A disparidade se acentua ainda mais quando se observa o centésimo percentil (P100), que representa o 1% mais rico da população. Nesse grupo, a renda média familiar per capita (R$ 22.451,12 mensais) é mais de 300 vezes a média registrada no primeiro percentil (P1) – que corresponde ao segmento mais pobre. Tal desnível também é confirmado em análises por quartis, em que o quartil superior (Q4), que abrange os 25% mais ricos, concentra mais de 60,0% da renda

familiar per capita, enquanto os 25% mais pobres da população, o primeiro quartil (Q1), detêm apenas 5,2% da renda do país.

Gráfico 7 – Participação percentual dos grupos decílicos na renda total das famílias



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

A assimetria na distribuição de renda é profunda e reflete um modelo estruturalmente desigual que perpassa diversas dimensões da sociedade brasileira, sendo um desafio imposto à equidade social. Quando se observa a situação dos beneficiários de programas de transferência de renda, as diferenças estruturais reforçam o diagnóstico. Beneficiários do Bolsa Família, por exemplo, possuem uma renda média familiar per capita de apenas R$ 583,84 mensais. Além disso, os chefes de família beneficiários – cuja proporção de mulheres é superior à dos homens – também apresentam níveis de escolaridade mais baixos e maior número de dependentes. Por um lado, esses dados indicam que os programas sociais, de fato, conseguem alcançar grupos altamente vulneráveis; mas, por outro lado, percebe-se que essa vulnerabilidade está associada a desigualdades estruturais, especialmente de gênero, raça, escolaridade e inserção precária no mercado de trabalho.

Essa análise se aprofunda ao observar os níveis de endividamento familiar ao longo da distribuição de renda. Nota-se, na Tabela 9, que as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas) apresentam, particularmente em termos máximos, níveis de endividamento significativamente inferiores aos das famílias não beneficiárias em quase todos os

grupos decílicos e percentílicos. No entanto, esse padrão não pode ser interpretado como indicativo de maior estabilidade financeira ou de uma condição econômica mais equilibrada. Pelo contrário, os baixos níveis de endividamento observados refletem possíveis restrições de acesso ao crédito impostas às famílias situadas na base da pirâmide social.

Tabela 9 – Níveis de endividamento (médio e máximo) por grupo decílico de famílias beneficiárias e não beneficiárias do PBF e BPC-Loas (em R$)

Grupos		**Programa Bolsa Família**		**Benefício de Prestação Continuada**	
Percentis	**Decis**	**Sim**	**Não**	**Sim**	**Não**
P1	---	0,51 65,47	6,25 322,49	0,00 0,00	2,82 322,49
P1-P10	D1	3,04 884,17	5,52 322,49	5,80 93,39	3,89 884,17
P11-P20	D2	6,72 364,65	8,43 3.470,24	7,93 275,09	7,61 3.470,24
P21-P30	D3	12,10 1.453,11	13,96 1.076,37	14,22 325,70	13,33 1.453,11
P31-P40	D4	14,00 544,19	15,51 2.193,92	20,68 544,19	14,90 2.193,92
P41-P50	D5	19,74 404,52	21,69 3.914,23	15,33 400,45	21,78 3.914,23
P51-P60	D6	22,83 423,95	27,06 3.739,28	35,36 790,00	26,32 3.739,28
P61-P70	D7	24,05 1.061,07	32,24 4.437,87	34,00 884,71	31,83 4.437,87
P71-P80	D8	53,18 1.415,80	46,22 4.336,39	43,54 1.004,58	46,42 4.336,39
P81-P90	D9	77,88 776,88	62,39 4.626,98	46,68 1.221,42	62,71 4.626,98
P91-P100	D10	87,99 1.329,37	136,28 24.726,52	210,22 1.126,26	135,67 24.726,52
P100	---	3,48 13,56	192,66 12.050,92	0,00 0,00	191,58 12.050,92

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

A limitação no montante das dívidas, portanto, não traduz menor risco financeiro, mas confirma a reduzida capacidade de consumo, poupança e financiamento enfrentada por esses grupos. Trata-se de uma população cuja renda é insuficiente não apenas para garantir a subsistência, mas também para atender aos critérios mínimos

exigidos pelas instituições financeiras formais. Além disso, a discrepância entre os valores máximos de endividamento registrados para beneficiários e não beneficiários escancara as barreiras estruturais que impedem a inserção plena das famílias de baixa renda no sistema financeiro. Mesmo quando endividadas, essas famílias o fazem em condições muito mais restritas, com acesso limitado a linhas de crédito, taxas mais elevadas e prazos reduzidos. Em última instância, os dados revelam mais do que a distribuição do endividamento, ou seja, eles apontam quem tem acesso às ferramentas de crédito e quem permanece sistematicamente excluído das possibilidades econômicas que esse acesso pode proporcionar.

A partir da análise dos dados de endividamento por faixa de renda, presente na Tabela 9, percebe-se que os níveis de endividamento das famílias beneficiárias e não beneficiárias (de Bolsa Família e do BPC-Loas), em termos médios absolutos, são relativamente modestos e próximos entre si. No entanto, essa aparente semelhança esconde dinâmicas mais complexas quando se analisa o comportamento dos valores máximos de endividamento. Com exceção dos grupos decílicos D1 e D3, em todas as demais faixas da distribuição de renda, as famílias não beneficiárias do Bolsa Família registram valores máximos de endividamento superiores aos observados entre os beneficiários. A partir do quarto decil (D4), essa diferença se acentua de forma notável: os valores máximos de endividamento das famílias não beneficiárias passam a crescer de maneira acelerada, ampliando o distanciamento em relação aos beneficiários do programa. No décimo decil (D10), essa disparidade atinge seu ápice: enquanto os não beneficiários acumulam dívidas que ultrapassam R$ 24 mil, os beneficiários registram um teto de endividamento de apenas R$ 1.329,37.

No caso do BPC-Loas, a assimetria é ainda mais evidente: em todos os grupos decílicos e percentílicos, os valores máximos de endividamento dos não beneficiários superam os dos beneficiários. Esse padrão reforça o argumento de que existem barreiras estruturais de acesso ao crédito enfrentadas por famílias de baixa renda. Portanto, os dados não apenas revelam diferenças quantitativas no endividamento, mas também sugerem que, em contextos de vulnerabilidade relativa, certos grupos sociais estão mais expostos ao consumo financiado do que outros.

3.2. ANÁLISE EMPÍRICA DO BOLSA FAMÍLIA E DO BPC-LOAS SOBRE O ENDIVIDAMENTO FAMILIAR

As Tabelas 10 e 11 correspondem à saída do Stata após a aplicação do método Propensity Score Matching (PSM), utilizando dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018), com o objetivo de estimar o efeito do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas) sobre o nível de endividamento das famílias brasileiras. O PSM foi aplicado por meio do comando *psmatch2*, a fim de parear famílias beneficiárias e não beneficiárias dos dois programas, de forma distinta, com características socioeconômicas semelhantes, permitindo uma comparação mais precisa quanto ao desfecho analisado — neste caso, o endividamento.

Tabela 10 – Efeito médio do Bolsa Família sobre o endividamento familiar

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	11,16	50,75	-39,59	2,49	-15,87
Efeito médio depois do pareamento	11,16	14,40	-3,24	1,42	-2,28

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

Tabela 11 – Efeito médio do BPC-Loas sobre o endividamento familiar

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	26,72	44,61	-17,89	4,96	-3,61
Efeito médio depois do pareamento	26,72	36,50	-9,78	2,27	-4,31

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

O escore de propensão foi estimado a partir de um modelo de regressão logística, no qual se incorporou um conjunto de covariáveis socioeconômicas e demográficas relacionadas à elegibilidade dos programas de transferência de renda. Entre as variáveis explicativas utilizadas para predizer a possibilidade de uma família ser beneficiária do Bolsa Família ou do BPC-Loas, destacam-se: a renda domiciliar per capita, a raça/cor, idade, o sexo e o nível de escolaridade da pessoa de referência, além da presença de idosos ou crianças no domicílio, a localização em área urbana ou rural e o acesso a serviços básicos, como esgotamento sanitário, água tratada e energia elétrica. As tabelas com os resultados detalhados da regressão logística encontram-se apresentadas no apêndice deste trabalho. Para a etapa de pareamento, adotou-se o

algoritmo dos cinco vizinhos mais próximos, de modo a garantir maior proximidade entre beneficiários e não beneficiários em termos de características observáveis.

Em ambos os casos, o modelo apresentou indicadores de ajuste razoáveis, revelando a sua capacidade de discriminar entre famílias beneficiárias e não beneficiárias com base nas covariáveis observadas. As estatísticas do teste de razão de verossimilhança confirmam que o modelo logit é estatisticamente significativo e, portanto, adequado para a estimação dos escores de propensão utilizados no pareamento das unidades tratadas (beneficiários) e de controle (não beneficiários). É importante salientar que o modelo não permite afirmar causalidade de forma conclusiva, porém ele proporciona evidências empíricas que indicam uma associação entre o recebimento dos programas de transferência de renda e o comportamento financeiro das famílias.

Em termos analíticos, as Tabelas 10 e 11 apresentam o balanço das covariáveis antes e depois do pareamento pelo método PSM, com o objetivo de comparar grupos tratados e de controle com características socioeconômicas semelhantes. A Tabela 10 refere-se ao Programa Bolsa Família (PBF), enquanto a Tabela 11 diz respeito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas). No caso do Bolsa Família (Tabela 10), observa-se que, antes do pareamento, o grupo tratado apresentava um saldo médio de dívida per capita de R$ 11,16, ao passo que o grupo de controle possuía um valor equivalente a R$ 50,75, resultando em uma diferença no valor negativo de R$ 39,59. Após o pareamento, a média do grupo de controle reduziu para R$ 14,40, e a diferença entre os grupos permaneceu negativa, porém em menor magnitude: R$ 3,24. Em relação ao BPC-Loas (Tabela 11), os resultados seguem padrão semelhante. Antes do pareamento, o endividamento médio per capita das famílias beneficiárias era de R$ 26,71, enquanto o das famílias não beneficiárias alcançava R$ 44,61, levando a uma diferença negativa de R$ 17,89. Já depois do pareamento, o valor médio do grupo de controle caiu para R$ 36,50, o que reduziu a diferença entre os dois grupos para R$ 9,78 (valor negativo).

Esses resultados indicam que os programas de transferência de renda não exercem qualquer influencia direta sobre o crescimento acelerado do nível de endividamento familiar no país. Pelo contrário, após o controle das características socioeconômicas, os beneficiários desses programas apresentam níveis de endividamento ligeiramente inferiores aos das famílias com perfil semelhante que não são beneficiárias. Essa constatação contraria a hipótese de que tais programas estariam incentivando ou facilitando o endividamento excessivo das famílias brasileiras. Diante

disso, programas como o Bolsa Família e o BPC-Loas, além de cumprirem seu papel de proteção social, podem estar associados à proteção do seu público alvo frente à necessidade de se endividar para garantir a sobrevivência. Alternativamente, os resultados também podem refletir restrições estruturais ao crédito enfrentadas pelas famílias de baixa renda – o que, por sua vez, limitariam seu acesso ao financiamento formal.

3.2.1 Testes de Robustez e Consistência das Estimativas

A Tabela 12 apresenta os resultados do teste de sensibilidade de Rosenbaum, aplicado para avaliar a robustez das estimativas obtidas via PSM frente à possibilidade de viés de seleção não observado, representado pelo parâmetro Γ (Gamma). O cenário inicial (Γ=1,0) indica a ausência de viés oculto. Nesse caso, o p-valor é igual a zero, demonstrando que o efeito estimado do tratamento é altamente significativo do ponto de vista estatístico. Ademais, o intervalo de confiança correspondente (-17,0124 a -13,47) não inclui o valor zero, o que reforça a evidência da existência de efeito causal.

Tabela 12 – Teste de sensibilidade de Rosenbaum aplicado às estimativas do Propensity Score Matching

Γ (Gamma)	**Níveis de significância (p-valor)**		**Estatísticas de teste correspondentes**		**Limites de intervalo de confiança (95%)**	
	Sig+	**Sig-**	**t-stat+**	**t-stat-**	**CI+**	**CI-**
1,0	0,000000	0,000000	-15,1675	-15,1675	-17,0124	-13,47
1,2	0,000000	0,000000	-18,6212	-11,9142	-20,5305	-10,0
1,4	0,000000	0,000000	-21,6703	-8,98002	-23,4606	-7,01521
1,6	0,000000	1,1e-16	-24,1297	-6,59767	-26,0713	-4,97158
1,8	0,000000	6,7e-10	-26,3857	-4,61367	-28,3472	-2,79964
2,0	0,000000	0,000015	-28,3815	-2,7595	-30,5242	-0,647222
2,2	0,000000	0,006492	-30,3683	-0,871015	-32,4853	-2,9e-07
2,3	0,000000	0,044949	-31,2281	-2,9e-07	-33,4812	-2,9e-07
2,4	0,000000	0,173091	-32,0826	-2,9e-07	-34,4715	0,853317

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018. **Notas: *Sig+ e Sig-* correspondem aos níveis de significância do teste *Mantel-Haenszel* sob o cenário de viés oculto. Sig+ remete à hipótese de que o viés favorece o grupo de tratamento, enquanto Sig- representa a hipótese de que o viés favorece o grupo de controle.

No que se refere à perda de significância, observa-se que o comportamento do p-valor (colunas *Sig+* e *Sig-*) varia conforme o aumento do parâmetro Γ. A análise de interesse, neste caso, concentra-se na coluna *Sig-*, uma vez que a estatística de teste (*t-stat-*) assume valores negativos, sugerindo que o tratamento (no caso, o Bolsa Família ou o BPC-Loas) reduz a variável de desfecho: o nível de endividamento familiar. Os valores de *Sig-* permanecem próximos de zero até níveis elevados de Γ. Quanto à avaliação da robustez, a coluna *Sig+* (que avalia a hipótese alternativa de que o viés favoreça o grupo de tratamento) é a chave para identificar o ponto em que a conclusão poderia ser revertida. Os resultados mostram que o *p-valor* permanece em 0,000000 até $\Gamma = 2{,}4$. Somente a partir desse ponto a significância estatística deixa de se sustentar em níveis convencionais (5% ou 10%).

Dessa forma, conclui-se que as estimativas do estudo são altamente robustas à presença de variáveis de confusão não observadas. Para que os resultados perdessem validade estatística, seria necessário um viés oculto suficientemente forte a ponto de aumentar em 2,4 vezes a probabilidade de um indivíduo receber o tratamento em relação a outro idêntico no grupo de controle. Tal nível de sensibilidade confere elevada credibilidade à inferência causal, reforçando a consistência dos achados do estudo.

Além do teste de sensibilidade de Rosenbaum, foram aplicados também outros procedimentos metodológicos, como o Balance Test, o Teste de Overlap (Common Support) e a análise da Heterogeneidade dos Efeitos[15]. Em particular, o Teste de Balanceamento das Covariáveis (Balance Test) tem como objetivo verificar se as covariáveis utilizadas no pareamento estão devidamente equilibradas entre os grupos de tratamento e de controle após a aplicação do PSM. A literatura recomenda que as diferenças padronizadas entre os grupos sejam inferiores a 10%, o que é interpretado como evidência de bom balanceamento. Dessa forma, quanto mais próximas de zero forem essas diferenças, maior a semelhança entre os grupos e, consequentemente, mais robusta a inferência causal.

Os resultados obtidos a partir do teste de balanceamento das covariáveis para o Bolsa Família e para o BPC-Loas (Gráfico 8) confirmam que o pareamento por escore

[15] A análise por subgrupos (avaliação da Heterogeneidade dos Efeitos) permite identificar de que forma os programas Bolsa Família e BPC-Loas afetam determinados perfis sociais. Essa abordagem possibilita verificar se o impacto do tratamento varia em função de características específicas da população, tais como sexo, raça/cor, local de residência, faixas de renda e nível educacional. Os resultados decorrentes da aplicação dessa análise, e da avaliação da condição de suporte comum (Common Support/Teste de Overlap), encontram-se disponibilizados em anexo a este trabalho.

de propensão foi eficiente em reduzir substancialmente os vieses entre os grupos. Observa-se que, antes do pareamento, várias covariáveis apresentavam desvios percentuais padronizados bastante elevados, em alguns casos superiores a 50%, evidenciando a falta de comparabilidade inicial entre tratados e controles. Contudo, após o pareamento, os pontos convergem para valores próximos de zero, indicando que as diferenças entre os grupos foram minimizadas e que a maior parte das covariáveis ficou dentro do limite de 10% recomendado.

Gráfico 8 – Distribuição padronizada das covariáveis: teste de balanceamento para os programas Bolsa Família e BPC-Loas

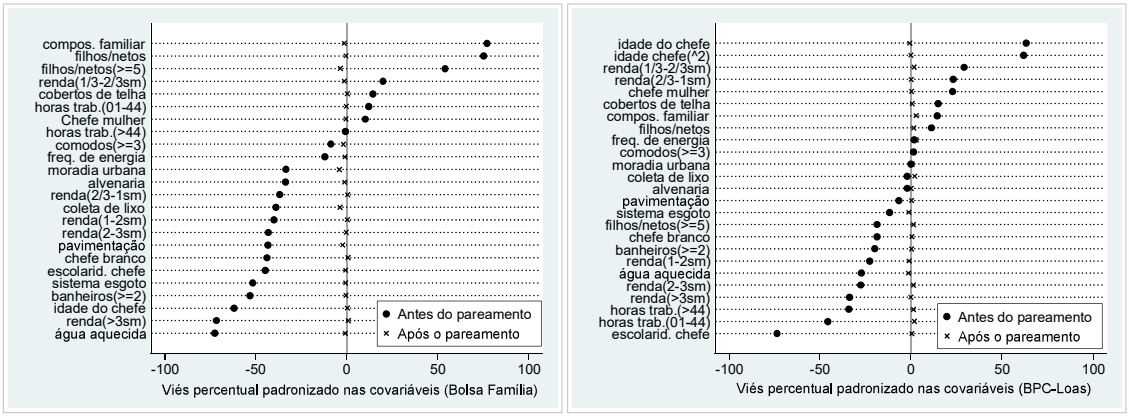


Tabela 13 – Indicadores de Balanceamento das Covariáveis antes e depois do Pareamento – Bolsa Família

Amostra	Ps R^2	LR chi^2	p> chi^2	Média do viés	Mediana do viés	B	R	%Var.
Antes do pareamento	0,326	17.296,04	0,000	39,7	41,6	169,7	0,66	100
Efeito médio depois do pareamento	0,001	20,03	0,695	1,2	0,6	6,3	0,99	100

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

Tabela 14 – Indicadores de Balanceamento das Covariáveis antes e depois do Pareamento – Bolsa Família

Amostra	Ps R^2	LR chi^2	p> chi^2	Média do viés	Mediana do viés	B	R	%Var.
Antes do pareamento	0,126	2.329,83	0,000	23,5	19,9	114,1	0,61	83
Efeito médio depois do pareamento	0,001	7,11	1.000	1,0	0,9	8,1	1,06	33

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

As variáveis apresentadas nas tabelas de balanceamento (Tabelas 13 e 14) avaliam a qualidade do pareamento no Propensity Score Matching. O *Pseudo R²* indica o poder explicativo das covariáveis no modelo de escore de propensão; o *LR chi²* e seu respectivo p-valor ($p>chi^2$) testam se as covariáveis diferenciam significativamente tratados e controles. A média e a mediana do viés mensuram as diferenças padronizadas entre os grupos, recomendando-se valores abaixo de 5% após o pareamento. O indicador *B* mede a diferença média em desvios-padrão, e o *R*, a razão de variâncias de escore de propensão entre os grupos, sendo considerados adequados quando $B < 25$ (Rubin, 2001) e *R* próximo de 1 (aceitável entre 0,5 e 2). Por fim, o *%Var.* expressa a proporção de covariáveis que alcançaram balanceamento satisfatório.

No caso do Bolsa Família (Tabela 13), observa-se que, antes do pareamento, havia forte discrepância entre os grupos. O valor do *Pseudo R²* era elevado (0,326), o teste de razão de verossimilhança apresentou estatística altamente significativa (*LR chi²* = 17.296,04; *p*=0,000) e os vieses médios e medianos estavam bastante acima do limite recomendado (39,7 e 41,6, respectivamente). Além disso, o indicador *B* atingiu 169,7, sugerindo grande diferença entre tratados e controles. Após o pareamento, no entanto, constata-se uma mudança substancial: o *Pseudo R²* reduziu-se a 0,001, o valor de *LR chi²* caiu drasticamente (20,03) e deixou de ser significativo (*p*=0,695), enquanto os vieses médios e medianos se aproximaram de zero (1,2 e 0,6, respectivamente). O indicador *B* foi reduzido para 6,3, o *R* aproximou-se de 1 (0,99) e 100% das covariáveis ficaram balanceadas. Esses resultados indicam que o pareamento foi extremamente eficaz para esse programa, garantindo excelente comparabilidade entre beneficiários e não beneficiários.

Em relação ao BPC-Loas (Tabela 14), o quadro inicial também revelou diferenças relevantes entre os grupos antes do pareamento. O *Pseudo R²* foi de 0,126, o *LR chi²* alcançou 2.329,83 (*p*=0,000) e os vieses médios e medianos eram elevados (23,5 e 19,9, respectivamente), enquanto o *B* registrava 114,1. Ainda que 83% das variáveis estivessem balanceadas, os resultados evidenciavam heterogeneidade significativa entre tratados e controles. Após o pareamento, contudo, verificou-se uma melhora expressiva: o *Pseudo R²* caiu para 0,001, o teste de *LR chi²* passou a ser estatisticamente irrelevante (7,11; *p*=1,000), e os vieses médios e medianos diminuíram para 1,0 e 0,9. O indicador *B* foi reduzido a 8,1, e o *R* ficou próximo de 1 (1,06). Apesar desses avanços, apenas 33% das variáveis alcançaram balanceamento pleno, o que

sugere que, embora o pareamento tenha reduzido as discrepâncias, a homogeneização entre os grupos não foi tão completa quanto no caso do Bolsa Família.

De maneira geral, os resultados confirmam a efetividade do PSM em aprimorar a comparabilidade entre beneficiários e não beneficiários, ainda que em diferentes magnitudes. No caso do Bolsa Família, observou-se um balanceamento praticamente completo, ao passo que o BPC-Loas apresentou melhorias relevantes, mas com algumas limitações que recomendam maior cautela na interpretação de seus efeitos.

Tabela 15 – Efeito médio dos programas Bolsa Família e BPC-Loas sobre o endividamento familiar por grupos sociais

Subgrupos	Programa Bolsa Família		Benefício de Prestação Continuada	
	Antes do pareamento	Efeito médio depois do pareamento	Antes do pareamento	Efeito médio depois do pareamento
Mulheres chefes de família	-44,21	-5,26	-24,05	-11,32
Chefes de domicílio pretos/ pardos/ indígenas	-37,29	-2,85	-14,14	-11,55
Chefes de domicílio brancos/ amarelos	-41,92	-2,10	-23,51	-6,43
Mulheres pretas/ pardas/ indígenas chefes de domicílio	-43,23	-4,38	-11,94	-13,95
Mulheres brancas/ amarelas chefes de domicílio	-45,24	-6,60	-27,56	-10,37
Homens pretos/ pardos/ indígenas chefes de domicílio	-32,91	-2,83	-7,06	-5,34
Homens brancos/ amarelos chefes de domicílio	-39,64	-0,55	-19,50	-2,74
Chefes de domicílio analfabetos	-30,83	-5,91	-16,72	-19,19
Chefes de domicílio desempregados	-43,76	-4,01	-43,76	-4,01
Domicílios localizados em área urbana	-39,69	-2,17	-18,86	-7,88
Domicílios com quatro pessoas ou mais	-24,79	-3,07	-7,21	-4,71
Domicílios com renda familiar per capita inferior a R$ 2000	-16,88	-8,74	0,79	-7,92
Domicílios sem sistema de esgotamento adequado ou sem acesso ao serviço de coleta de lixo	-37,31	-3,35	-14,38	-16,11

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

A Tabela 15 apresenta, de maneira sintetizada, os resultados da análise de heterogeneidade de efeitos, oferecendo uma visão mais detalhada da atuação das políticas de transferência de renda sobre segmentos específicos da população. Essa abordagem possibilita verificar o grau de sensibilidade de determinados perfis sociais diante dos efeitos de programas sociais como Bolsa Família e BPC-Loas. De modo geral, observa-se que, após o pareamento, os coeficientes estimados permanecem

negativos em todos os subgrupos analisados. Esse padrão reforça o resultado central encontrado anteriormente, segundo o qual a participação nos programas não está associada a um aumento do endividamento, mas sim a uma leve redução na propensão ao endividamento familiar.

Em outras palavras, tanto o Bolsa Família quanto o BPC-Loas parecem exercer um papel protetivo sobre as famílias, reduzindo a necessidade de recorrer a crédito para custear despesas básicas. Essa evidência está em consonância com os achados já discutidos, que indicaram níveis de endividamento ligeiramente inferiores entre beneficiários em comparação com famílias de perfil socioeconômico semelhante que não recebem os benefícios.

A consistência desse resultado entre diferentes subgrupos reforça a robustez das estimativas e sugere que o efeito dos programas transcende características individuais ou contextuais. Embora a magnitude dos coeficientes varie conforme o perfil (refletindo diferenças estruturais associadas à renda, à vulnerabilidade e ao acesso a crédito), o sinal negativo indica que, em todos os casos, os programas atuam como mecanismos de mitigação do endividamento.

Com base nas evidências empíricas obtidas nesta pesquisa, pode-se afirmar que os programas de transferência direta de renda, particularmente o Bolsa Família e o BPC-Loas, não atuam como estímulo ao endividamento das famílias beneficiárias. Essa constatação reforça o papel dessas políticas públicas enquanto instrumentos de proteção social, uma vez que, ao garantirem uma fonte mínima e estável de renda, podem reduzir a necessidade de recorrer ao crédito como estratégia de sobrevivência. Nesse sentido, é plausível supor que os recursos transferidos auxiliem as famílias a atenderem suas demandas mais imediatas sem depender de mecanismos financeiros.

Por outro lado, não se deve descartar a possibilidade de que tais resultados estejam relacionados, ao menos em parte, a restrições estruturais de acesso ao crédito. Em muitas situações, famílias de baixa renda simplesmente não conseguem contrair dívidas junto ao sistema financeiro formal, o que pode explicar os níveis mais baixos de endividamento observados. Em suma, os resultados desta pesquisa apontam para a relevância das políticas de proteção social, em geral, como mecanismos que contribuem tanto para a mitigação da vulnerabilidade econômica quanto para a contenção de práticas de endividamento excessivo entre os grupos mais pobres da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, a expansão do crédito no Brasil incorporou uma estratégia macroeconômica de desenvolvimento, ampliando o acesso da população ao mercado financeiro e, por conseguinte, o poder aquisitivo das famílias. Nesse contexto, tornou-se comum que famílias de baixa renda utilizem o cartão de crédito para suprir necessidades básicas, o que as expõe ao risco de endividamento, inadimplência e exclusão financeira, perpetuando um círculo de vulnerabilidade econômica difícil de superar.

As políticas distributivas, especialmente os programas de transferência de renda, tiveram papel central no fortalecimento do acesso das camadas mais pobres ao mercado consumidor, ao mesmo tempo em que refletiram esforços consistentes de redução das desigualdades sociais por meio do estímulo ao consumo. Nesse contexto, surgiu o debate sobre uma possível relação entre a oferta desses programas e o aumento do endividamento familiar no país, levantando a hipótese de que as políticas socioassistenciais estariam funcionando como instrumentos de inserção das famílias pobres no mercado de crédito.

Entretanto, os resultados empíricos contrapõem essa hipótese. Pelo contrário, verificou-se que os beneficiários tanto do Bolsa Família quanto do BPC-Loas apresentam, em média, níveis de endividamento ligeiramente inferiores aos observados entre famílias de perfil semelhante que não recebem os auxílios. Esse achado sugere que tais programas, ao assegurarem uma renda mínima estável, podem reduzir a necessidade de recorrer ao crédito como estratégia de sobrevivência, desempenhando, portanto, um papel de proteção financeira.

As implicações desses resultados são relevantes para o desenho de políticas públicas. Elas reforçam a importância dos programas de transferência de renda não apenas como instrumentos de combate à pobreza e à desigualdade, mas também como potenciais estabilizadores da saúde financeira das famílias mais vulneráveis. Ademais, os resultados sugerem que as causas do endividamento excessivo devem ser buscadas em outros fatores estruturais, como a precarização do mercado de trabalho, as altas taxas de juros do crédito ao consumidor e a possível falta de organização orçamentária.

A consistência das estimativas foi assegurada por diferentes procedimentos, incluindo o teste de sensibilidade de Rosenbaum e a verificação do balanceamento das covariáveis após o pareamento, o que confere maior robustez e validade aos resultados. Contudo, algumas limitações inerentes à pesquisa devem ser reconhecidas: (i) o uso de

dados transversais (*cross section*) impede a análise de efeitos dinâmicos ao longo do tempo; (ii) a mensuração do endividamento pode implicar riscos de subestimação ou superestimação de determinados padrões; e (iii) a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) não necessariamente captura com precisão todas as modalidades de dívida informal.

Assim, para futuras pesquisas, recomenda-se a utilização de dados em painel, que permitiriam acompanhar as mesmas famílias antes e depois do ingresso nos programas, fortalecendo a inferência causal. Seria igualmente enriquecedor explorar de forma aprofundada os efeitos heterogêneos dos programas sobre diferentes tipos de dívida (formal, informal, consumo, imobiliário) e em distintos perfis de beneficiários (chefe de família mulher, presença de crianças, localização urbana ou rural). Em suma, este trabalho contribui para o debate ao fornecer evidências empíricas que "desmistificam" a relação causal direta entre transferência de renda e endividamento, qualificando a discussão e direcionando o foco para outras fontes de vulnerabilidade financeira da população brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADIE, Alberto; IMBS, Guido W. Large sample properties of matching estimators for average treatment effects. **Econometrica**, v. 74, n. 1, pp. 235-267, jan. 2006.

ACORDI, Francine Patricia Costa. **Finanças pessoais, endividamento familiar e qualidade de vida do servidor.** 144 f. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

ANDRADE, Chittaranjan. Propensity Score Matching in Nonrandomized Studies: A Concept Simply Explained Using Antidepressant Treatment During Pregnancy as an Example. **J. Clin. Psychiatry**, 78:2, pp. 162-165, February 2017.

ARAÚJO, Clarissa Flávia Santos. Resenha de livro: PALLEY, Thomas. Financialization: The economics of finance capital domination. **Informe Econômico (UFPI)**, v. 41 n. 2, pp. 175-181, 2020.

AZEVEDO, Laís Fernanda de; FONSECA; Pedro Cezar Dutra; MISSIO, Fabricio J. Distribuição de renda e regime de crescimento econômico no Brasil: avaliação e propostas. **Revista de Economia Política**, v. 42, n. 1, pp. 25-47, jan./mar. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária**. Edição 2023.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Texto para discussão n° 800, jun. 2001, 24 p.

BARROS, Thiago de Sousa; PINTO, Felício de Oliveira. Crédito, consumo e endividamento: Uma análise econômica do segundo governo Lula (2007-2010). **Revista Espacios**, v. 35, n. 5, 2014.

BECK, Thorsten; DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; LEVINE, Ross. Finance, Inequality and the Poor. **Journal of Economic Growth**, 2007.

BECKER, Joachim *et al*. Peripheral financialization and vulnerability to crisis: a regulationist perspective. **Competition and Change***,* vol. 14, n. 3-4, pp. 225-247, dec. 2010.

BECKER, Sascha O.; CALIENDO, Marco. Sensitivity analysis for average treatment effects with matched data. **The Stata Journal**, v. 7, n. 1, pp. 26-39, 2007.

BLOMQUIST, Glenn C.; WESTERLUND, Leif M. Are there net economic benefits of urban growth boundaries? Evidence from King County, Washington. **Journal of Urban Economics**, v. 70, n. 1, pp. 57-67, jul. 2011.

BORÇA Jr., Gilberto; GUIMARÃES, Danilo. Impacto do ciclo expansionista de crédito à pessoa física no desempenho da economia brasileira 2004-2013. **Revista do BNDES**, 43, pp. 119-159, jun. 2015.

BORTOLUZZI, Daiane Antonini *et al*. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. **Perspectiva, Erechim**, v. 39, n. 146, pp. 111-123, jun. 2015.

BRICKER, J.; KENNICKELL, A. B.; MOORE, K. B.; SABELHAUS, J. Changes in U.S. family finances from 2007 to 2010: evidence from the Survey of Consumer Finances. **Federal Reserve Bulletin**, v. 98, n. 2, pp. 1-80, 2012.

BRITO, M. J. **Livre-se das Dívidas: aprenda como negociar pagar e evitar**. São Paulo: Departamento Editorial DPL, 2007, 141 p.

BRUNO, Miguel. Financeirização e crescimento econômico: o caso do Brasil. **Revista Com Ciência**, n. 128, Campinas: SBPC, 2011.

BUMANN, Silke; LENSINK, Robert. Capital account liberalization and income inequality. **Journal of International Money and Finance**, v. 61, pp. 143-162, 2016.

CAMPOS, Kênia Alves; NISHIMURA, Fábio Nobuo. Substâncias químicas e o impacto na expectativa de formação educacional: uma abordagem utilizando Propensity Score Matching. 2023. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/sul/2023/submissao/files_I/i8-03879d4694992a34b33c6c9cb5ca5341.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

CARRETS, Fernanda Dachi; TEIXEIRA, Gibran da Silva; RIBEIRO, Felipe Garcia. Analfabetismo Isolado e Acesso a Programas Sociais no Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files_I/i8-6fa67b01242b395cc405d9c6c6d4cdd4.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

CARVALHO, Helder Araujo de; SOUSA, Felipe Gerhard Paula; FUENTES, Verónica Ligia Peñaloza. Representação social do endividamento individual. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração (RPCA)**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, pp. 100-115, jan./mar. 2017.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. Programas de Transferência Condicionada de Renda na América Latina: uma abordagem comparada entre Brasil, México, Chile e Colômbia. **Revista do Serviço Público**, Brasília 62 (2): pp. 105-118, Abr./Jun. 2011.

CECHIN, Andrei Gustavo. **O impacto das regras do Programa Bolsa Família sobre a fecundidade das mulheres brasileiras**. 93 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CHIU, Yi-Bin; LEE, Chien-Chiang. Financial development, income inequality, and country risk. **Journal of International Money and Finance**, v. 93, pp. 1-18, 2019.

CLAESSENS, Stijn; PEROTTI, Enrico. Finance and inequality: Channels and evidence. **Journal of Comparative Economics**, v. 35, pp. 748-773, 2007.

CLARKE, George R.; XU, Lixin Colin; ZOU, Heng-fu. Finance and income inequality: what do the data tell us? **Southern Economic Journal**, 72(3), pp. 578-596, 2006.

CLAUDINO, Lucas Paravizo *et al*. Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública. **XVI Congresso Brasileiro de Custos – Fortaleza-CE**, Brasil, 03 a 05 de novembro de 2009.

CONSULTATIVE GROUP TO ASSIST THE POOR. **Helpingh Ti Manman Cheri in Haiti: offering mobil money-based government-to-person payments in Haiti.** 33 f. July 2013. Disponível em: <https://www.cgap.org/sites/default/files/eg2p_Haiti.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

COSTA, Pedro Rubin. **Pobres por dívida: O endividamento familiar e as estatísticas de pobreza entre 2008 e 2018 – uma análise a partir da pesquisa de orçamentos familiares.** Dissertação (Mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 124 f. 2023.

DEHEJIA, Rajeev H.; WAHBA, Sadek. Propensity score-matching methods for nonexperimental causal studies. **The Review of Economics and Statistics**, v. 84, n. 1, pp. 151-161, fev. 2002.

DEMIR, Ayse *et al*. Fintech, financial inclusion and income inequality: a quantile regression approach. **The European Journal of Finance**, v. 28, n. 1, pp. 86-107, 2022.

DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; LEVINE, Ross. Finance and inequality: theory and evidence. **Annual Review of Financial Economics**, 2009.

DIEESE. **Em 2021, cesta básica aumenta em todas as capitais**. Nota à imprensa. São Paulo, 07 de janeiro de 2022.

DIPRETE, Thomas A.; GANGL, Markus. Assessing bias in the estimation of causal effects: Rosenbaum bounds on matching estimators and instrumental variables estimation with imperfect instruments. **Sociological Methodology**, v. 34, n. 1, pp. 271-310, 2004.

FARINELLI, Luca *et al*. Concomitant Injuries Associated With ACL Rupture in Elite Professional Alpine Ski Racers and Soccer Players. **The Orthopaedic Journal of Sports Medicine**, 2023.

FERRARIO, Marcela Nogueira. Los efectos del programa Bolsa Família en el consumo familiar. **Revista Cepal**, 112, pp. 151-167, abr. 2014.

FERREIRA. Rodrigo. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro**. São Paulo: Thomson IOB, 2006, 160 p.

FILHO, Alexandre Dias Porto Chiavegatto *et al*. Como incluir características dos distritos do município de São Paulo em estudos epidemiológicos? Análise da desigualdade de renda pelo uso do propensity score Matching. **Saúde Soc. São Paulo**, v.22, n.4, pp. 1145-1153, 2013.

FLORES, Sandrine de Almeida. Constatações do endividamento familiar no programa Minha Casa Minha Vida. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS, 121 f. 2017.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça. **Modelagem de equações estruturais aplicada à propensão ao endividamento: uma análise de fatores comportamentais.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS, 192 f. 2012.

GEHLEN, Larissa Kraeski *et al*. **Relação entre educação financeira, renda e endividamento familiar em Estados do Brasil**. Ciências Sociais Aplicadas em Revista, v. 28, n. 48, Edição Especial, pp. 80-99, 2024.

GIMET, Céline; LAGOARDE-SEGOT, Thomas. A closer look at financial development and income distribution. **Journal of Banking & Finance**, v. 35, pp. 1698-1713, 2011.

GOMES, Marília Sibila Abreu. **O crédito malparado e o sobreendividamento das famílias na região autónoma da Madeira.** 93 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, 2011.

GREENWOOD, Jeremy; JOVANOVIC, Boyan. Financial development, growth, and the distribution of income. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, pp. 1076-1107, 1990.

HAAN, Jakob de; STURM, Jan-Egbert . Finance and income inequality: A review and new evidence. **European Journal os Polical Economy**, v. 50, pp. 171-195, 2017.

HARRIS, Scott E. The effect of financial aid on students' academic outcomes: evidence from a regression discontinuity design. **Journal of Urban Economics**, v. 61, n. 1, pp. 515-541, jan. 2007.

HECKMAN, James J.; ICHIMURA, Hidehiko; TODD, Petra E. Matching as an econometric evaluation estimator: evidence from evaluating a job training programme. **The Review of Economic Studies**, v. 64, n. 4, pp. 605-654, out. 1997.

HENNIGEN, Inês. Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 10, n.4, pp. 1173-1201, 2010.

HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de renda e desigualdade no Brasil (1995-2011). In: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: **IPEA**, pp. 207-216, 2013.

HOFFMANN, Rodolfo; VAZ, Daniela Verzola. Mensurando a desigualdade no Brasil: Evidências a partir da renda e dos gastos das famílias. **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, Campinas, v. 3, pp. 1-26, 2021.

HONG, Stefany *et al*. **Preoperative chemotherapy and surgery for advanced gastric cancer:** a Propensity Score Matching analysis. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-672020230018e1736>. Acesso em: 03 dez. 2024.

IMBENS, Guido W.; RUBIN, Donald B. **Causal Inference for Statistics, Social, and Biomedical Sciences**: An Introduction. New York: Cambridge University Press, 2015. 644 p.

IVO, Gabriel de Andrade *et al*. A expansão do Crédito no Brasil: uma ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico. **Gestão & Regionalidade**, v. 32, n. 95, pp. 160-174, maio/ago. 2016.

JIN, Zhi-Cheng et al. Real-world efficacy and safety of TACE plus camrelizumab and apatinib in patients with HCC (CHANCE2211): a propensity score matching study **European Radiolog**, v. 33, pp. 8669-8681, 2023.

JORNAL DOS ECONOMISTAS. **A expansão do crédito e do endividamento no Brasil.** N° 263, jun. 2011.

KATIP, Wasan *et al*. Short versus long course of colistin treatment for carbapenem-resistant *A. baumannii* in critically ill patients: A propensity score matching study. **Journal of Infection and Public Health**, v. 16, pp. 1249-1255, 2023.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Welfare state e desenvolvimento. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, pp. 129-156, 2011.

KIM, Dong-Hyeon; LIM, Shu-Chin. Nonlinearity in the financial development–income inequality nexus. **Journal of Comparative Economics**, v. 39, pp. 310-325, 2011.

LAPAVITSAS, Costas. Theorizing Financialization. **Work, Employment and Society**, v. 25, n. 4, pp. 611-626, 2011.

LAVINAS, Lena; ARAÚJO, Eliane; BRUNO, Miguel. **Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória.** Texto para Discussão 032. Instituto de Economia – UFRJ, 2017.

LAZARETTI, Lauana Rossetto; FRANÇA, Marco Túlio Aniceto. **A forma de ingresso importa?** Uma análise do desempenho dos alunos do ensino médio na rede federal. 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/25333>. Acesso em: 14 jul. 2025.

LECHNER, Michael. A note on the sensitivity of matching estimators. **Journal of Econometrics**, v. 149, n. 2, pp. 129-137, abr. 2009.

LEE, Seung Won; ACHARYA, Krishna Prasad. Propensity score matching for causal inference and reducing the confounding effects: statistical standard and guideline of Life Cycle Committee. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.54724/lc.2022.e18>. Acesso em: 08 dez. 2024.

LEVINE, Ross. **Finance and Growth: Theory, Evidence and Mechanisms**. 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/5185432>. Acesso em: 19 out. 2024.

LEWEK, Joanna et al. Intensive Statin Therapy Versus Upfront Combination Therapy of Statin and Ezetimibe in Patients With Acute Coronary Syndrome: A Propensity Score Matching Analysis Based on the PL-ACS Data. **Journal of the American Heart Association**, v. 12, pp. 1-10, 2023.

LI, Xiao *et al*. Prognostic Value of the Tumor Size in Resectable Colorectal Cancer with Different Primary Locations: A Retrospective Study with the Propensity Score Matching. **Journal of Cancer**, v. 10, n. 2, pp. 313-322, 2019.

LIMA, Artur Duarte de. **Programas de transferência de renda na América Latina e seu marco nas políticas públicas e no combate à pobreza: um panorama comparativo dos casos brasileiro, mexicano e chileno.** Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Departamento de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 123 f. 2022.

LIMA, Pedro Henrique Moreira. **Crédito para consumo no Brasil (2003-2018).** Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 103 f. 2018.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. O contexto socio-histórico da emergência e desenvolvimento dos PTRC na América Latina e Caribe. **R. Pol. Públ.** São Luís, Número Especial, p. 201-208, novembro de 2016.

LIN, Ken-Hou; TOMASKOVIC-DEVEY, Donald. Financialization and U.S. Income Inequality, 1970–2008. **American Journal of Sociology**, v. 118, n. 5, pp. 1284-1329, 2013.

LOPES, G. de O. **Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional: o impacto de indicadores macroeconômicos**. 64 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LUELLEN, Jennifer K.; SHADISH, William R.; CLARK, Mark H. Propensity scores: an introduction and a look to the future. **Applied Psychological Measurement**, v. 29, n. 4, pp. 269-295, jul. 2005.

MARTIN, Adriana Vassallo; CALLADO, Eduardo Mendes; ARAUJO, Paulo Henrique Furtado de. Do neoliberalismo ao desenvolvimentismo: uma análise das políticas econômicas no Brasil dos anos 1990 aos anos 2000. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 38, n. 2, pp. 80-101, Jul./Dez. 2023.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no brasil. **Novos Estudos**, pp. 5-21, Nov. 2007.

MEIRA, Liziane Angelotti; CANCELLA, Carina Bellini; LUZ, Eduardo Silva. Sustentabilidade financeira dos programas de transferência de renda no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Intellector**, *[S. l.]*, v. 21, n. 41, pp. 102–124, 2024.

MENIAGO, Christelle; ASONGU, Simplice A. Revisiting the finance-inequality nexus in a panel of African countries. **Research in International Business an Finance**, v. 46, pp. 399-419, 2018.
MORA, Mônica. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010.** Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2022.

MOTONISHI, Taizo. Why has income inequality in Thailand increased?: An analysis using surveys from 1975 to 1998. **Japan and the World Economy**, v. 18, pp. 464-487, 2006.

NARAYAN, Deepa. **Voices of the poor - Can anyone hear us?** Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000, 343 p.

NASCIMENTO, Aline Fátima do; REIS, Carlos Nelson dos. Os programas de transferência condicionada de renda na América Latina: especificidades de uma realidade que se mantém. **Rev. Pol. Públ.** São Luis, v. 13, n. 2, p. 183-193, jul./dez. 2009.

NERI, Marcelo Cortes. **Mapa da Nova Pobreza.** FGV Social, jun. 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>. Acesso em: 27 out. 2024.

NETO, Horígenes Fontes Soares; PINHEIR, Lessi Inês Farias; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira. Brasil da financeirização: do consumo familiar à cooptação da assistência social. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 57, pp. 356-384, maio/ago. 2021.

NUNN, Nathan; QIAN, Nancy. The potato's contribution to population and urbanization: evidence from Europe. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 126, n. 2, pp. 593-654, maio 2011.

OFORI-ABEBRESE, Grace; PICKSON, Robert Becker; DIABAH, Benjamin Tsatsu. Financial Development and Economic Growth: Additional Evidence from Ghana. **Modern Economy**, v. 8, pp. 282-297, 2017.

PARAÍSO, Sandra Chaves Silva; FERNANDES, Ronaldo Augusto da Silva. O crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras. **Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação**, 6(2), pp. 12-26, 2017.

PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil / IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro - IBGE, 2020. 114 p.

PORTO, Iara Imaculada Mendes; LEROY, Felipe Lacerda Diniz; CAMARGOS, Marcos Antônio de. **Endividamento Familiar – uma análise a partir dos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). 2019**. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/58154>. Acesso em: 20 set. 2024.

RESENDE, Andréa Ferreira de Faria; OLIVEIRA, Ana Maria de. Avaliando resultados de um programa de transferência de renda: o caso do Bolsa Família. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, n. 4, pp. 642-660, out./dez. 2008.

RICARTE, Mariana Alves. **Uma análise do impacto da experiência ocupacional sobre o diferencial de rendimentos entre os setores formal e informal no Brasil metropolitano.** 90 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

ROBLES, Silvana *et al*. Efecto del capital humano en la brecha de ingresos: un enfoque utilizando Propensity Score Matching. **Revista Economía y Política**, (29), pp. 21-43, 2019.

RODRÍGUEZ-POSE, Andrés; TSELIOS, Vassilis. Education and Income Inequality in the Regions of the European Union. **Journal of Regional Science**, 49(3), pp. 411-437, 2009.

ROINE, Jesper; VLACHOS, Jonas; WALDENSTRÖM, Daniel. The long-run determinants of inequality: What can we learn from top income data? **Journal of Public Economics**, v. 93, pp. 974-988, ago. 2009.

ROSENBAUM, Paul R. **Observational Studies**. 2. ed. New York: Springer, 2002. 375 p.

ROSENBAUM, Paul R.; RUBIN, Donald B. The central role of the propensity score in observational studies for causal effects. **Biometrika**, v. 70, n. 1, pp. 41-55, 1983.

RUBIN, Donald. B. Using propensity scores to help design observational studies: Application to the tobacco litigation. **Health Services and Outcomes Research Methodology**, v. 2, pp. 169-188, 2001.

SANTOS, Adla Carla; SILVA, Maciel. Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitana da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores: Vivencias e Estudo, Cachoeira-BA**, v. 7, N. 1, pp. 05-17, jun. 2014.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5.ed., 3. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013*a.*

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3.ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013*b.* 136 p.

SAWYER, Malcolm. Confronting Financialization. In: Financial Liberalization. Past, Present and Future. P. Arestis & M. Sawyer (Orgs.). **London: Palgrave Macmillan**, pp. 43-87, 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Editora da Fundação Getúlio Vargas, jan. 2004. 207 p.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta – São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SICSÚ, João. Governos Lula: a era do consumo? **Revista de Economia Política**, v. 39, n. 1 (154), pp. 128-151, janeiro-março/2019.

SICSÚ, João. Rumos da liberalização financeira brasileira. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 3 (103), pp. 364-380, julho-setembro/2006.
SILVA, Adriana Cristina *et al*. Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online, Campo Grande**, v.8, n.2, pp. 353-377, Mai./Ago. 2020.

SILVA, José Alderir da. A política monetária nos governos Lula e Dilma. **Revista de Economia da UEG**, v. 13, n. 1, pp. 8-29, jan./jun. 2017.

SILVA, Sônia Bessa da Costa Nicacio. **Alfabetização econômica, hábitos de consumo e atitudes em direção ao endividamento de estudantes de pedagogia**. 332 f. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SOARES, Ricardo Pereira. Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 25, pp. 43-87, jun./dez. 2002.

SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos; SOTO, Silvia Fernández; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Programas de transferência de renda condicionada na América Latina: enfrentamento à pobreza? **Revista de Políticas Públicas**, vol. 24, pp. 635-650, 2020.

SOUZA, Guilherme Santos. **Endividamento: buscando as motivações comportamentais e os impactos na saúde**. 86 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

TRISTÃO, Pâmela Amado; MANGANELI, Naíse da Silva. Fatores comportamentais e propensão ao endividamento: uma análise dos indivíduos com restrição de crédito. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Ano 6, Vol. VI, n.13, pp. 1060-1081, jul.-dez. 2023.

VIEIRA, Kelmara Mendes *et al*. Níveis de materialismo e endividamento: uma análise de fatores socioeconômicos na mesorregião central do estado no Rio Grande do Sul. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, pp. 1-20, 2014.

WORLD BANK. Effects of the Business Cycle on Social Indicators. *In*: **Latin America and the Caribbean:** When Dreams Meet Reality. Relatório Semiannual do Escritório do Economoista Chefe para a América Latina e Caribe do Banco Mundial Abril 2019, ago./dez. 2015.

ZERRENNER, Sabrina Arruda. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. 2007. 57 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ZHANG, Yi; SALM, Martin; SOEST, Arthur Van. **The effect of training on workers' perceived job match quality.** Disponível em: <https://d-nb.info/1210854929/34>. Acesso em: 15 jul. 2025.

APÊNDICES

Apêndice A – Resultados do modelo *logit* após a aplicação do Propensity Score Matching para o Programa Bolsa Família (PBF)

PBF	Coeficiente	Desvio Padrão	z	P > | z |	Intervalo de confiança (95%)	
Faixas da renda familiar per capita (R$)						
Entre 1/3 e 2/3 salário mínimo	-0,8134082	0,0309763	-26,26	0,000	-0,8741206	-0,7526958
Entre 2/3 e 1 salário mínimo	-1,769414	0,0464866	-38,06	0,000	-1,860526	-1,678302
Entre 1 e 2 salários mínimos	-2,553723	0,0666647	-38,31	0,000	-2,684384	-2,423063
Entre 2 e 3 salários mínimos	-2,988103	0,1722718	-17,35	0,000	-3,32575	-2,650457
Acima de três salários mínimos	-3,122394	0,2145143	-14,56	0,000	-3,542834	-2,701954
Composição familiar	0,0672138	0,0178746	3,76	0,000	0,0321802	0,1022474
Mulheres chefes de domicílio	0,3006083	0,0300573	10,00	0,000	0,2416971	0,3595195
Idade dos chefes de domicílio	-0,0372721	0,0012635	-29,50	0,000	-0,0397485	-0,0347958
Chefes de domicílio brancos ou amarelos	-0,1735584	0,0314593	-5,52	0,000	-0,2352175	-0,1118993
Nível de escolaridade dos chefes de domicílio	-0,0820693	0,0037984	-21,61	0,000	-0,089514	-0,0746246
Horas de trabalho por semana: entre 1h e 44h	0,3149628	0,0348827	9,03	0,000	0,246594	0,3833315
Horas de trabalho por semana: acima de 44h	0,267368	0,0440644	6,07	0,000	0,1810034	0,3537326
Número de filhos/netos no domicílio	0,2061618	0,0196816	10,47	0,000	0,1675866	0,2447369
Domicílios com cinco filhos /netos ou mais	0,1015698	0,0249359	4,07	0,000	0,0526964	0,1504432
Domicílios localizados em área urbana	-0,0432621	0,0464648	-0,93	0,352	-0,1343315	0,0478073
Domicílios construídos com alvenaria ou taipa revestida	-0,0043607	0,0334464	-0,13	0,896	-0,0699144	0,061193
Domicílios com cobertura de telha	0,1212607	0,047163	2,57	0,010	0,0288228	0,2136985
Domicílios com três cômodos ou mais	0,3580197	0,0892613	4,01	0,000	0,1830708	0,5329686
Domicílios com dois banheiros ou mais	-0,4057546	0,0427092	-9,50	0,000	-0,4894632	-0,3220461
Domicílios com sistema de esgotamento sanitário adequado	-0,2183347	0,0337519	-6,47	0,000	-0,2844873	-0,1521821
Domicílios com sistema de aquecimento para água encanada	-0,6345811	0,0298719	-21,24	0,000	-0,693129	-0,5760332
Domicílios com energia fornecida de forma contínua e integral ao longo do dia	0,2937889	0,0705945	4,16	0,000	0,1554262	0,4321516
Domicílios localizados em áreas com o serviço de coleta de lixo	-0,3389612	0,0484348	-7,00	0,000	-0,4338916	-0,2440308
Domicílios localizados em ruas pavimentadas	-0,0976619	0,0350433	-2,79	0,005	-0,1663455	-0,0289783
Constante	1,006304	0,1362171	7,39	0,000	0,7393237	1,273285

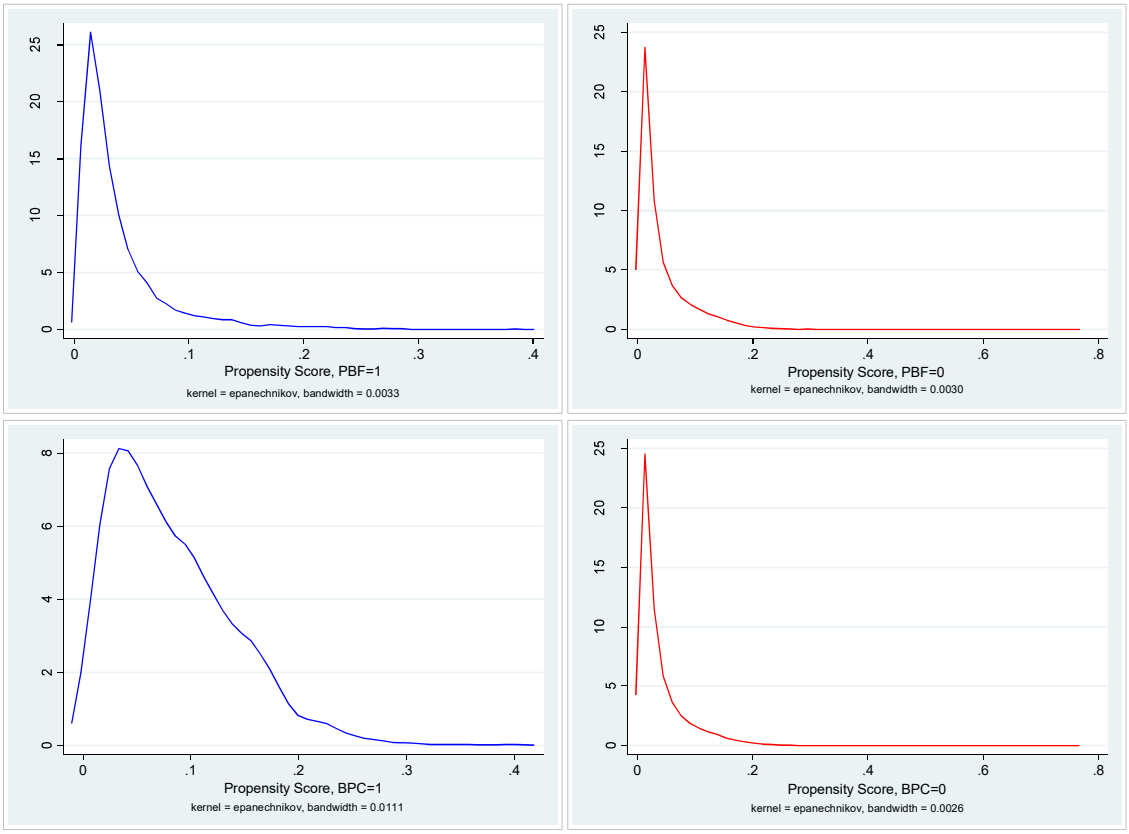
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

Apêndice B – Resultados do modelo *logit* após a aplicação do Propensity Score Matching para o Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas)

BPC-Loas	Coeficiente	Desvio Padrão	z	P > | z |	Intervalo de confiança (95%)	
Faixas da renda familiar per capita (R$)						
Entre 1/3 e 2/3 salário mínimo	0,6203734	0,0718666	8,63	0,000	0,4795175	0,7612293
Entre 2/3 e 1 salário mínimo	0,581394	0,0820686	7,08	0,000	0,4205424	0,7422455
Entre 1 e 2 salários mínimos	-0,0245322	0,0965576	-0,25	0,799	-0,2137815	0,1647172
Entre 2 e 3 salários mínimos	-0,9662629	0,2193557	-4,41	0,000	-1,396192	-0,5363336
Acima de três salários mínimos	-1,457734	0,2955342	-4,93	0,000	-2,03697	-0,8784971
Composição familiar	0,3693686	0,0267549	13,81	0,000	0,31693	0,4218072
Mulheres chefes de domicílio	0,2748697	0,0483809	5,68	0,000	0,1800449	0,3696946
Idade dos chefes de domicílio	0,051473	0,0095436	5,39	0,000	0,0327679	0,0701781
Idade dos chefes elevada ao quadrado	-0,000278	0,0000811	-3,43	0,001	-0,0004369	-0,0001191
Chefes de domicílio brancos ou amarelos	-0,1404059	0,0511431	-2,75	0,006	-0,2406446	-0,0401673
Nível de escolaridade dos chefes de domicílio	-0,0760049	0,0063748	-11,92	0,000	-0,0884993	-0,0635105
Horas de trabalho por semana: entre 1h e 44h	-0,7027287	0,0590413	-11,90	0,000	-0,8184474	-0,5870099
Horas de trabalho por semana: acima de 44h	-1,033679	0,0918622	-11,25	0,000	-1,213726	-0,8536325
Número de filhos/netos no domicílio	-0,2510045	0,0299634	-8,38	0,000	-0,3097317	-0,1922773
Domicílios com 5 filhos /netos ou mais	-0,2870711	0,0609888	-4,71	0,000	-0,406607	-0,1675352
Domicílios localizados em área urbana	0,2189219	0,0845974	2,59	0,010	0,053114	0,3847297
Domicílios construídos com alvenaria ou taipa revestida	0,0618493	0,0618646	1,00	0,317	-0,0594031	0,1831017
Domicílios com cobertura de telha	0,1359066	0,0812684	1,67	0,094	-0,0233766	0,2951898
Domicílios com três cômodos ou mais	-0,1911446	0,1808303	-1,06	0,290	-0,5455655	0,1632762
Domicílios com dois banheiros ou mais	-0,199846	0,0619212	-3,23	0,001	-0,3212092	-0,0784827
Domicílios com sistema de esgotamento sanitário adequado	0,0324823	0,0550633	0,59	0,555	-0,0754399	0,1404044
Domicílios com sistema de aquecimento para água encanada	-0,2068384	0,050636	-4,08	0,000	-0,306083	-0,1075937
Domicílios com energia fornecida de forma contínua e integral ao longo do dia	0,1500301	0,1397665	1,07	0,283	-0,1239073	0,4239675
Domicílios localizados em áreas com o serviço de coleta de lixo	0,1579445	0,0900129	1,75	0,079	-0,0184775	0,3343666
Domicílios localizados em ruas pavimentadas	-0,1030878	0,0615348	-1,68	0,094	-0,2236938	0,0175183
Constante	-5,604782	0,3626683	-15,45	0,000	-6,315599	-4,893965

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF 2017/2018.

Apêndice C – Estimativas de densidade de Kernel para os grupos tratados e controles (Bolsa Família e BPC-Loas)



**Nota: O teste de Overlap busca garantir que haja sobreposição suficiente entre as distribuições dos escores de propensão dos grupos analisados, de modo que cada unidade tratada encontre correspondência adequada no grupo de controle.

Apêndice D – Análise por Subgrupos: variação dos efeitos segundo perfil socioeconômico e demográfico

Tabela 1 – Efeito médio para mulheres chefes de família

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	9,91	54,13	-44,21	4,32	-10,23
Efeito médio depois do pareamento	9,91	15,18	-5,26	2,74	-1,92

**Programa Bolsa Família

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	22,84	46,90	-24,05	7,97	-3,02
Efeito médio depois do pareamento	22,84	34,16	-11,32	2,68	-4,23

**Benefício de Prestação Continuada

Tabela 2 – Efeito médio para chefes de domicílio pretos/ pardos/ indígenas

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	10,76	48,05	-37,29	2,94	-12,69
Efeito médio depois do pareamento	10,76	13,61	-2,85	1,40	-2,04

**Programa Bolsa Família

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	26,36	40,50	-14,14	6,01	-2,35
Efeito médio depois do pareamento	26,36	37,91	-11,55	2,61	-4,42

**Benefício de Prestação Continuada

Tabela 3 – Efeito médio para chefes de domicílio brancos/ amarelos

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	12,57	54,49	-41,92	5,01	-8,37
Efeito médio depois do pareamento	12,57	14,67	-2,10	2,45	-0,86

**Programa Bolsa Família

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	27,55	51,06	-23,51	8,84	-2,66
Efeito médio depois do pareamento	27,55	33,98	-6,43	4,68	-1,37

**Benefício de Prestação Continuada

Tabela 4 – Efeito médio para mulheres pretas/ pardas/ indígenas chefes de domicílio

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	9,77	53,0	-43,23	5,29	-8,17
Efeito médio depois do pareamento	9,77	14,15	-4,38	1,63	-2,68

**Programa Bolsa Família

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	22,05	33,99	-11,94	4,94	-2,42
Efeito médio depois do pareamento	22,05	35,99	-13,94	3,31	-4,21

**Benefício de Prestação Continuada

Tabela 5 – Efeito médio para mulheres brancas/ amarelas chefes de domicílio

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	10,51	55,75	-45,24	8,16	-5,54
Efeito médio depois do pareamento	10,51	17,11	-6,60	4,81	-1,37

**Programa Bolsa Família

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	24,66	52,23	-27,56	12,76	-2,16
Efeito médio depois do pareamento	24,66	35,03	-10,37	7,14	-1,45

**Benefício de Prestação Continuada

Tabela 6 – Efeito médio para homens pretos/ pardos/ indígenas chefes de domicílio

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	11,64	44,55	-32,90	3,20	-10,27
Efeito médio depois do pareamento	11,64	14,46	-2,82	2,18	-1,29

**Programa Bolsa Família

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	31,08	38,14	-7,06	6,95	-1,02
Efeito médio depois do pareamento	31,08	36,42	-5,34	3,94	-1,35

**Benefício de Prestação Continuada

Tabela 7 – Efeito médio para homens brancos/ amarelos chefes de domicílio

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	14,02	53,66	-39,64	6,32	-6,27
Efeito médio depois do pareamento	14,02	14,57	-0,55	3,85	-0,14

**Programa Bolsa Família

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	30,79	50,30	-19,50	12,45	-1,57
Efeito médio depois do pareamento	30,79	33,53	-2,74	8,03	-0,34

**Benefício de Prestação Continuada

Tabela 8 – Efeito médio para chefes de domicílio analfabetos

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	13,22	44,04	-30,83	4,48	-6,88
Efeito médio depois do pareamento	13,22	19,13	-5,91	3,30	-1,79

**Programa Bolsa Família

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	23,58	40,30	-16,72	6,27	-2,67
Efeito médio depois do pareamento	23,58	42,78	-19,19	4,57	-4,20

**Benefício de Prestação Continuada

Tabela 9 – Efeito médio para domicílios localizados em área urbana

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	11,43	51,12	-39,69	2,83	-14,00
Efeito médio depois do pareamento	11,43	13,60	-2,17	1,29	-1,68

**Programa Bolsa Família

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	27,20	46,07	-18,87	5,25	-3,59
Efeito médio depois do pareamento	27,20	35,07	-7,88	2,70	-2,92

**Benefício de Prestação Continuada

Tabela 10 – Efeito médio para chefes de domicílio desempregados

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	12,76	56,52	-43,76	4,01	-10,90
Efeito médio depois do pareamento	12,76	16,77	-4,00	2,71	-1,48

**Os dois programas tiveram resultados idênticos.

Tabela 11 – Efeito médio para domicílios com quatro pessoas ou mais

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	10,37	35,16	-24,78	1,75	-14,15
Efeito médio depois do pareamento	10,37	13,44	-3,07	1,76	-1,74

**Programa Bolsa Família

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	20,89	28,09	-7,20	4,02	-1,79
Efeito médio depois do pareamento	20,89	25,60	-4,71	2,64	-1,78

**Benefício de Prestação Continuada

Tabela 12 – Efeito médio para domicílios com renda familiar per capita inferior a R$ 2000

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	9,87	26,76	-16,88	1,10	-15,31
Efeito médio depois do pareamento	9,07	18,61	-8,74	1,27	-6,89

**Programa Bolsa Família

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	23,71	22,92	0,79	2,19	0,36
Efeito médio depois do pareamento	23,71	31,63	-7,92	2,03	-3,91

**Benefício de Prestação Continuada

Tabela 13 – Efeito médio para domicílios sem sistema de esgotamento adequado ou sem acesso ao serviço de coleta de lixo

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	11,28	48,59	-37,31	3,04	-12,29
Efeito médio depois do pareamento	11,28	14,63	-3,35	1,60	-2,10

**Programa Bolsa Família

Amostra	Tratados	Controles	Diferença	Erro Padrão	T-stat
Antes do pareamento	25,91	40,28	-14,38	6,49	-2,22
Efeito médio depois do pareamento	25,91	42,02	-16,11	3,40	-4,74

**Benefício de Prestação Continuada